



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PRICILA ANNY TOMACHSKI ALBRECHT

**SENTIDOS DO TRABALHO PARA *CONCURSEIROS*: a  
busca do emprego estável como estratégia de inserção no  
mundo do trabalho contemporâneo**

Florianópolis, fevereiro de 2010.

Pricila Anny Tomachski Albrecht

**SENTIDOS DO TRABALHO PARA *CONCURSEIROS*: a  
busca do emprego estável como estratégia de inserção no  
mundo do trabalho contemporâneo**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. EDITE KRAWULSKI

**Dissertação apresentada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia do Centro de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Federal de Santa Catarina como  
requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre.**

Florianópolis, fevereiro de 2010.

*Pricila Anny Tomachski Albrecht*

*Sentidos do Trabalho para "Concurseiros": a busca do emprego  
estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho  
contemporâneo*

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

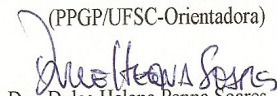
Florianópolis, 26 de fevereiro de 2010.



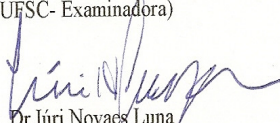
Dra. Kátia Maheirie  
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



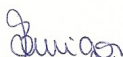
Dra. Edite Krawulski  
(PPGP/UFSC-Orientadora)



Dra. Dulce Helena Penna Soares  
(PPGP/UFSC- Examinadora)



Dr. Júri Novack Luna  
(UNISUL - Examinador)



Dra. Carla Cristina Burigo  
(DDPP /UFSC - Suplente)

*Dedico esta dissertação à memória de meu pai Luiz Miguel. Apesar dos poucos anos de convivência juntos, ele me transmitiu valores essenciais, dentre os quais a importância do trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar presente em todos os momentos, e especialmente pela concretização de mais uma etapa.

À minha orientadora, Dr.<sup>a</sup> Edite Krawulski, pela dedicação, compreensão, confiança, paciência e carinho dispensados na condução desta pesquisa. Sem seus ensinamentos esta dissertação não existiria. Obrigada por me ensinar, entre tantas outras coisas, a desenvolver uma pesquisa com o respeito e a seriedade necessários na produção de conhecimento.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela oportunidade de realizar o curso de Mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Helena Del Fiacco, pelo pronto auxílio nos trâmites burocráticos.

Aos Professores Dr. Iúri Novaes Luna e Dr.<sup>a</sup> Dulce Helena Penna Soares, pelas ricas contribuições e sugestões no momento da Qualificação do Projeto desta dissertação.

Aos professores componentes da banca, Dr. Iúri Novaes Luna, Dr.<sup>a</sup> Dulce Helena Penna Soares e Dr.<sup>a</sup> Carla Cristina Dutra Búrigo, pela disponibilidade em participar na avaliação desta dissertação.

Às instituições nas quais foi realizada a pesquisa de campo, pela abertura e disponibilidade de efetuação da coleta de dados em suas estruturas físicas.

A todos os *concurseiros* participantes deste estudo, pela confiança depositada e por terem compartilhado comigo suas histórias de vida, que enriqueceram e deram relevância à temática estudada.

Ao meu noivo Gustavo, que acompanhou todos os momentos desta pesquisa com muito amor, companheirismo, paciência, acolhida, carinho e bom humor.

À Vera Lúcia Néis, minha psicoterapeuta, por ter me acompanhado e ajudado em muitas fases, inclusive a do mestrado. Com o seu auxílio, com certeza, me tornei uma pessoa melhor.

À minha mãe e meu irmão, pelo apoio e incentivo à realização deste trabalho.

Aos meus primos: Vinícius, Carine, Cássia e Cíntia, pelo carinho e força transmitidos, mesmo que à distância.

Às amigas sempre presentes: Bruna, Beatriz, Luísa e Michelle.

Às amizades feitas no percurso do mestrado: Sandra, Regina, Marilaine, Maria Fernanda, Taís e Alessandra, pessoas com as quais compartilhei muitas inquietações, dúvidas, angústias e também alegrias.

À Geruza, amiga muito querida e companheira de profissão extraordinária, agradeço também especialmente pelo auxílio na formatação deste trabalho.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	9
RESUMO .....	10
ABSTRACT.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MARCO TEÓRICO .....	22
2.1 Transformações e sentidos do trabalho na contemporaneidade .....	22
2.2 Serviço público no Brasil.....	31
3 MÉTODO .....	42
3.1 Estudo exploratório .....	42
3.2 Preceitos éticos .....	45
3.3 Participantes e locais da pesquisa.....	46
3.4 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados.....	47
3.5 Dinâmica da coleta de dados.....	49
3.6 Procedimentos de análise dos dados.....	51
4 VIDA DE <i>CONCURSEIRO</i> : das concepções de trabalho aos planos e estratégias para ingresso no serviço público.....	55
4.1 Quem são os <i>concurseiros</i> pesquisados? .....	55
4.2 Concepções de trabalho, emprego, serviço público e trabalho no serviço público.....	62
4.3 Trajetórias acadêmicas e profissionais .....	70
4.3.1 A escolha pela graduação .....	70
4.3.2 Inserção no mundo do trabalho.....	72
4.3.3 Experiências de trabalho no serviço público .....	76
4.3.4 Experiências de trabalho na iniciativa privada .....	78
4.4 Concursos e planejamento de carreira .....	81
4.4.1 Motivos para prestar concursos públicos .....	82
4.4.2 Critérios para escolha dos concursos .....	84
4.4.3 Importância da aprovação para a carreira .....	89
4.5 Vida de <i>concurseiro</i> .....	92
4.5.1 Profissão <i>concurseiro</i> .....	92
4.5.2 Rotina de estudos .....	93
4.5.3 Sentimentos relacionados ao momento atual .....	95

<b>5 SENTIDOS DO TRABALHO PARA <i>CONCURSEIROS</i>: o serviço público possibilitando a inserção e a permanência no mundo do trabalho .....</b>	<b>97</b>
<b>5.1 Serviço público como estratégia de inserção e permanência no mundo do trabalho.....</b>	<b>97</b>
<b>5.2 Considerações finais e recomendações para futuros estudos.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>115</b>
<b>Apêndice A - Carta de apresentação aos cursinhos.....</b>	<b>116</b>
<b>Apêndice B - Roteiro de entrevista com responsáveis pelos cursinhos.....</b>	<b>117</b>
<b>Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>118</b>
<b>Apêndice D - Questionário .....</b>	<b>120</b>
<b>Apêndice E – Roteiro de entrevista semi-estruturada.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>124</b>
<b>Anexo I – Certificado de Aprovação do Projeto no Comitê de Ética.....</b>	<b>125</b>



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Faixa etária dos participantes pesquisados.....	56
Tabela 2 – Momento de conclusão do Ensino Superior.....	56
Tabela 3 – Faixa salarial mensal dos participantes.....	58
Tabela 4 – Dados sociodemográficos dos entrevistados (segunda etapa).....	61
Tabela 5 – Experiências de trabalho anteriores e atuais dos entrevistados.....	73
Tabela 6 – Concursos para os quais se destina a preparação.....	84

## RESUMO

ALBRECHT, Pricila Anny Tomachski. **SENTIDOS DO TRABALHO PARA CONCURSEIROS: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Esta dissertação teve como objetivo compreender os sentidos do trabalho para graduados em preparação para concursos públicos. Adotou-se a perspectiva qualitativa, e a coleta de dados foi realizada em duas etapas. Os instrumentos aplicados foram um questionário na primeira etapa e uma entrevista semi-estruturada na segunda. Responderam ao questionário 93 alunos de dois cursinhos preparatórios para concursos públicos na cidade de Florianópolis, cuja análise evidenciou um perfil dos *concurseiros* e os motivos da busca pelo serviço público. Nas entrevistas participaram 11 dos 93 respondentes. Os dados foram transcritos e tratados com base na técnica de análise de conteúdo, a qual permitiu identificar quatro categorias: concepções de trabalho, emprego, serviço público e trabalho no serviço público; trajetórias acadêmicas e profissionais; concursos e planejamento de carreira e vida de *concurseiro*. As concepções de trabalho remeteram a um duplo sentido do trabalho: meio de subsistência, mas também elemento indispensável e intrínseco ao ser humano. O trabalho difere de emprego, para a maioria, sendo este último concebido como a ocupação de um espaço formal de trabalho. O serviço público unanimemente foi relacionado à estabilidade e garantia de emprego. Ao trabalho neste segmento foram atribuídos aspectos negativos e positivos. As trajetórias profissionais foram marcadas por dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, na iniciativa pública e privada. Na primeira, a burocracia foi o aspecto em comum relatado. Já na última, a frustração relaciona-se à instabilidade não à atividade em si. Os concursos foram vislumbrados a partir da frustração com a inserção profissional e também pela estabilidade e demais benefícios proporcionados. O critério de escolha dos concursos é balizado pela noção de carreira em formato de “escada”: ingresso em cargos que exijam o nível médio e gradual inserção naqueles de nível superior. A vida de *concurseiro* é permeada por rotina de estudos cansativa e desgastante, com muita pressão, estresse, cobrança e vida social restrita. Do processo de análise, reflexão e síntese dessas categorias emergiram como temas a “inserção e permanência no mundo do trabalho contemporâneo” e o “serviço público como carreira”. Os *concurseiros* expressam a situação econômica, social e educacional vigente, e os obstáculos do mundo do trabalho contemporâneo, onde pessoas com ensino superior, pelas dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, vêm no serviço público garantia de emprego estável. Não é considerado o compromisso ético com a coletividade, característica essa intrínseca ao trabalho neste segmento. Conclui-se que os sentidos do trabalho para os *concurseiros* estão relacionados à concepção de um emprego estável, embora inicialmente tenham expressado o duplo sentido do trabalho. A garantia de um emprego configura-se como mais importante do que uma possível satisfação oriunda das atividades laborais.

Palavras-Chave: trabalho, emprego, concursos, estabilidade, serviço público.

## ABSTRACT

ALBRECHT, Pricila Anny Tomachski. **MEANINGS OF WORK FOR *CONCURSEIROS*: the search for the stable job as an strategy of insertion in the contemporary job market.** 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

The main aim of this dissertation is to comprehend the meanings of work for individuals with a higher education degree preparing for selection process for placements in the public sector. It relies on qualitative data, which was obtained in two moments. In the first moment a survey was used, and in the second a semi-structured interview. In the first moment, 93 individuals enrolled in preparatory courses for selection processes in the city of Florianópolis. Its analysis provided a profile of these *concurseiros* and the reasons for choosing public sector jobs. From the 93 individuals that answered the survey, 11 were interviewed. The data was transcribed and analysed based on a content analysis technique, which made possible to identify four categories: conceptions of work, job, public service and work at the public service; academic and professional trajectories; selection processes and career planning and *concurseiros'* life. The notions of work revealed a double meaning associated to it: as a means of subsistence, and also as an intrinsic and indispensable element to human beings. Work differs from job, for the majority of the interviewees, being the latter perceived as the placement on a formal workspace. Public sector job was unanimously associated to notions of stability and guarantee of work. Both positive and negative values were attributed to work in the public sector. The professional trajectories of the interviewed were marked by difficulties regarding their insertion and continuity in the job market, both in the public and private sector. In the former, bureaucracy was the common aspect seen as a difficulty, and in the latter the reason identified was their instability but not aspects of the work *per se*. The selective processes were understood from the perspective of disappointment with their insertion in the job market, as well as by the attractiveness of stability and other benefits. The criteria for choosing selective processes for which to apply is related to the idea of career as a "ladder": entrance in placements that require only secondary school degrees, with the aim of gradually accessing placements for individuals with higher degrees. The life of *concurseiro* is characterized by a wearisome routine of study, with pressures, stress, and a restricted social life. From the analysis of, reflection upon, and synthesis of these categories appeared as themes "insertion and permanence in the contemporary job market" and "public service as career choice". The *concurseiros* expressed the current economical, social and educational situation, and the obstacles of the contemporary work context, in which individuals with higher education due to these difficulties to attain a stable situation in the job market, see in the public service the promise of a stable job. Ethical commitment with society, an intrinsic characteristic of jobs in this sector, is not taken into consideration. This dissertation concludes by affirming that the meanings of work for the *concurseiros* are related to the idea of a stable job, although they had initially expressed the double meaning associated to jobs and work. The promise of a job appears as more important than satisfaction with work activities themselves.

Keywords: work, job, selection processes, selective process, stability, public service.

## 1 INTRODUÇÃO

Mudanças são características intrínsecas ao movimento histórico das sociedades. Na sociedade contemporânea os contextos produtivos apresentam-se marcados por peculiaridades nas quais prevalecem as mudanças, balizadas por relações cada vez mais provisórias, precárias e efêmeras. Elementos como a globalização e a expansão do capitalismo implicam em múltiplas repercussões no âmbito das relações de trabalho, dentre as quais o crescente desemprego, o aumento dos trabalhos informais e a precarização das formas de trabalho (Coutinho, 2006). Essas consequências, aliadas às pressões do mercado, exigem cada vez mais dos trabalhadores contínuo aperfeiçoamento técnico, identificação com o trabalho e dedicação total a este. Responder a tais exigências se constitui como demanda imprescindível para que esses trabalhadores sobrevivam e busquem se adequar ao modelo societário vigente.

Entretanto, a qualificação profissional não garante estabilidade no mercado do trabalho (Alves, 2007). Apesar dos esforços, muitos trabalhadores permanecem sob ameaça de perderem seu trabalho, na medida em que o caráter transitório e efêmero, próprio da contemporaneidade, é transposto e reproduzido nos contextos e relações laborais. Tais assinalamentos são corroborados por Antunes e Pochmann, os quais afirmam que “dentro do trabalho, vivemos o estranhamento, o risco e a iminência de sua perda. Fora, não fazemos outra coisa que não seja pensarmos em como nos qualificar mais para não perder o trabalho amanhã. É um círculo vicioso perverso” (2007, p.20).

O discurso da qualificação constante impõe ao trabalhador a ideia de que se ele não está “correndo atrás” do seu aperfeiçoamento profissional por meio de cursos, especializações, aprendizagem de novas línguas, entre outros, será o culpado, caso perca ou não consiga um emprego. A qualificação vislumbra-se então como a estratégia da salvação frente ao desemprego; é solução redentora, que restringe esse crescente fenômeno ao âmbito individual, tornando-se obrigação de cada um buscar maior qualificação e, assim, “se garantir” no mundo competitivo (Alves, 2007; Neves, 2006). Trata-se de uma lógica que propugna a superação do desemprego como uma tarefa de responsabilidade isolada dos indivíduos, e as pessoas continuam nesse círculo vicioso que demanda investimentos de variadas ordens: psicológicos, financeiros,

temporais, etc. Nessa perspectiva, até mesmo o tempo de ócio fora do trabalho deve ser abdicado em prol da atualização profissional, sendo o lazer, deste modo, também capitalizado para o trabalho (Sato & Schmidt, 2004).

Esse discurso, todavia, não explicita que mesmo se todos os trabalhadores fossem qualificados satisfatoriamente, ainda assim não existiriam postos de trabalho suficientes para abrigá-los. De acordo com Alves (2007), o sistema do capital é incapaz de absorver todo esse contingente de mão-de-obra qualificada, constatando-se, desse modo, o cruel fato de que “o mercado não é para todos” (p.253). Nesse cenário, muitos dos que enfrentam o desemprego, segundo Sennett (2006), detêm educação e capacitação, porém não encontram o trabalho procurado. Parafraseando Antunes (1999), as pessoas “se qualificam para depois permanecerem desempregados ou, na melhor das hipóteses, desempregar os que eram anteriormente ‘qualificados’” (p.58).

Em decorrência da disseminação do discurso da empregabilidade, configura-se uma intensificação da exploração do trabalho, na qual, frente à ameaça do desemprego, os indivíduos submetem-se a atividades degradantes e cujo sofrimento é naturalizado, não se estranhando trabalhar sob certas condições (Sato & Schmidt, 2004).

No contexto brasileiro, concomitantemente às mudanças no mercado de trabalho e à precarização das formas de trabalho, tem se constatado uma elevação substancial do grau de escolaridade da população, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2007). No que diz respeito ao ensino superior, o número de instituições privadas que girava em torno de 650 em 1997, passa para 1.842 em 2004 (Nunes, 2004). Este crescimento acelerado influencia diretamente o aumento do número de pessoas cursando o ensino superior. Também há de se ressaltar a criação de políticas governamentais de incentivo ao ingresso no ensino superior, seja no âmbito privado, através do financiamento facilitado das mensalidades, ou no âmbito público, por meio de projetos que visam à expansão na oferta de vagas<sup>1</sup>.

Contudo, no mercado de trabalho, as escassas ofertas de emprego parecem não corresponder às demandas derivadas da melhoria educacional da população. Segundo alguns estudiosos, o que aconteceu foi a substituição de trabalhadores mais “instruídos” por outros de menor escolaridade (Antunes, 1999; Barbosa, 2004), fato

---

<sup>1</sup> Uma iniciativa recente nessa direção foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, instituído pelo Decreto Federal nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Este programa tem como objetivo o estabelecimento de condições para a ampliação e permanência na educação superior. Suas principais diretrizes são a redução de taxas de evasão universitária; a ocupação de vagas ociosas e o aumento do número de vagas de ingresso nas universidades federais.

esse também evidenciado ao se constatar que a renda média de um trabalhador com mais de 15 anos de estudo e com ensino superior completo em 1992 era de R\$ 3.230,90, enquanto em 2002 um trabalhador com esse mesmo perfil tinha uma renda média de R\$ 2.115,65 (Barbosa, 2004).

Para Sennett (2006), a sociedade vigente pode ser entendida como a “sociedade voltada para as capacitações”, na qual o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados, porém com impossibilidade de inserção no âmbito para o qual concluíram sua formação. Corroborando essa colocação, Nunes (2006), baseado em microdados do censo do IBGE de 2000, afirmou que 53% dos graduados brasileiros trabalhavam, àquela época, em áreas não relacionadas com a formação obtida.

Se no setor privado, apesar da melhoria educacional, constata-se que a inserção e permanência no mundo do trabalho está cada vez mais difícil, no setor público a competitividade para o ingresso também é acirrada (Nogueira, 2005). Após um período de políticas de enxugamento da “máquina administrativa” iniciadas no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, na década de 1990, como uma tentativa de reforma do Estado (Neves, 2005; Nogueira, 2005), nos últimos anos vêm ocorrendo uma retomada de admissões em cargos públicos das três esferas, resultando em expansão na força de trabalho deste setor (Nogueira, 2005).

Sobre essa retomada, que emerge a partir do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, Nogueira (2005) afirma que este governo estaria buscando superar os problemas acumulados na última década, com relação às características educacionais, laborais e administrativas do setor público brasileiro. Além disso, como na década de 1990, milhares de servidores se aposentaram, estando os postos de trabalho por eles deixados em “aberto”, advêm então a necessidade de suprir esse *déficit* através do preenchimento destas vagas, via concursos públicos. O ingresso no serviço público obrigatoriamente através de concursos foi estabelecido pela Constituição Federal promulgada em 1988, sendo a nomeação para cargos, empregos e funções públicas dependente de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, relacionadas com a natureza e complexidade do cargo a ser ocupado.

Profissionais com diferentes graduações procuram sua inserção no contexto produtivo através do setor público. Silva (2004), entrevistando egressos de cursos de Pedagogia, História, Administração, Direito e Odontologia da cidade de Florianópolis-SC, constatou que a expectativa de ingresso no serviço público era vista por esses

sujeitos não como uma opção escolhida pela natureza do trabalho naquele setor, mas como uma alternativa para lidar com o sentimento de insegurança mobilizado frente à instabilidade encontrada no mundo do trabalho. Na mesma direção, Pimentel (2007) constatou, em pesquisa com jovens recém-formados em Psicologia na região da grande Florianópolis- SC, que estes percebiam a participação em concursos públicos como uma das estratégias promissoras de inserção no mercado de trabalho. Krawulski (2004), em pesquisa sobre o processo de construção da identidade profissional do psicólogo no seu cotidiano de trabalho, também já havia verificado que dentre os primeiros movimentos visando à inserção profissional dos sujeitos pesquisados estava a prestação de concursos para ingresso em órgãos públicos.

O setor público como alternativa de inserção e permanência no mercado de trabalho apresenta-se com um expressivo destaque, em vista das perspectivas salariais, da segurança e estabilidade e ainda das boas condições de trabalho (Marconi, 2003; Nogueira 2005). Especificamente no Município de Florianópolis, de acordo com dados da Prefeitura Municipal (2001), a administração pública é considerada um dos três setores<sup>2</sup> mais importantes da economia, visto que a cidade, na qualidade de Capital, constitui-se como centro político-administrativo, sendo sede do governo estadual e de representações de órgãos e entidades federais. Esta condição também estimula muitos trabalhadores do Município e de seu entorno a buscarem oportunidades de trabalho nos diversos órgãos do serviço público.

O grau de dificuldade dos concursos para acesso aos cargos públicos, decorrente da alta proporção entre candidatos e número de vagas, tem levado as pessoas em busca de inserção nesse setor a procurarem cursos preparatórios, voltados especificamente para tais concursos. Esses sujeitos recebem até uma denominação específica: são *concurseiros*, por se dedicarem em tempo integral ou parcial, durante dois anos ou mais, aos estudos voltados para a preparação ao(s) concurso(s) que pretendem prestar<sup>3</sup>.

Avaliando a situação econômica e social acima ilustrada, e concordando com Chizzotti (2005), para o qual a identificação do problema de pesquisa e sua delimitação

---

<sup>2</sup> Os outros dois setores mais importantes da economia da cidade, de acordo com o mesmo *site*, são os Serviços, que incluem hotéis, restaurantes e outros segmentos importantes, como a área de informática, e o Comércio, como articulador da infra-estrutura necessária para o desempenho das relações de troca entre consumidores e empresas privadas e públicas.

<sup>3</sup> Ver crônicas de Douglas (2008), disponível no site: <http://www.pciconcursos.com.br/comopassar/136>

pressupõem uma imersão do pesquisador no contexto e nas circunstâncias condicionadoras do problema, na sequência será descrita como se deu essa imersão para a pesquisadora.

Minayo (1994), ao debater a respeito das escolhas de um pesquisador, pontua que a definição do objeto da pesquisa e da base teórica sobre a qual ela será realizada implica preferências que são ideológicas. Nesse sentido, segundo a autora, a neutralidade na investigação científica torna-se um mito, uma vez que as escolhas feitas por um pesquisador sempre têm como horizontes sua posição social e o momento histórico vivenciado.

A opção por determinado tema de pesquisa, desse modo, emerge circunscrita a uma realidade indissociável do pesquisador. Seguindo esse entendimento, o trabalho que ora se apresenta foi idealizado a partir de questionamentos vivenciados pela pesquisadora, e conjuntamente informações obtidas através dos veículos de comunicação: despertaram interesse muitos relatos de jovens recém formados em busca de inserção no mercado de trabalho através de concursos públicos; na mídia, cada vez mais estavam sendo veiculadas as dificuldades de inserção profissional, o desemprego, os discursos de qualificação e empregabilidade, o aumento da escolaridade dos brasileiros, o crescimento de vagas no setor público e, também, a acirrada competitividade para ingressar neste, as dicas de onde e como conseguir um “lugar ao sol”, entre tantas outras manchetes.

Com base em todas essas informações, e por meio de um constante exercício de reflexão, a pesquisadora delimitou como problema de pesquisa compreender **quais os sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos.**

Após algumas tentativas de definição dos objetivos e dos critérios para participação de sujeitos na pesquisa, examinou-se que, para tanto, seria necessário ter maior propriedade a respeito do contexto sobre o qual foi proposto alcançar compreensão. Desse modo, como uma primeira aproximação com o campo no qual foram coletados os dados, a qual permitiria “mergulhar” no “universo” dos participantes da pesquisa, foi realizado um estudo exploratório em dois cursinhos voltados à preparação para concursos públicos na cidade de Florianópolis<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O detalhamento de como foi desenvolvido este estudo será feito adiante, no capítulo do Método.



A recepção por parte dos administradores dos cursinhos contatados foi positiva, propiciando abertura para o desenvolvimento do estudo nestes locais. Os achados do estudo exploratório possibilitaram ter uma noção mais concreta da dinâmica de funcionamento destas instituições e permitiram obter alguns dados referentes às preferências e à rotina de estudos dos *concurseiros*. Constatou-se que o certame para o qual dedicam mais horas diárias de estudos é para cargos da Receita Federal, com exigência de nível superior completo. Nessa preparação, inclusive, abdicam das horas de lazer, já que têm aulas aos sábados, domingos e feriados, inclusive no Natal e Ano Novo. Pôde-se reafirmar que, apesar das muitas vagas para cargos públicos, a competitividade nesse meio é muito elevada e, em decorrência, os *concurseiros* “não têm vida social”, segundo a coordenadora de um cursinho entrevistada, já que dedicam muitas horas diárias de estudo preparando-se para os concursos.

Alguns dados estatísticos<sup>5</sup> também foram obtidos: em média, uma pessoa faz 16 concursos antes de conseguir ingressar no cargo público que deseja; em âmbito nacional, abrem-se em média mensalmente, 19.000 vagas para cargos públicos, sendo este número dependente da época do ano (em ano eleitoral, por exemplo, é vetada a publicação de editais para concursos, nos seis meses anteriores a data da eleição); as pessoas aprovadas em um concurso público dedicam-se em média 1.000 horas de estudos para este fim.

Os frequentadores de tais cursinhos são, em sua grande maioria, jovens recém-formados, de acordo com um dos entrevistados, e buscam através dos concursos em primeiro lugar “*a tão sonhada estabilidade financeira*”. Os bons salários, característicos de cargos da esfera federal, também são um dos motivos atribuídos à procura, porém são percebidos como secundários em relação à estabilidade.

Essa aproximação com o campo possibilitou maior compreensão acerca de suas características, bem como dos futuros participantes da pesquisa. Percebeu-se que os *concurseiros* vivem um processo muito peculiar, uma vez que lhes são exigidos dedicação e investimentos muitas vezes exclusivos, durante seus estudos preparatórios.

A exploração do campo efetivamente auxiliou na delimitação dos objetivos da pesquisa e dos critérios para participação na mesma. A ideia inicial era de restringir o estudo apenas a graduados que prestassem concursos para cargos de nível médio, pois

---

<sup>5</sup> Tais dados foram verbalizados pelo administrador de um dos cursinhos visitados, e são oriundos da sua experiência prática de mais de 20 anos trabalhando com esse mercado de preparação para concursos públicos.

se cogitava que a maioria dos *concurseiros*, embora tivessem ensino superior, fizessem apenas concursos para cargos de nível médio. Tal fato configurava-se como instigante para a pesquisadora: por que essas pessoas estariam buscando inserção profissional em áreas não correlacionadas com a sua formação e com nível de exigência abaixo dela?

Entretanto, conforme se constatou, a restrição do estudo somente a graduados que faziam concursos para cargos de nível médio não era adequada, tendo em vista que estes, em sua grande maioria, prestam concursos tanto de nível superior quanto para nível médio. Redefiniram-se então os critérios para participação dos sujeitos sem restrição do tipo de concurso prestado, mantendo-se a possibilidade de responder à indagação acima colocada, e considerando que possivelmente emergiriam dados relevantes e enriquecedores para a pesquisa.

Sendo assim, o **objetivo geral** deste estudo foi: compreender os sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos em Florianópolis - SC.

Os **objetivos específicos**: buscar os motivos que levam esses sujeitos a prestar concursos públicos; identificar os sentidos que esses sujeitos atribuem ao trabalho no serviço público; conhecer a trajetória de vida e o planejamento de carreira desses sujeitos.

Considerou-se que o estudo se justifica face à fundamental importância de se abordar as interações entre as pessoas e o trabalho na conjuntura contemporânea. Mesmo diante de tantas transformações em curso nos contextos produtivos, o trabalho é afirmado por diversos autores como categoria central da vida do ser humano e de suas formas de sociabilidade (Alves, 2007; Antunes, 2003; Codo, 1996; Coutinho, Krawulski & Soares, 2007; Goulart & Nicácio, 2004; Krawulski, 1991,1998; Sato & Schmidt, 2004). Igualmente partidária dessa ideia, Jacques (1996) ressalta que é importante compreender o homem em um contexto sócio-histórico no qual o trabalho é exaltado e confere significância ímpar à existência humana.

Entretanto, para Marx (1998), quando o trabalho perde a sua função de realização social e se torna um trabalho estranhado, acaba por transformar o trabalhador em um ser que não se reconhece diante de si mesmo. Antunes (2003), ancorado em Marx, afirma que uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho, pois não é possível compatibilizar um trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com satisfação, realização e pertença, atributos estes que trazem sentido para a vida dos indivíduos.

E os *concurseiros*, quais sentidos atribuem ao trabalho? E ao trabalho no serviço público? Será que eles se visualizam realizados e "providos de sentido" em seus futuros postos de trabalho? O que é ser um Servidor Público para eles, tendo em vista que são grandes os seus investimentos, sejam de ordem financeira (o cursinho), temporal (estudar nos momentos de lazer), ou psicológica (concentração, determinação, frustrações, etc.), para ingressar neste segmento?

A relevância de compreender os sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos reside em diferenciados aspectos. Um primeiro deles é que tendo efetuado buscas em Bases de Dados<sup>6</sup>, utilizando os descritores "sentidos do trabalho", "concursos públicos", "funcionalismo/serviço público", "servidores públicos" e "graduados", foram constatados poucos estudos. As pesquisas encontradas abordam os sentidos do trabalho ora relacionando esse termo com a profissão: sentidos e significado do trabalho docente (Basso, 1998); sentidos do trabalho para bancários (Corona, 2006; Sestren, 2004); sentidos do trabalho para faxineiras (Diogo, 2005); sentidos do trabalho para bombeiros (Toassi, 2008), sentidos do trabalho para mulheres da indústria avícola (Graf, 2009), ora com a faixa etária: sentidos do trabalho para crianças (Natividade, 2007); sentidos do trabalho para jovens universitários (M. S. de L. Dias, 2009) sentidos do trabalho para idosos (Stelmachuk, 2005).

Especificamente sobre o serviço público, Oliveira (1997), em pesquisa junto a servidores do Estado do Rio Grande do Sul, constatou que o significado do trabalho para estes influencia na formação de sua identidade através de fatores ideológicos e do contexto sócio-econômico, tanto nas razões atribuídas ao ingresso quanto à permanência no serviço público. Paixão (2000), em pesquisa de mestrado intitulada *O Significado do trabalho no Judiciário em Mato Grosso do Sul*, buscou analisar a natureza e as condições de trabalho dos juízes de direito, identificando fontes de significação do trabalho e fatores de ocorrência de sofrimento e de prazer no exercício profissional.

Soratto (2000), por sua vez, analisou a concepção de trabalho para servidores agentes administrativos. Os resultados evidenciaram um servidor diferente do

---

<sup>6</sup> Busca realizada no portal de livre acesso da CAPES (<http://acessolivre.capes.gov.br/>) e no portal DOMÍNIO PÚBLICO (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>) em abril e outubro de 2008, respectivamente. Em abril de 2009, foram efetuadas novas buscas nos portais DOMÍNIO PÚBLICO e INDEX PSI (<http://www.bvs-psi.org.br/>). Foram encontradas então mais três dissertações de mestrado relacionadas ao trabalho no serviço público (Soratto, 2000; Tavares, 2003; Holanda, 2007).

estereótipo veiculado pela mídia. Os sujeitos pesquisados mostraram buscar um trabalho que seja importante e permita contribuições pessoais. A autora propõe então que a explicação da imagem estereotipada do servidor público deve ser procurada na organização do trabalho e não no perfil do servidor.

Tavares (2003) pesquisou a representação social do sofrimento no trabalho entre servidores de um tribunal judiciário. Como resultado constatou elementos constitutivos desse sofrimento, tais como injustiça no ambiente de trabalho, falta de reconhecimento e autonomia neste. Os resultados indicaram que o sofrimento no trabalho está relacionado com a frustração das necessidades humanas e das expectativas profissionais dos servidores.

Holanda (2007) investigou o alcoolismo em servidores técnico-administrativos e suas relações com o trabalho. Os resultados revelaram que os servidores pesquisados tinham história de alcoolismo na família e apresentavam o problema antes do ingresso no serviço público. Em relação ao trabalho, por um lado este foi visto como fonte de sobrevivência e porto seguro, diante de um cenário de precarização e escassez do emprego; por outro, foi identificado como causador de sofrimento por ser sem sentido e atuar, desse modo, como coadjuvante na manutenção da dependência química.

Coutinho, Diogo e Joaquim (2008) investigaram os sentidos do trabalho para servidores técnico-administrativos de uma universidade pública. Dentre os resultados, as autoras constataram que os servidores atribuíram sentidos positivos aos seus trabalhos, tais como a estabilidade profissional e o provimento das necessidades pessoais e familiares.

As pesquisas relatadas têm em comum a relação entre o serviço público, o servidor e o seu trabalho. Entretanto, todos esses sujeitos pesquisados, diferentemente dos *concurseiros*, já estavam inseridos no contexto laboral do serviço público, fato que torna relevante o presente estudo.

Outro aspecto pertinente à relevância da pesquisa aqui relatada é a necessidade indicada na literatura (Morin, Tonelli & Pliopas, 2007; e Tolfo & Piccinini, 2007), de mais investigações acerca dos sentidos do trabalho em diferentes classes sociais no Brasil.

Ademais, esses sujeitos possivelmente expressam uma das várias facetas da realidade da economia nacional, a qual merece ser mais aprofundada, a saber: cada vez mais indivíduos com escolarização de nível superior e que, apesar dessa condição, encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho, podendo ser os concursos

públicos uma forma de conseguirem essa inserção, mesmo em cargos para os quais sua formação profissional não foi direcionada. Essas pessoas, apesar de terem uma formação de nível superior, não a exercem, ou a exercem de modo precário para, durante certo tempo de suas vidas, dedicarem-se à preparação para lograr êxito nestes certames.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, dispostos na seguinte ordem:

Segundo capítulo: o marco teórico. Compreendendo, como Minayo (2008), ser a partir do marco teórico-conceitual que o pesquisador estabelece o seu discurso argumentativo, buscou-se fundamentar teoricamente a temática estudada não apenas através da Psicologia, tendo em vista a importância e complementaridade de conhecimentos oriundos da Sociologia, Economia, História entre outras áreas.

Terceiro capítulo: no método são pormenorizados aspectos da pesquisa tais como sua abordagem, o contexto, os participantes e preceitos éticos envolvidos, os procedimentos e instrumentos de coleta de dados, bem como os procedimentos de análise e devolução dos dados.

Quarto capítulo: neste são apresentados e discutidos, a partir das contribuições da literatura, os achados empíricos acerca da “Vida de *concurseiro*”. Delineiam-se desde as concepções de trabalho, os percalços iniciais vivenciados no mundo do trabalho, suas trajetórias, até os planos e estratégias para ingresso no serviço público.

Quinto capítulo: são destacadas as principais sínteses e conclusões obtidas a partir desse estudo. Também são retomados os objetivos propostos e as respostas encontradas. Por fim são tecidas indicações para futuras pesquisas.

## **2 MARCO TEÓRICO**

Neste capítulo abordam-se algumas concepções acerca do trabalho com suas transformações e sentidos na contemporaneidade, e também o serviço público no Brasil. Não se ambicionou alcançar exaustivamente estas temáticas, uma vez que nas pesquisas qualitativas, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), comumente faz-se desnecessária uma longa revisão da literatura, tendo em vista que ao iniciar uma pesquisa não se tem total clareza de qual literatura será pertinente articular com os futuros dados. A partir da análise dos dados e da possibilidade da emergência de temas não esperados e não explorados se torna possível buscar mais autores, a fim de se poder estabelecer diálogo entre os achados empíricos e a literatura pertinente.

### **2.1 Transformações e sentidos do trabalho na contemporaneidade**

A proposta de compreender o trabalho e seus sentidos para determinados sujeitos requer, anteriormente a esta etapa, conhecer o trabalho enquanto conceito e categoria.

Liedke (2006) propõe que o trabalho é uma atividade resultante de esforço físico ou mecânico, no qual é despendida energia com uma finalidade específica. Etimologicamente a palavra de língua portuguesa trabalho originou-se do latim *tripalium*, cujo significado nos dicionários remete a um instrumento de tortura. Nessa perspectiva, para Krawulski (1991), à palavra trabalho desde longa data estão associadas ideias de castigo e sofrimento, e supõe-se que essas concepções exerçam influência até hoje, conferindo ao trabalho o caráter árduo e penoso pelo qual, de maneira generalizada, é conhecido histórica e socialmente.

Na concepção marxista, o trabalho possibilita ao homem ir além da natureza e das relações imediatas. Para Marx e Engels (1932; 2007), o trabalho é o meio pelo qual a consciência deixa de ser um mero produto de adaptações biológicas e passa a ser uma atividade autogovernada. Dito de outro modo, o homem é o único animal que, ao executar uma atividade, é capaz de antecipar em sua mente os resultados de sua ação, configurando, assim, um caráter consciente a essa ação.

### Nas palavras de Marx

uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade (1998, p. 211-212).

Codo (1996), amparado no materialismo histórico dialético, conceitua trabalho como uma atividade humana por excelência, em contraposição às atividades dos outros animais, pois as últimas são imediatas, enquanto o homem estabelece uma relação de dupla transformação entre ele e a natureza, gerando assim um significado através do seu fazer. Alves (2007) também compreende a categoria trabalho como sendo um intercâmbio entre o homem e a natureza, considerando-o um aspecto ineliminável da nossa espécie, uma vez que se constitui como o traço distintivo do homem diante dos outros animais, permeando todo o processo de civilização humana.

Para Antunes (2005), é justamente o processo de dupla transformação que faz o trabalho se converter em elemento essencial ao desenvolvimento da sociabilidade humana. Desse modo, o trabalho, para o homem, enquanto sujeito histórico e social, produto e produtor dos contextos nos quais está inserido, assume um papel central enquanto categoria constituinte do ser humano e de suas formas de sociabilidade, tendo em vista o lugar que ocupa na vida dos indivíduos (Jacques, 2002).

Entretanto, deve-se levar em consideração que o trabalho, mesmo vinculado à constituição humana, entendida como um processo através do qual o homem é capaz de transformar a si próprio e à natureza, nem sempre é tomado a partir dessa ótica (Pochmann, 2007). Examinando a evolução da história do trabalho, Krawulski (1991, 1998) destaca que o mesmo, em princípio, compareceu como atividade para o atendimento das necessidades de sobrevivência humanas. Apenas nos últimos séculos, devido a diferentes circunstâncias históricas, entre as quais primordialmente a revolução industrial e o advento do capitalismo foi que, de modo gradativo, o trabalho passou a ser investido de conotação econômica.

O trabalho assalariado, típico do modo de produção capitalista, foi considerado por Marx (1998) como trabalho estranhado. Marx considera esse trabalho estranhado, tendo em vista que, a partir da emergência da sociedade privada e da conseqüente divisão hierárquica do trabalho, ocorre a separação do homem e dos seus meios de produção. Logo, o trabalhador, não tendo controle sobre os processos nem sobre o produto de seu trabalho, torna-se ele também um ser estranhado diante de si mesmo. Dito de outro modo, na organização do trabalho na sociedade capitalista “ocorre uma

ruptura, uma cisão, um divórcio entre o produto e o produtor, o trabalhador produz o que não consome, consome o que não produz” (Codo, 1994 p. 19).

Sob esse modo de produção, o trabalho se transforma em uma atividade através da qual o homem, regido pela lógica mercantil, perde sua autonomia. As consequências deste modelo se estendem à grande massa de trabalhadores, e deformam o caráter qualitativamente emancipador e social do trabalho.

Frigotto (2002) distingue o trabalho em sua dimensão criadora da vida humana (dimensão ontológica), das formas que o mesmo assume no capitalismo: trabalho sob a forma de emprego ou trabalho assalariado. Antunes (2005), baseado nos pressupostos de Marx, argumenta que o trabalho, enquanto caráter útil de intercâmbio metabólico entre os homens e a natureza, ou seja, em sua dimensão essencialmente qualitativa, é deixado de lado na sociedade regida pela ordem capitalista. Nesse regime, o processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna uma mercadoria especial. Forrester (1997), compartilhando dessas ideias, assinala que, sob a forma de emprego, o trabalho é perversamente deformado na civilização ocidental. A esse respeito, Krawulski registra que “uma das mudanças mais características ocorridas nos últimos dois séculos refere-se à gradativa transformação do trabalho em emprego, que se reporta a trabalho pago em dinheiro, típico, portanto, da lógica capitalista” (1998, p.13).

Nota-se, destarte, a necessidade de identificar a diferença conceitual entre trabalho e emprego, embora esses termos com frequência sejam utilizados na mesma acepção, sem que se atente para as especificidades que abrigam. Enquanto o trabalho pode ser conceituado, de forma ampla, como ação humana, pode-se afirmar que o emprego é um dos modos assumidos pelo trabalho no capitalismo, derivado das condições de assalariamento que foram sendo instauradas.

No contexto brasileiro e em termos legais, de acordo com o Decreto-Lei n. 5.452, Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Brasil, 1943), considera-se empregado toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Deste modo, há emprego quando há um vínculo empregatício entre duas partes, empregado e empregador, podendo o último ser de origem pública ou privada.

O trabalho assalariado, ou seja, o emprego vem sendo alvo de constantes transformações, sobretudo nas últimas décadas. Para Antunes (2005), essas mudanças são tão agressivas que autores como Gorz, Offe, Méda, Rifkin, entre outros, chegam a



considerar que a categoria trabalho esteja sendo extinta na contemporaneidade. Entretanto, para Antunes (2005), o que está em crise é a dimensão principal assumida pelo trabalho na sociedade capitalista, e não a categoria em si, a qual continua ocupando lugar central no modelo social vigente. Corroborando tais argumentos, Alves (2007) afirma que a atual conjuntura, denominada por alguns autores de perda da centralidade do trabalho, “é tão-somente a metamorfose complexa do vínculo de ‘emprego’ em novas formas de subalternidade salarial para além do vínculo empregatício” (p.107).

Na sociedade contemporânea temos como características marcantes as intensas mudanças, que acompanham também o contexto produtivo. Sobre essa questão, Antunes (2003) coloca que, a partir da década de 1970 o capitalismo começa a dar sinais de um quadro crítico, no qual há o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção<sup>7</sup>. Configurou-se então uma crise, visto que este padrão de produção não foi capaz de “responder à retração do consumo que se acentuava.” (p.29). Conforme o mesmo autor, a crise do capitalismo repercute profundamente no mercado de trabalho, implicando no desemprego em dimensão estrutural, na precarização do trabalho e na destruição em escala global da natureza, sendo esses traços constitutivos da reestruturação produtiva do capitalismo. A “nova ofensiva do capital” que, de acordo com Alves (1996) exprime as repercussões da reestruturação produtiva, afeta principalmente o trabalho coletivo e organizado, pois, através do desemprego, da terceirização e da desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, é que, de modo perverso, o capital manifesta o seu verdadeiro significado.

No Brasil podem ser constatadas transformações no mercado de trabalho; particularmente no período compreendido entre 1930 e 1980 houve uma forte expansão do emprego assalariado, em decorrência, principalmente, da industrialização nacional. Contudo, a partir da década de 1980 o mercado de trabalho passou a sinalizar uma desestruturação, com forte desemprego e geração de postos de trabalhos precários. Na década de 1990 houve diminuição da oferta de emprego assalariado, resultando em maior desemprego e mais recentemente, o patamar de desemprego atingiu três vezes aquele do fim da década de 1980 (Pochmann, 2007).

---

<sup>7</sup> O modelo taylorista/fordista de produção é caracterizado pelo trabalho em linha de montagem, na qual o trabalhador executa operações parceladas, por meio de movimentos mecânicos, padronizados e repetitivos. Esse modelo de produção em massa estabeleceu importantes bases para a expansão do capitalismo em escala global (Coutinho, 2006).

Forrester (1997), abordando o fenômeno do desemprego e o sofrimento que este traz aos sujeitos, assinala que “o desemprego invade hoje todos os níveis de todas as classes sociais, acarretando miséria, insegurança, sentimentos de vergonha (...)” (p.125). As pessoas, no sistema capitalista, são vistas como “gorduras” e quando necessário é feito o “corte das gorduras”, ou seja, as demissões. Nesse sentido, os sujeitos são considerados apenas como excessos que precisam ser eliminados, sendo que o desemprego gera, então, sentimentos nefastos de inadequação e inutilidade. Luna (2008) complementa alertando que “o mercado de trabalho se torna cada vez mais precário e hostil devido ao aumento da competição pelas vagas disponíveis” (p. 241).

Estreitamente relacionado ao desemprego e à competitividade do mercado de trabalho, o termo empregabilidade emerge no contexto laboral contemporâneo. Forrester (1997) já alertava para o sucesso que este conceito faria. Com efeito, a empregabilidade constituiu-se em discurso propalado em larga escala, exigindo dos sujeitos constante aperfeiçoamento e dedicação, como forma de alcançar e manter um lugar no concorrido mundo do trabalho. Ao discurso da empregabilidade, para Alves (2007), também são incorporadas promessas de inclusão e permanência no mercado de trabalho àqueles que “consumirem” um conjunto de competências, as quais vão qualificá-los cada vez mais, passando esses sujeitos a serem considerados como “empregáveis”.

Entretanto, conforme diversos autores já apontaram (Alves, 2007; Antunes, 1999; Antunes & Pochmann, 2007; Neves, 2006; Sato & Schmidt, 2004; Sennett, 2006), a lógica capitalista incute nos sujeitos que não conseguem permanecer em seu trabalho uma culpabilização pelo fracasso, indicando que falharam por não se qualificar adequadamente. Permanece mascarado, através do exaustivo apelo à empregabilidade, o fato de que não há vagas para todos, mesmo que todos fossem devidamente qualificados. O desemprego, a acirrada competição no mundo laboral, a marginalização dos trabalhadores com baixa qualificação e, em suma, o movimento de desestruturação do mercado de trabalho refletem, de acordo com Antunes (2005), o cruel processo de trabalho na sociedade capitalista.

Todavia, é ainda nesta mesma sociedade que o trabalho mostra-se como condição inalienável ao ser humano, esteja ele presente ora como situação de esforço, o *labor*, ora como obra, *opus*, sendo visto como condição que transcende as necessidades limitadas à sobrevivência e gera oportunidades de inclusão social (Pochmann, 2007). Dito de outro modo, mesmo na lógica capitalista o trabalho configura-se com uma

dupla definição, pois é um meio para proporcionar a satisfação das necessidades e também possibilidade de busca da auto-realização (Krawulski, 1991, 1998).

Nessa perspectiva, o trabalho na contemporaneidade, mesmo tendo como características marcantes a precariedade, a fragmentação e a vulnerabilidade, é reafirmado por Coutinho, Krawulski e Soares (2007) enquanto categoria central do ser humano. As autoras ponderam que estão presentes, cada vez mais, as dimensões de mudança e também de continuidade nas relações de trabalho. As constantes mudanças requerem dos sujeitos “que se identifiquem, a cada momento, com algo novo, e reconheçam em suas trajetórias uma dimensão temporal, integrando passado, presente e futuro, no mundo laboral” (p.35). Já a continuidade é dada pelo esforço que os sujeitos fazem ao buscar integrar as transformações ocorridas à construção de sua própria trajetória, de forma que esta faça sentido para eles mesmos e para o mundo que os circunda.

Discutir sobre trabalho na contemporaneidade leva a refletir sobre os sentidos que este pode assumir para os sujeitos. Sendo assim, justifica-se que estudos sobre *sentidos e significados* atribuídos ao trabalho venham sendo desenvolvidos nos últimos anos. Tolfo, Coutinho, Almeida, Baasch e Cugnier (2005), em revisão de literatura a respeito de abordagens utilizadas em pesquisas sobre significado e sentidos do trabalho, encontraram a presença de quatro abordagens: sócio-histórica, construcionista, cognitivista e humanista.

A perspectiva sócio-histórica, ao considerar o homem como um ser eminentemente social, reafirma a relação inexorável entre sujeito e sociedade. Sendo assim, para essa vertente, a categoria significado remete ao coletivo e o sentido ao singular. Para o construcionismo, a realidade não existe independente do modo que as pessoas têm de compreendê-la, sendo, portanto, com base na cultura e na linguagem que se produzem os significados e sentidos sobre a realidade. Na abordagem cognitivista predomina o termo significado do trabalho, definido como cognição multifacetada com caráter histórico, dinâmico e subjetivo. Já a abordagem humanista privilegia o termo sentidos do trabalho, e os estudos produzidos sob essa vertente buscam identificar quais atividades têm ou não sentido para os trabalhadores que as executam. Logo, a ideia não é compreender quais os sentidos produzidos através do trabalho, e sim verificar as características de trabalhos que possuem maior ou menor relevância para estes trabalhadores (Tolfo *et al.*, 2005).

Tais abordagens, guardadas suas devidas peculiaridades, demonstram semelhanças entre si, pois partem de uma compreensão pautada primordialmente no contexto histórico e social no qual os sujeitos estão circunscritos. Ressalte-se, conforme assinalam Tolfo *et al.* (2005), que de um modo geral os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto histórico, ao passo que os sentidos são diferenciados, por serem balizados por uma apreensão pessoal dos significados coletivos.

Considerando as transformações em curso, denotam-se uma pluralidade de contextos cada vez mais complexos, emergindo o desenvolvimento de pesquisas voltadas à compreensão dos sentidos do trabalho nos mais diversificados espaços.

Stelmachuk (2005) pesquisou os sentidos do trabalho para idosos em exercício profissional remunerado. Embora os idosos tenham relatado situações de gratificação e de frustração em suas histórias de trabalho, a permanência no trabalho mostrou-se como uma gratificação comum a todos, sendo relatada ao longo de seus discursos com conotação de entusiasmo e orgulho. O trabalho foi referido como sendo a sua própria vida, e ao se remeterem à possibilidade de afastamento deste, significaram esta situação como perda do sentido de viver.

Diogo (2005) estudou os sentidos do trabalho para mulheres que atuam na área de limpeza e conservação, vinculadas a uma empresa prestadora de serviços. Entre os sentidos atribuídos a este trabalho destacaram-se aspectos depreciativos, sendo descrito como árduo, mal remunerado e socialmente não reconhecido. Esse trabalho demonstrou ser importante e central na vida destas mulheres, porém com algumas características marcantes de insatisfação e sofrimento psíquico.

Dal Magro (2006), por sua vez, investigou os sentidos do trabalho para sujeitos participantes de empreendimentos solidários. Foram apontados diferentes sentidos atribuídos ao trabalho, dentre os quais a relação do trabalho com a garantia da subsistência e como forma de reconhecimento e/ou desvalorização social. Para a pesquisadora, estas formas de significar o trabalho relacionam-se diretamente aos sentidos atribuídos sujeitos ao cooperativismo. Também foi evidenciada a culpabilização frente às dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Os sentidos que bancários outorgam ao seu trabalho foi pesquisado por Corona (2006). Os resultados deste estudo apontaram para os sentidos do cotidiano dentro e fora do trabalho e os sentidos propriamente do trabalho. O cotidiano é marcado por um

ritmo intenso de trabalho, pressão por cumprimento de metas e exigência de disponibilidade tanto de tempo quanto de espaço, implicando em “nomadismo involuntário”. Entre os sentidos atribuídos ao trabalho, foram destacados a possibilidade de contato humano, o sustento financeiro e a identificação com a empresa e não com os conteúdos das atividades realizadas.

Natividade (2007) buscou compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por crianças, e constatou que estas atribuem sentidos ao trabalho a partir de sua realidade cotidiana. A pesquisadora verificou que as crianças pesquisadas já haviam internalizado o discurso capitalista, estando presentes em suas falas o desejo pelo consumo, o trabalho associado diretamente à noção de emprego, além do sentido do trabalho como algo penoso.

Morin, Tonelli e Pliopas (2007), em pesquisa sobre os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens administradores, obtiveram como resultados três categorias de análise: o trabalho e seus sentidos para o próprio indivíduo, o trabalho e seus sentidos para a própria organização e o trabalho e seus sentidos para a sociedade. Para os jovens pesquisados, frequentadores de um curso de pós-graduação em administração, o trabalho como fator de sobrevivência foi enfatizado. Todavia, na dimensão individual a ideia de satisfação pessoal também foi constatada quando os entrevistados diziam: “*quem exerce o trabalho sente prazer, gosta do que faz*” (2007, p. 54). As autoras inferem que essa fala mostra um gosto especial no exercício da atividade em si mesma, refletindo desse modo a satisfação pessoal.

Os sentidos que bombeiros atribuem ao seu trabalho foi estudado por Toassi (2008). Para estes profissionais, o trabalho foi visto como um prazer remunerado, uma vez que, além de ser uma forma de prover a sobrevivência é também uma maneira de obter reconhecimento e auto-realização. Os resultados ainda mostraram o cotidiano laboral desses profissionais cercado de aspectos complexos, no qual o objetivo final está intrinsecamente relacionado à manutenção e preservação da vida humana.

Graf (2009) investigou os sentidos atribuídos ao trabalho por trabalhadoras de um abatedouro avícola. Os resultados mostraram as trajetórias das mulheres, bem como os motivos de ingresso no abatedouro, além da dinâmica do cotidiano de trabalho e das perspectivas profissionais futuras. Foi evidenciada a presença da divisão sexual do trabalho tanto no âmbito produtivo como no doméstico. No abatedouro, as trabalhadoras se ocupavam com tarefas repetitivas e distribuídas em poucos cargos. No

espaço doméstico, as mulheres participavam da renda familiar, porém continuavam com a responsabilidade exclusiva dos trabalhos domésticos.

Os sentidos que universitários atribuem ao trabalho e a relação deste com seus projetos de vida foram investigados por M. S. de L. Dias (2009). Os resultados mostraram que as construções de projetos de vida se estabelecem de modo frágil, pautados na incerteza do futuro profissional. A ameaça de desemprego representou uma zona de conflito nos sentidos do trabalho para estes sujeitos, uma vez que a possibilidade de não inclusão configurava sentimentos de vulnerabilidade. Também foi evidenciado o discurso da qualificação, como requisito para inserção e permanência no mercado profissional.

Tolfo e Piccinini (2007), baseadas em revisão de pesquisas sobre o significado e os sentidos do trabalho constataram que, embora utilizando termos diferentes, alguns autores muitas vezes adotam as mesmas variáveis de estudo. Para maior clareza na definição dos termos, estas autoras adotaram o conceito que relaciona o significado ao entendimento social do que seja trabalho, ao passo que o sentido é representativo de uma dimensão mais pessoal. As autoras apontam que

o fenômeno de atribuir sentidos e significados ao trabalho precisa ser estudado em uma perspectiva multidisciplinar, pois se trata de um construto psicológico multidimensional e dinâmico, e que resulta da interação entre variáveis pessoais e sociais relacionadas ao trabalho (Tolfo & Piccinini, 2007, p. 45).

Seguindo a mesma linha de entendimento, Zanella, Reis, Titon, Urnau e Dassoler (2007) compreendem os significados e sentidos como produzidos pelos sujeitos através de complexas relações, balizadas por meio das suas trajetórias, as quais, por sua vez, são marcadas pelas peculiaridades do contexto histórico em que vivem. Para Zanella *et al* (2007), as pesquisas de investigação psicológica que buscam compreender as atividades humanas requerem, para sua melhor apreensão, voltar o olhar para os sentidos estabelecidos em uma dada relação, sendo que esse olhar deve considerar “a indissociabilidade de sujeitos, de suas condições de possibilidades e a realidade histórica do contexto do qual ativamente participam” (p. 31).

Levando em consideração a complexidade dos conceitos atribuídos aos sentidos ao trabalho, considerou-se necessário demarcar qual a compreensão de sentidos e de significados adotada na pesquisa aqui relatada. Adotou-se o conceito trazido por Tolfo e Piccinini (2007), o qual também corrobora a concepção de Vygotski (1992), compreendendo os significados como compartilhados coletivamente e os sentidos, por

sua vez, remetendo a uma dimensão singular vivenciada por determinado sujeito. Entendeu-se também que o estabelecimento de sentidos e significados é um processo social e, portanto, construído nas relações.

Sendo assim, ao buscar compreender os sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos, privilegiou-se a compreensão de dimensões singulares através das quais são vivenciados os processos de cada um desses sujeitos no que diz respeito ao trabalho. Essa busca requereu analisar o contexto onde estes sujeitos almejam se inserir e/ou permanecer, e com esse intuito, na sequência, é apresentada uma contextualização do serviço público no Brasil.

## **2.2 Serviço público no Brasil**

O conceito de serviço público pode ser compreendido como atividades dotadas de conteúdo econômico, as quais têm grande relevância social, sendo então a sua exploração delegada a uma das esferas da federação, com a finalidade de garantir a todas as pessoas o seu acesso (Neto, 2005).

Historicamente, o serviço público brasileiro passou por muitas transformações. Durante o período de 1930 a 1945 houve um processo de abertura de vagas nos Ministérios brasileiros. De acordo com Miceli (2001), ocorreu então uma expansão colossal da máquina burocrática e, em decorrência, o funcionalismo público, civil e militar recebeu um conjunto articulado de direitos e prerrogativas estatuídos em leis especiais. O Conselho Federal do Serviço Público Civil era a entidade que determinava, por exemplo, em quais cargos poderiam ser exigidos certificados de conclusão de curso secundário e/ou diplomas científicos de bacharel. Para Miceli (2001), desse modo, o Estado tornou-se uma instância de legitimação de competências e passou a “atuar como uma agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção do público portador de diplomas superiores” (p. 203).

O serviço público possibilitava aos que nele ingressavam manter um estilo de vida intermediário para as famílias que não eram da aristocracia, mas também não pertenciam às camadas mais pobres. Sendo assim, não é de se estranhar, conforme pontua Miceli (2001), que grande parte dos intelectuais brasileiros foi funcionários públicos, podendo ser citados Machado de Assis, Olavo Bilac, José de Alencar, Érico Veríssimo, entre outros. A essa época, para DaMatta (2001), ser funcionário público

permitia ter um emprego, quando se tinha amizades e apadrinhamentos em uma sociedade marcada pela escravidão e pela hierarquia, na qual o Estado era visto como um grande empregador e patrão.

Também são marcantes na história do nosso serviço público as sucessivas reformas direcionadas a sua administração. Ao recapitular algumas das reformas, Coutinho (2003) pontua que elas estão relacionadas com a concepção que se tem de Estado em determinada época. Nos anos de 1930, “o governo Vargas implementou uma reforma baseada nas ideias de Max Weber, com a construção de instituições públicas e o uso da razão no processo orçamentário” (p.172). Todavia, o modelo weberiano que se propunha a uma burocracia eficaz com o objetivo de dificultar o desvio do dinheiro público, estabeleceu uma tendência muito mecanicista, inflexível e focada nos aspectos formais da organização, em detrimento dos fatores informais e da natureza humana (Saravia, 2006).

Já na reforma ocorrida em 1967, a maior preocupação focalizava-se na realização do serviço público de modo eficiente, adotando uma política voltada a desestatização (Coutinho, 2003). No início da década de 1990, houve uma tentativa de reforma do Estado, através da reforma previdenciária promovida pelo Governo do presidente Fernando Collor de Mello, da qual resultou, em 1991, a aposentadoria de 46 mil servidores (Nogueira 2005). Tal fato ficou conhecido como um momento de enxugamento da “máquina administrativa”: foi deflagrada uma série de Programas de Demissão Voluntária (PDV’s), os quais, de acordo com Neves (2005) “produziram um processo de debilitação da identidade e da auto-estima profissional dos servidores públicos” (p. 38).

Outra expressão que ficou conhecida à época do Governo Collor foi a “caça aos marajás”, propalando a ideia de que os servidores, tomados genericamente, “ganhavam muito e faziam pouco”. Percebe-se, neste período, uma campanha de desmoralização profissional voltada à imagem do servidor, na qual sua figura perante a sociedade foi denegrada e usada para justificar a proposta de privatização do Estado (Neves, 2005; Nogueira, 2005). Já no governo do Presidente Itamar Franco, de 1992 a 1994, desenvolveu-se um esforço para valorizar o servidor, por meio de melhorias salariais, porém não existiu uma ampliação do ingresso de pessoal através de concursos públicos, o que foi gerando uma estagnação no setor (Nogueira, 2005).

A partir de 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso estabelece uma nova estratégia para a reforma da administração pública brasileira, integrada a um processo



mais abrangente de reforma do Estado. Como parte dessa estratégia, foi criado um novo ministério, denominado MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, do qual resultou um Plano Diretor enfatizando o “empreendedorismo público”. Este tinha como requisitos a gestão de pessoal, a flexibilidade de vínculo e a avaliação de desempenho (Nogueira, 2005).

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) também foi marcado por discussão e tramitação da reforma do sistema previdenciário, a qual estabeleceu novas regras para a aposentadoria, inclusive dos servidores. Essa iniciativa ocasionou uma “corrida para a aposentadoria” por parte de milhares de servidores que antecipando essa etapa, buscavam garantir seus direitos. Já o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) foi balizado por uma forte orientação fiscalista: em 2000, foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixou parâmetros para os gastos com pessoal diante das receitas líquidas de cada ente federativo. Este governo buscou ainda renovar e ampliar os planos de demissão voluntária e estabeleceu incentivos para a licença não-remunerada dos servidores (Nogueira, 2005).

A respeito das reformas ocorridas, DaMatta (2001) pontua que as transformações no serviço público acontecem apenas no plano formal e externo, onde comumente são apresentadas propostas de modificação da estrutura do Estado, mas não é considerada a conduta dos funcionários desse Estado. Nas palavras do autor:

*mudam-se nomes, formas, normas e regras. Complicam-se, em nome da modernidade e da racionalidade os procedimentos, mas deixam-se de lado as pessoas: os funcionários encarregados do gerenciamento dessas estruturas nas suas ações, decisões e, acima de tudo, posturas relativamente ao que fazem (2001, p.4).*

De modo similar, para Soratto (2000), através da reforma administrativa foram introduzidos modelos adotados do setor privado, sem ser levada em consideração a especificidade do papel do Estado. Discussões referentes ao papel político são inexistentes e as dificuldades aparecem apenas como sendo da ordem de administração de pessoal, ou seja, há uma tendência a conceber os problemas da gestão dos servidores como se fossem da alçada técnica, ao invés de enfrentar as questões políticas que são inerentes às atividades executadas na esfera pública.

Já para Ferreira (1996), o Plano Diretor implantado no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso não se caracterizava pela simples aplicação direta de princípios da administração de empresas na gestão pública, nem pelo

abandono das categorias da burocracia clássica por completo, mas sim pelo intuito de serem feitas apropriações e adaptações necessárias para que a administração pública tivesse um modelo o qual a ajudasse a cumprir com suas finalidades. Contudo, Neves (2005) assinala que a reforma administrativa foi um movimento dirigido a transpor para o Estado a nova relação de forças que caracterizam a globalização, sendo esta utilizada como instrumento de “...‘atualização’ do regramento institucional que regula as relações sociais e a distribuição dos serviços públicos, de acordo com a nova relação de forças” (p. 40).

Segundo dados apresentados por Nogueira (2005), considerando o período desde 1991, quando começou a Reforma Previdenciária promovida pelo então presidente Fernando Collor de Melo até o final de 2002, quando terminou o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, no total foram aposentados 233.820 servidores públicos federais. Em contrapartida, nesse mesmo período ingressaram através de concurso nessa mesma esfera 51.613 servidores, resultando em um *déficit* de 182.207 funcionários.

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, há uma retomada para a admissão em cargos públicos, nas mais diversas áreas. Nogueira (2005) avalia este momento como uma “nova” expansão na força de trabalho do setor público e que este governo estaria buscando superar os problemas que se acumularam na última década com relação às características educacionais, laborais e administrativas da força de trabalho do setor público do Brasil. Referendando essa política expansionista da força de trabalho neste setor, a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (ANPAC, 2008) informou que foram abertas cem mil novas vagas para cargos públicos em 2007, nas esferas municipal, estadual e federal.

Ao analisar as vagas autorizadas para concurso em âmbito federal, no período entre 2003 e 2005, Nogueira (2005) traz as seguintes estatísticas:

- 63% das vagas referem-se a cargos de Nível Superior e 37% a cargos de Nível Intermediário;
- 39% dizem respeito a funções docentes e de apoio das instituições de ensino do Ministério da Educação;
- 15% são de servidores do sistema da Previdência Social;
- 12% são de servidores de funções judiciárias (Ministério da Justiça);

- 9% referem-se a funções de finanças e economia do Estado (Ministério da Fazenda);
- 6% referem-se a novas carreiras relacionadas às funções das agências reguladoras federais nas áreas de comunicação, energia elétrica, saúde, etc.

De acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG, 2009), do início do ano de 2002 até junho de 2009 foram autorizadas 161.326 vagas para concurso público em âmbito federal. As vagas ofertadas são muito diversificadas, abrangendo os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Cultura; da Defesa; do Desenvolvimento Social e do Combate a Fome; da Educação; da Fazenda; da Integração; da Justiça; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento; da Indústria e do Comércio Exterior; do Planejamento, Orçamento e Gestão; dos Transportes; do Trabalho e do Emprego; da Saúde; da Previdência Social; da Ciência e Tecnologia; do Esporte; das Comunicações entre outros. Essas vagas alcançam desde agentes administrativos, técnicos, analistas e auditores até arquitetos, assistentes sociais, bibliotecários, biólogos, contadores, economistas, enfermeiros, engenheiros, médicos, professores, psicólogos, sociólogos entre outros.

Perante essa trajetória do serviço público brasileiro, e o atual momento de abertura de vagas nas suas diferentes carreiras, cabem as perguntas: o que é ser um servidor público? Quem é o servidor público?

Dallari (1989), de modo sintetizado, traz a definição de que “servidor público é quem trabalha para a administração pública em caráter profissional, não eventual, sob vínculo de subordinação e dependência, recebendo remuneração paga diretamente pelos cofres públicos” (p.16). A Constituição (Brasil, 1988) vigente, em seu Artigo 37, define que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros que correspondam aos requisitos estabelecidos em lei, sendo que a nomeação ao posto depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, relacionada com a natureza e complexidade do cargo a ser ocupado.

De acordo com Freire (2004), os trabalhadores públicos compreendem três classes diferentes:

- Servidores Estatutários: são aqueles sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargos regidos pela Lei n. 8.112 de 1990.

- Empregados Públicos: são os contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ocupantes de emprego público regidos pela Lei n. 9.962 de 2000.
- Servidores Temporários: são aqueles contratados por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, cujo contrato é regido pela Lei n. 8.745 de 1993.

As atividades do servidor público abarcam uma gama variada de funções administrativas e técnicas, oriundas do exercício dos poderes estatais, e estão intrinsecamente relacionadas ao interesse coletivo.

Esse foco no atendimento do interesse coletivo denota, então, uma grande importância ao papel do servidor. Contudo, de acordo com Dallari (1989), há uma incorreta e generalizada imagem dos brasileiros a respeito do funcionário público, segundo a qual este é considerado “vadio” e incompetente, e foi trabalhar no serviço público porque não conseguiu outro emprego, sendo um derrotado na competição profissional do setor privado. Codo (2002) também aborda a questão da imagem do servidor público, observando que, aos olhos dos cidadãos, tal servidor é aquele que torna difícil o que seria fácil e que cria dificuldades ao invés de resolver os problemas.

A imagem negativa do servidor público, para Soratto (2000), foi construída e cristalizada ao longo dos anos e deve ser questionada. Entretanto, apesar dessa conotação negativa e pejorativa, aumenta progressivamente o número de pessoas que prestam concursos para obter uma vaga no serviço público. Tal fato, que primeiramente se mostra contraditório, pode ser mais bem compreendido ao considerar que no Brasil, em função do desemprego e do crescimento de atividades informais, nos quais se estabelecem relações instáveis e precárias de trabalho, o serviço público é vislumbrado como um campo propício pela valorização da estabilidade, sendo esta característica associada diretamente ao trabalho nesse setor (Soratto, 2000).

A valorização da estabilidade no serviço público é corroborada pelo estudo de Goulart e Nicácio (2004). Os autores pesquisaram alunos do curso superior de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, tais discentes, ao entrar nesse curso, têm a garantia de que após concluí-lo ingressarão no Serviço Público Estadual. Goulart e Nicácio (2004) verificaram que, para os sujeitos pesquisados, emprego e trabalho foram tomados como sinônimos. Também, para estes, em nossa sociedade o trabalho que oferece segurança ao trabalhador é aquele ao qual se associa o contrato e o salário; logo, é o emprego. Os

autores concluíram que este curso superior, devido a suas peculiaridades e levando-se em consideração que a possibilidade de encontrar um emprego formal no setor privado é cada vez menor, representou “uma saída empregadora para os entrevistados, na medida em que lhes oferece um emprego público garantido” (p.14).

De modo similar, para Machado (2009), ocupar um cargo ou emprego público é atrativo para grande parcela da população, principalmente em regiões onde o segmento privado não é “capaz de absorver satisfatoriamente a avalanche de profissionais que anualmente chegam ao mercado de trabalho” (p. 13). Com efeito, as vagas no setor público têm sido alvo de uma acirrada competitividade por parte de seus candidatos. Pode-se tomar como exemplo concurso realizado pelo Ministério da Fazenda, no qual foram disponibilizadas 2.000 vagas para todo o Brasil, para o cargo de Assistente Técnico Administrativo, que requeria o ensino médio concluído e oferecia salário inicial de R\$ 2.590,42. Segundo dados da Escola de Administração Fazendária (ESAF, 2009), instituição responsável pela realização do concurso, a concorrência para estas vagas alcançou 334,2 candidatos inscritos para cada vaga. Como atrativos que justifiquem tais números podem ser elencados a remuneração, frequentemente maior, se comparada à ofertada pelo setor privado (Marconi, 2003; Nogueira, 2005), além dos benefícios e “garantias” que esses empregos supostamente oferecem aos sujeitos, como a estabilidade e adequadas condições de trabalho.

Neves (2005) afirma que o perfil do servidor público vem sendo alterado ao longo das transformações do processo de produção e das relações de trabalho e, atualmente, caracteriza-se predominantemente por trabalhadores de origem urbana e com grau de escolarização elevado. Marconi (2003) analisou a evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990, e constatou que os funcionários do setor público, àquela época, tinham em média ocupações menos operacionais e nível de escolaridade e tempos médios de serviços maiores que seus pares do setor privado. Esses resultados são forte indicativos de que o perfil da força de trabalho no setor público era mais qualificado do que aquele observado em relação aos trabalhadores do setor privado.

Quanto aos diferentes âmbitos do serviço público, Marconi (2003) traz que na esfera federal prevaleceram funções de suporte, tais como cargos de auxiliares administrativos, secretárias, vigias, porteiros, motoristas entre outros. Nos serviços públicos estaduais predominaram os profissionais da educação, policiais e bombeiros, e da saúde. Nos municipais sobressaíram também a educação e saúde, muito embora

haja ocupação de áreas operacionais e de suporte. Entre os segmentos do serviço público, os servidores municipais foram aqueles cujas características mais se aproximaram das registradas no setor privado. Sugeriu-se que essa semelhança seja explicada por uma possível influência relevante sobre ambos, das condições econômicas e sociais locais. Ainda nessa mesma pesquisa, Marconi (2003) constatou que o salário dos servidores públicos apresentou na década de 1990, crescimento maior do que o salário dos trabalhadores do setor privado. Percebeu-se uma segmentação entre os dois mercados, visto que indivíduos semelhantes não recebem remunerações iguais nos dois setores. Além desse aspecto, no serviço público as pessoas menos qualificadas recebiam remuneração superior às observadas por seus pares no setor privado (Marconi, 2003).

Apesar de autores (Marconi, 2003; Neves, 2005) abordarem um possível perfil dos servidores públicos brasileiros, cabe salientar a dificuldade de considerar o serviço público como um setor homogêneo. Levando-se em consideração a multiplicidade de áreas e carreiras dentro das diversas esferas do serviço público, não é possível estabelecer um único perfil capaz de representar de modo fidedigno todos os servidores, uma vez que se encontram diferenças significativas, seja nas realidades de trabalho, na remuneração oferecida e até mesmo no *status* de que gozam diversas áreas de atuação, em detrimento de outras.

No que diz respeito às dificuldades do trabalho no serviço público, para Suxberger (2009) a prática neste segmento é massacrante e carregada de tecnicismo, onde o volume de trabalho e os processos burocráticos impulsionam soluções pragmáticas, as quais tendem a repetir e manter as estruturas existentes. Entretanto, o servidor deve “lutar” contra essas estruturas, uma vez que o seu papel é essencial para fomentar “práticas sociais que permitam a emancipação popular e o empoderamento daqueles que são o destinatário do trabalho daquele que ocupa um cargo público: a coletividade” (p. 23).

Chanlat (2002) chama a atenção para o que considera um mal-estar profissional, observado cada vez mais nos serviços públicos após a introdução do modelo de gerência pública voltado para o desempenho e a produtividade. A partir de então, alguns elementos estão mais presentes no cotidiano de trabalho dos servidores, a saber: o aumento da carga de trabalho, em razão da redução de pessoal; a diminuição do grau de autonomia, com a entrada das novas tecnologias da informação; o não reconhecimento do servidor, percebido muitas vezes como ineficiente e com fraca

produtividade; os novos contratos temporários ou terceirizados, que promovem a fragmentação das equipes de trabalho e rompe com a característica fundamental do serviço público que é a segurança do emprego, como condição necessária para conservar a neutralidade e a independência do funcionário. Por fim, Chanlat (2002) aponta a necessidade de que as ações públicas estejam voltadas para uma ética muito específica, a ética do bem comum. Entretanto, segundo este autor, percebe-se uma desmotivação geral por parte dos funcionários públicos, calcada nos elementos acima descritos, a qual deve ser problematizada a partir da importância do papel que representa a ética do bem comum neste segmento.

Sobre a ética no serviço público brasileiro, DaMatta (2001) assinala haver resistência muito grande à entrada e assimilação desse preceito neste meio, o que ocorre porque em nosso contexto ainda estão presentes e enraizados resquícios de um “poder à brasileira” no qual prevalecem relações de amizade e hierarquia. Para DaMatta (2001), há uma “ética dupla” que rege nosso sistema, onde ora se tomam decisões seguindo valores modernos e ora se age em favor das simpatias pessoais, considerando o caso de fulano diferente, porque ele é amigo de sicrano. Desse modo, a ética perde terreno, pois, caso ela fosse disseminada e aceita em todos os âmbitos do serviço público, todos atuariam de acordo com premissas universais e válidas, sem exceção. Sendo assim, o autor considera necessário um novo modo de conceber e exercer o poder político administrativo no Brasil, o que requereria sérias implicações, inclusive para os altos agentes públicos. A respeito da formação do patronato político brasileiro, Faoro (1987) ressalta a herança e a influência, ainda nos dias atuais, de aspectos da nossa colonização, legitimada em características tradicionais e aristocratas.

Não obstante, em que pesem elementos como o nepotismo, o clientelismo e os apadrinhamentos, presentes no cotidiano político brasileiro desde longa data, com a crescente profissionalização das carreiras públicas, a via de entrada para o setor público têm sido os concursos. A Constituição Brasileira de 1937 já determinava obrigatoriedade de realização de concurso para a investidura nos cargos públicos. A carta Constitucional de 1946, por sua vez, fazia menção ao termo “estáveis”, através do qual é estabelecido o prazo de dois anos de exercício mínimo para nomear como efetivo o funcionário público. A perda do cargo estável era condicionada somente à sentença judiciária ou processo administrativo, com garantia de ampla defesa ao funcionário (Dantas, 2002).

É com a Constituição Federal de 1988, denominada Carta Cidadã, que são consolidados alguns direitos fundamentais do servidor público civil. Nela, a estabilidade torna-se uma garantia de ordem constitucional deferida aos ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo, assegurando-lhes a permanência, desde que tenham sido atendidos aos requisitos postos em lei (Dantas, 2002). Conforme preceitua este dispositivo legal,

Art. 41. São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (Brasil, 1988).

Em 1998, o Diário Oficial da União publicou a Emenda Constitucional n. 19, a qual, de acordo com Dantas (2002), adveio da necessidade do Poder Público cortar gastos e incluir o Princípio da Eficiência, prestando serviços qualificados eficazes e sem desperdícios orçamentários. Esta Emenda Constitucional trouxe mudanças consideráveis na administração pública: com relação à estabilidade, altera o prazo para considerar o servidor público estável, de dois para três anos de efetivo exercício, além de incluir como condição para aquisição de estabilidade a obrigatoriedade da avaliação periódica de desempenho, a ser feita por uma comissão especialmente instituída para essa finalidade. Sobre a perda do cargo, foram acrescentadas duas possibilidades: a demissão por reprovação em procedimento de avaliação periódica de desempenho e a demissão por excesso de quadros.

O preceito da estabilidade no setor público, para Machado e Umbelino (1995), não deve ser visto como um privilégio que confere vitaliciedade ao cargo ou função ocupada. Antes disso, de acordo com as autoras, deve ser interpretado como um instrumento para garantir a excelência na prestação de serviços à sociedade, evitando que “a administração pública possa ficar comprometida pelo uso político de suas atividades, refletindo interesses clientelistas e paroquiais, gerando a descontinuidade, arbitrariedade técnica, bem como perda da memória técnica administrativa” (p.9). A estabilidade, então, está vinculada ao caráter essencial da ação pública e não se relaciona apenas com a especificidade ou a importância da atividade estatal. Para



Saravia (2006), a estabilidade é uma garantia contra a demissão arbitrária, sendo um requisito necessário para a existência de uma equipe profissional de gestão pública, a qual deve estar voltada sempre para o interesse público.

Como foi evidenciado, o serviço público no Brasil passou por uma série de transformações, as quais, mais especificamente a partir da década de 1990, alteraram o perfil deste setor, bem como ainda hoje influenciam o ingresso e a permanência neste. Considera-se que conhecer os elementos históricos, políticos e sociais associados a este contexto auxiliam e direcionam a busca pela compreensão dos sentidos do trabalho para os sujeitos que almejam nele ingressar.

Com o intuito de atender aos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, na sequência é apresentado o percurso metodológico, detalhando-se a abordagem utilizada, o contexto e seus participantes, os preceitos éticos adotados, os procedimentos e instrumentos de coleta e de análise dos dados e, por fim, a devolução dos resultados aos participantes

### **3 MÉTODO**

É a partir do método que todo estudo se viabiliza e se direciona para alcançar os objetivos aos quais se propõe. Abordando o tema da pesquisa, e ao ponderar sobre suas recomendações aos jovens pesquisadores, Costa (2002) afirma ser esta uma atividade que exige reflexão, rigor, método e ousadia. O método é parte essencial de uma investigação, definindo os rumos que irá tomar e trazendo à tona a visão de homem e de mundo do pesquisador. Para Alves (1991), as pesquisas refletem pressupostos de ordem epistemológica, explicitamente reconhecidos ou não, que se referem à natureza da realidade e ao processo do conhecimento.

A perspectiva qualitativa é uma prática recorrente nas Ciências Humanas, e foi a partir dela que este estudo foi conduzido. Os métodos qualitativos, conforme Haguette (2001), enfatizam as particularidades de um fenômeno a respeito de suas origens e de sua razão de ser. Para Chizzotti (2005), essa abordagem parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, onde há “(...) uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (p.79).

Os métodos qualitativos respondem a questões muito particulares e, para Minayo (1994), se preocupam com um nível de realidade que não pode ser quantificado, abrangendo desse modo um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Corroborando este conceito, Bodgan e Biklen (1994) afirmam ser o objetivo da pesquisa qualitativa melhor compreender o comportamento e experiências humanas e “os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas” (p.50).

Consoante com esses conceitos e princípios, apresenta-se a seguir a trajetória desta pesquisa, a qual foi desenvolvida em duas etapas: em um primeiro momento aplicação de questionários e posteriormente utilização de entrevistas semi-estruturadas.

#### **3.1 Estudo exploratório**

Nos meses de agosto e setembro de 2008 foi desenvolvido o estudo exploratório, com a finalidade de obter aproximação ao campo de coleta de dados, colhendo informações e esclarecimentos a respeito de sua constituição.

Minayo (2004) afirma que a fase exploratória da pesquisa é muito importante e compreende: escolha do objeto de investigação; delimitação do problema; definição dos objetivos; construção do marco teórico conceitual; elaboração dos instrumentos de coleta de dados e exploração do campo. Essa entrada e a exploração do campo, segundo a autora, é uma estratégia que fornece subsídios ao pesquisador acerca dos primeiros impactos da pesquisa em seu *locus*. Assim, deve-se levar em consideração como apresentar a pesquisa, como apresentar-se enquanto pesquisador, com quem estabelecer o primeiro contato e a quem se apresentar. Trata-se, portanto, de uma investigação prévia do campo antes do trabalho de coleta de dados propriamente dito, a qual “permite o fluir da rede de relações e possíveis correções já iniciais dos instrumentos de coleta de dados” (2004, p.103).

Seguindo essa perspectiva, procedeu-se a um levantamento dos cursinhos preparatórios para concursos públicos existentes em Florianópolis, os quais se acreditavam serem a via de acesso mais assertiva aos sujeitos que estão se preparando para concursos. Este levantamento foi realizado por meio de uma busca em *sites* de concursos públicos, sobre estes cursinhos preparatórios. Em um desses *sites* foi encontrado um *link* através do qual se obteve informações a respeito dos concursos públicos em Florianópolis<sup>8</sup>. Neste mesmo *site* havia uma relação de empresas que ofereciam aulas direcionadas a concursos públicos e seus respectivos endereços eletrônicos. Após visitar alguns destes *sites* e conhecer um pouco do serviço oferecido, chegou-se a uma lista com endereço e contato telefônico de cinco estabelecimentos. Também foi realizada uma busca em lista telefônica, porém os contatos obtidos através desta foram os mesmos encontrados por meio da procura via *internet*.

Através de contato telefônico, a pesquisadora se apresentou brevemente e solicitou contatar os responsáveis pelos cursinhos, em horário pré-agendado, com o intuito de apresentar o projeto de pesquisa e realizar uma entrevista. Houve boa receptividade aos dois primeiros contatos telefônicos realizados, bem como às respectivas visitas e entrevistas. Destarte, não foram contatados os demais cursinhos identificados.

Quando das visitas e entrevistas foi entregue aos responsáveis uma carta de apresentação (Apêndice A), na qual constava uma breve explanação dos objetivos e da

---

<sup>8</sup> Busca realizada no endereço eletrônico:  
[www.concursospublicosonline.com/informacao/view/Concursos-Estaduais/Estado-de-Santa-Catarina/Concursos-em-Florianopolis/](http://www.concursospublicosonline.com/informacao/view/Concursos-Estaduais/Estado-de-Santa-Catarina/Concursos-em-Florianopolis/)

relevância do pré-projeto de dissertação. Previamente à visita, foi elaborado um roteiro de entrevista (Apêndice B), com o objetivo de obter informações sobre a Instituição e, principalmente, a respeito dos seus alunos. As entrevistas com os responsáveis de cada instituição foram realizadas nas dependências respectivas, e levaram em média 30 minutos. No decorrer destas realizaram-se as anotações mais pertinentes e posteriormente elaborou-se um registro pormenorizado das informações obtidas.

Os cursinhos voltados especificamente para concursos públicos apresentam-se como uma alternativa preparatória àqueles que decidem prestar concursos. Desse modo, há um variado leque de possibilidades: as pessoas podem optar em frequentar apenas aulas de matérias específicas (como português, informática, exatas ou direito), ou também realizar cursos extensivos ao longo de um ano, sejam eles voltados apenas para um concurso em especial, ou para matérias consideradas como base para todos os concursos. A grade de horário dos cursinhos é ofertada em todos os períodos (manhã, tarde, e noite). Entretanto, a frequência de alunos é maior no período da noite, no qual as turmas geralmente estão cheias, o que se deve ao fato de muitos desses matriculados, além de se dedicarem aos estudos, também exercerem atividade remunerada em um ou dois períodos durante o dia. Quanto ao investimento financeiro para frequentar cursos preparatórios, de um modo geral em Florianópolis, este depende da modalidade de aula escolhida, e também do reconhecimento e prestígio que o cursinho escolhido possui perante seus alunos, ou seja, cursinhos estabelecidos há mais tempo na cidade e que possuem maior índice de aprovação nos concursos.

O estudo exploratório subsidiou o aprimoramento dos propósitos da pesquisa, no que se refere aos objetivos geral e específicos, a partir dos esclarecimentos obtidos quanto ao perfil e à dinâmica dos sujeitos que frequentam os cursinhos preparatórios. Conforme já abordado, inicialmente pretendia-se restringir a pesquisa a graduados que prestassem concursos apenas para cargos de nível médio/técnico. Entretanto, este primeiro contato com o campo evidenciou que os *concurseiros* realizam muitos concursos, ora para nível médio, ora para nível superior, maximizando o investimento feito. Ao passarem em um concurso, inclusive, muitos continuam se preparando, na expectativa de abertura de novos editais, traçando assim uma perspectiva de carreira progressiva no serviço público, focalizada nos cargos de melhor remuneração.

A aproximação com o campo foi importante também para estabelecer um primeiro vínculo e obter o “aceite” por parte das instituições, para realizar a pesquisa nas suas dependências e junto a seus alunos. O conhecimento de elementos como a

rotina de estudos dos *concurseiros* e a sazonalidade destes nas dependências físicas dos cursinhos, decorrente do lançamento ou não dos editais de concursos, possibilitaram estabelecer um calendário viável para a etapa de coleta de dados, como também forneceram indicativos para a construção dos instrumentos de levantamento de dados.

O estudo exploratório permitiu ainda saber um pouco mais a respeito da clientela dos cursinhos: jovens de ambos os sexos, em fase de transição para a vida adulta, com em média 25 anos; são, em sua grande maioria, recém-graduados e se dedicam aos estudos para concursos geralmente em um dos períodos, sendo o outro ocupado por alguma atividade remunerada; alguns já trabalham no serviço público, e estudam para prestar concursos para cargos de melhor remuneração, muitas vezes no mesmo órgão, inclusive; outros se dedicam integralmente aos estudos para os concursos e não exercem atividade remunerada.

### **3.2 Preceitos éticos**

Após aprovação no exame de qualificação, em dezembro de 2008, o projeto deste estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, e aprovado conforme certificado n. 351 (vide Anexo I), sendo considerado condizente aos princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

O processo de levantamento de dados foi iniciado em março de 2009, ou seja, somente após a aprovação do projeto no referido Comitê, resguardando, desse modo, os cuidados éticos exigidos nos procedimentos de investigação. Aos frequentadores dos cursinhos que foram convidados e aceitaram participar da pesquisa apresentou-se por escrito seus objetivos e solicitou-se, após sua adesão voluntária, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - (Apêndice C), no qual foi garantido o sigilo da participação e também a possibilidade de desistência em qualquer momento do processo.

Durante toda a fase de coleta de dados a pesquisadora procurou estabelecer uma interação que propiciasse o respeito aos participantes, às suas possibilidades de horários e locais para o preenchimento dos questionários e também posteriormente, para a realização das entrevistas. Especificamente nas entrevistas, foi solicitado aos participantes que se atribuíssem nomes fictícios, a fim de garantir que não fossem

identificados na divulgação dos resultados. Também foi requerida autorização para gravar a entrevista e disponibilizada posteriormente sua transcrição literal aos entrevistados que tivessem interesse. Todos autorizaram a gravação e somente um solicitou o documento da entrevista transcrita.

Outro cuidado ético observado foi o modo de escuta e o respeito à fala dos participantes, dispostos a falar de suas histórias de vida para alguém que conhecia há pouco tempo. Desse modo, a pesquisadora buscou estar aberta a posteriores contatos e esclarecimentos àqueles participantes que demonstraram maior mobilização de sentimentos ao relatarem determinadas histórias de suas vidas.

### **3.3 Participantes e locais da pesquisa**

Os critérios para participação na pesquisa foram: estar estudando para concursos públicos e ter o terceiro grau completo, independentemente da área de formação. Na primeira etapa, de aplicação do questionário, foram recolhidos 106 questionários respondidos. Porém, apesar de no momento de entrega desse instrumento terem sido explicitados os critérios mínimos de participação, algumas pessoas sem curso superior completo responderam ao questionário. Esses, por não atenderem aos critérios, foram excluídos da pesquisa. Desse modo, ao total 93 sujeitos participaram dessa etapa. Foi explicitado a esses sujeitos, tanto verbalmente quanto pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que ocorreria uma segunda etapa do estudo, com entrevistas, e que eles poderiam vir a ser convidados para dela participar.

Na segunda etapa, viabilizada através da entrevista, participaram 11 desses 93 sujeitos, sendo oito homens e três mulheres. O número de participantes nas entrevistas foi definido seguindo o critério de saturação, o qual, segundo Bodgan e Biklen (1994), ocorre em determinado ponto do processo de levantamento de dados, quando as informações tornam-se redundantes. Na pesquisa em questão, a saturação dos dados deu-se a partir do momento, que a pesquisadora começou a perceber a ocorrência de repetição dos dados durante as entrevistas. Sendo assim, ao analisar sinteticamente o conteúdo das 11 entrevistas, considerou-se pautado em Minayo (2008) que o critério de saturação tinha sido atendido, uma vez que a pesquisadora, através do conhecimento adquirido no campo, conseguiu compreender a lógica interna da coletividade estudada.

A respeito dos locais de pesquisa, com base no estudo exploratório optou-se por realizar a coleta nos dois cursinhos visitados anteriormente, ambos situados no Município de Florianópolis, aqui denominados de Cursinho A e Cursinho B. Tal opção decorreu, além do interesse e disponibilidade das duas instituições, do fato de que ambas tinham dinâmicas de aula distintas, o que poderia enriquecer a pesquisa.

Convém pontuar o fato de os cursinhos preparatórios não serem a única opção para viabilizar o contato com os *concurseiros*, uma vez que há também dedicação aos estudos para concursos sem frequentar aulas especificamente para esse fim, e ainda a prestação de concursos sem dedicação a nenhum tipo de preparação em especial. A escolha por coletar os dados em cursinhos preparatórios deu-se em função do acesso facilitado aos *concurseiros*, mesmo sabendo-se que estes representam apenas uma parcela das pessoas que prestam concursos públicos. Considerou-se que os sujeitos frequentadores de cursinhos apresentariam mais elementos comuns relacionados aos propósitos da pesquisa.

### **3.4 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados**

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram em um primeiro momento um questionário (Apêndice D), elaborado a partir dos objetivos da pesquisa e do contato prévio com o campo no estudo exploratório. Na segunda etapa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndice E) com alguns dos sujeitos que previamente haviam respondido ao questionário.

Para Chizzotti (2005), o questionário consiste em um agrupamento de questões pré-elaboradas e dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, e tem o objetivo de evocar dos informantes respostas a estas questões. O uso do questionário como um dos instrumentos e não o único não inviabiliza a pesquisa de caráter qualitativo. Minayo (2008), ao discutir sobre os métodos quantitativos *versus* qualitativos, aponta a triangulação de métodos como uma prática que permite compreender os dados objetivos e subjetivos (provenientes de diferentes instrumentos) como interdependentes, buscando, desse modo, uma superação da dicotomia entre estes. Nas palavras da autora,

a triangulação de métodos também valoriza a quantificação. Mas compreende a quantidade como indicador e parte da qualidade dos fenômenos, dos processos e dos sujeitos sociais, marcados por estruturas,

relações e subjetividade, culturalmente específicas de classes, grupos e segmentos profissionais, gênero, etnia e idade (2008, p.367).

A aplicação do questionário anteriormente às entrevistas visava abranger um número quantitativamente maior de participantes, possibilitando traçar um perfil destes e obter subsídios à elaboração de um roteiro de entrevista mais refinado.

Alguns dos respondentes deixaram dados incompletos ao preencher o questionário. Entendeu-se que tal ocorrência se deveu ao fato de não ter sido realizada uma aplicação piloto do instrumento, na qual poderiam ter sido identificadas algumas falhas em sua estrutura e conteúdo. Questionários incompletos e que porventura pudessem prejudicar a análise não foram incluídos na pesquisa. Outros respondentes não registraram no formulário as informações necessárias (telefone e *e-mail*) ao contato com vistas à segunda etapa. Considerou-se que apesar de terem aceitado responder ao questionário, estes não tinham interesse e/ou disponibilidade para participar da entrevista e por isso não forneceram tais informações.

Quanto à entrevista, na concepção de Bodgan e Biklen (1994), “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (p.134).

A entrevista desenvolvida na presente pesquisa teve formato *semi-estruturado*. Minayo (1994) caracteriza essa modalidade como uma articulação entre as entrevistas *abertas*, onde o informante aborda livremente o tema proposto, e as *estruturadas*, que pressupõem perguntas previamente formuladas. As entrevistas foram subsidiadas por um roteiro previamente organizado, composto por questões abertas, que possibilitaram uma interação com os participantes e uma abstração de aspectos, os quais se acreditam, tenham permitido responder aos objetivos geral e específicos da pesquisa.

Com o intuito de avaliar a pertinência das perguntas do roteiro de entrevista, bem como de propiciar à pesquisadora um treino acerca de sua postura nos procedimentos de interação com os participantes, foram realizadas duas entrevistas piloto. Essas duas entrevistas auxiliaram a checar o instrumento e, ao seu final foi solicitado aos participantes que respondessem a respeito da clareza das perguntas feitas, se foram facilmente compreendidas, se de algum modo se sentiram constrangidos frente aos temas indagados e se consideravam a necessidade de inclusão de outras questões. Os dois participantes relataram não ter tido dificuldades para compreender e responder as questões, e, desse modo, não foram realizadas mudanças



no roteiro, e os dados dessas entrevistas piloto foram incluídos na análise e discussão dos resultados desta pesquisa.

### **3.5 Dinâmica da coleta de dados**

A etapa de aplicação dos questionários foi realizada no Cursinho A nos meses de março e abril de 2009. Neste cursinho, localizado na região central de Florianópolis, as aulas são transmitidas via satélite, ou seja, existem salas de aula presenciais, porém o professor não está presente fisicamente na sala, e as dúvidas dos alunos são enviadas por um monitor via internet. Essa modalidade de aula influenciou diretamente na aplicação dos questionários, uma vez que não havia como solicitar alguns minutos ao professor para que os alunos os respondessem. Desse modo, a pesquisadora sempre chegava de 20 a 15 minutos antes de iniciar a aula e abordava os alunos, apresentando a pesquisa e convidando para participação. Muitos aceitavam participar, ficavam com o questionário, mas não o respondiam imediatamente e se dirigiam à sala de aula. Como estratégia para recolhê-los, então, a pesquisadora assistia à aula até o intervalo, momento no qual os participantes tinham tempo para responder e devolver o questionário.

No cursinho A havia várias turmas em preparação para concursos diferentes: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Fazenda, Auditor e Analista da Receita Federal. Uma característica marcante das turmas era a presença de poucos alunos, em média dez, às vezes cinco, fato que levou a pesquisadora a visitar o cursinho nos três períodos (manhã, tarde e noite) para conseguir convidar um número maior de participantes. As visitas contínuas fizeram com que os alunos ficassem mais familiarizados com sua presença, facilitando, desse modo, um vínculo maior com estes. Tal aproximação proporcionou compreender a realidade que vivenciavam e conhecer as angústias em relação às dificuldades dos concursos e a demora para abertura dos editais. Por vezes, alguns alunos lhe dirigiam questionamentos quanto aos testes psicológicos presentes em alguns concursos e solicitavam dicas para “combater” a ansiedade no dia da prova.

Esgotada a fase de aplicação dos questionários no Cursinho A, iniciou-se em abril de 2009 a aplicação do mesmo instrumento no Cursinho B. Essa segunda instituição também se localiza na região central de Florianópolis, e a principal

diferença em relação à primeira é a presença do professor em sala de aula. Esse fato inicialmente facilitou a aplicação dos questionários, uma vez que depois de apresentado o estudo e feito convite para participação na pesquisa, o professor aguardava os alunos responderem ao questionário para somente depois iniciar a aula. As turmas do cursinho B também eram maiores, o que resultou em um número maior de participações nessa etapa. Desse modo, após apenas duas visitas ao Cursinho B foi atingido um número de questionários considerado suficientes. No entanto, apesar de mais fácil o retorno dos questionários no Cursinho B, percebeu-se posteriormente, na etapa das entrevistas, que a menor permanência da pesquisadora nesta instituição produziu um vínculo com os participantes menor do que com aqueles do Cursinho A.

Em maio de 2009, após a compilação dos dados oriundos do questionário e da organização do roteiro de entrevista semi-estruturada, iniciaram-se contatos com alguns dos respondentes para participarem da segunda etapa da coleta de dados. Em princípio, o critério para o convite de participação nesta etapa foi o interesse na pesquisa, ou seja, na época da aplicação dos questionários estes sujeitos já se disponibilizaram a participar da entrevista, demonstrando um interesse pelo assunto. Entretanto, ao iniciar estes contatos (via *e-mail* e telefone), houve dificuldades em identificar sujeitos com os quais pudessem ser agendadas as entrevistas. Estas dificuldades foram oriundas de diferentes fatores, dentre os quais se destacam:

- sazonalidade dos estudantes nas dependências dos cursinhos: muitos dos que responderam ao questionário estavam matriculados em um curso específico e, quando contatados para a entrevista, já não estavam mais se dedicando aos estudos para concurso e verbalizaram não ter interesse em participar;
- falta de tempo: muitos sujeitos, quando convidados a participar da entrevista, verbalizaram não ter tempo para dispor, mesmo sendo enfatizado que o horário e o local seriam estabelecidos de acordo com suas possibilidades. À falta de tempo era atribuída a carga horária de trabalho semanal, aliada às horas de dedicação ao cursinho e, também a proximidade da data dos concursos para os quais estavam se preparando;
- mudança de cidade: alguns dos participantes, na época da entrevista, já haviam sido aprovados e chamados para assumir seus postos de

trabalho, muitas vezes em outras cidades, inviabilizando a participação nesta etapa.

Desse modo, o agendamento e concretização das entrevistas foi um processo mais moroso do que se esperava inicialmente, tendo em vista os contatos prévios com os sujeitos quando da aplicação dos questionários. Ocorreu com frequência um tempo de espera para que os convidados respondessem ou não ao *e-mail*, e aceitassem ou não ser entrevistados, para somente então convidar outros. Todavia, não se considera que estes percalços tenham prejudicado o desenvolvimento da pesquisa. As entrevistas duraram em média 30 minutos e foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos participantes: nove delas ocorreram nas dependências físicas do cursinho onde estudavam, em local reservado e apropriado para que se sentissem à vontade e as questões éticas preservadas; outras duas ocorreram no local de trabalho dos participantes, também em ambiente apropriado. Todas foram gravadas, com a anuência prévia dos participantes.

### **3.6 Procedimentos de análise dos dados**

A análise dos dados é um dos processos mais importantes da pesquisa. A esse respeito Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a organização, de modo sistemático, de todos os materiais coletados no campo permite aumentar a compreensão acerca destes e também possibilita a apresentação do que foi encontrado na pesquisa

No estudo em questão, primeiramente foram compilados os dados oriundos dos questionários. Esse processo parcialmente foi viabilizado através do programa *Excell*, no qual foram criadas planilhas para aglomerar os dados sociodemográficos, calculando-se o percentual encontrado entre os elementos convergentes, por exemplo, 51% dos respondentes são homens e 49% mulheres. As três questões abertas foram analisadas através da análise de conteúdo e posteriormente relacionadas com as categorias emergentes das entrevistas. Através da análise quantitativa do questionário foi possível estabelecer o perfil dos respondentes, articular dados desse perfil com as análises das entrevistas e também responder, mesmo que de modo não aprofundado, a um dos objetivos específicos da pesquisa, qual seja, “buscar os motivos que levam esses sujeitos a prestar concursos públicos”.

Após a transcrição literal, as 11 entrevistas foram analisadas através da técnica da Análise de Conteúdo, a qual, segundo Bardin (1979), é um conjunto de técnicas de análise que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção destas mensagens. Para Minayo, a análise de conteúdo parte de um primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado, ultrapassando os significados manifestos. Sendo assim, “articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem” (2004, p.203).

Franco (1994), por sua vez, traz que a análise de conteúdo tem o objetivo de buscar o sentido ou os sentidos de um texto e que os resultados dessa análise devem refletir os objetivos da pesquisa, tendo como apoio os indícios manifestos e apanháveis no conteúdo das comunicações. Para esta autora, a possibilidade de produzir inferências é o que confere à técnica da análise de conteúdo sua relevância teórica, pois se pode estabelecer uma comparação, uma vez que “um dado sobre conteúdo de uma comunicação é sem sentido até que seja relacionado, no mínimo, a outro dado” (p. 170).

A análise de conteúdo foi desenvolvida de acordo com a análise temática. Dentre as técnicas de análise de conteúdo, a *Análise Temática* é uma das mais adequadas à pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2004). Segundo Bardin (1979), “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (p.105). Usar desta técnica incide em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem algo para o objetivo analítico esperado.

A análise temática, conforme preceitua Minayo (2004), desdobra-se em três etapas, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Na pré-análise há o exercício da *leitura flutuante*, a qual consiste em tomar contato exaustivo com o material, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo. A *constituição do corpus* refere-se à organização do material, de modo que se possa responder a algumas normas de validade. Nesta etapa a autora sugere que sejam

formuladas hipóteses iniciais<sup>9</sup>. Na exploração do material ocorre a transformação dos dados brutos, visando a alcançar o núcleo de compreensão do texto. Trabalha-se com o recorte do texto em unidades de registro que podem ser uma palavra, uma frase ou um tema. Por fim, é realizada a classificação e a agregação dos dados, identificando as categorias teóricas ou empíricas que comandarão a especificação dos temas. A fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, por sua vez, é o momento de colocar as informações obtidas em destaque. Nessa etapa são propostas inferências e são realizadas as interpretações, de acordo com o quadro teórico que respaldou a pesquisa ou pela abertura de novas dimensões teóricas, as quais emergiram da leitura do material.

Durante o processo de leitura flutuante desta pesquisa, toda vez que a pesquisadora finalizava a leitura de uma entrevista retornava aos objetivos do estudo, com a finalidade de refletir se estes estavam contemplados e poderiam ser respondidos através daquele material. Deste exercício de reflexão emergiram *insights* e pressupostos, os quais foram registrados e retomados posteriormente, na discussão dos resultados. O movimento de sempre retornar aos objetivos aliado à leitura exaustiva do material possibilitou identificar quatro grandes categorias, presentes em todas as entrevistas.

Dando continuidade ao processo de análise, optou-se por destacar as categorias identificadas nas transcrições das entrevistas com cores diferentes. Após, procedeu-se a aglutinação das falas dos participantes que contivessem as categorias semelhantes entre si. No momento de exploração do material, após um período de imersão nos dados foi possível uma categorização mais refinada, culminando na fase final da análise, o que propiciou a interpretação e discussão dos resultados obtidos e a emergência dos dois temas que permearam todas as categorias desta pesquisa. Por fim, foram elaboradas as principais sínteses e reflexões acerca da problemática estudada.

No que diz respeito à devolução dos resultados obtidos e entendendo que este processo deve convergir com a postura ética adotada no presente estudo, foi acordado com os entrevistados e também com os responsáveis pelos cursinhos onde foram coletados os dados que o momento de devolução se concretizará no dia da

---

<sup>9</sup> Apesar do conceito de hipótese possuir conotação positivista, Minayo (2004) esclarece que na abordagem qualitativa, ao formular hipóteses ou pressupostos, termo que vem sendo utilizado em substituição ao primeiro, torna-se possível situar questões norteadoras acerca do problema de pesquisa. Entretanto, as suposições devem ser flexíveis, a fim de que possam consentir a emergência de novas conjecturas, a partir dos procedimentos exploratórios.

apresentação e defesa pública da dissertação. Para tanto, antecipadamente a pesquisadora entrará em contato a fim de convidá-los, informando a data e o local da apresentação.

#### **4 VIDA DE *CONCURSEIRO*: das concepções de trabalho aos planos e estratégias para ingresso no serviço público**

Na busca pela apreensão dos sentidos atribuídos ao trabalho por estes sujeitos foi necessário transitar atenciosamente por todos os achados relatados neste capítulo. Na sequência, são apresentados o perfil dos participantes e as análises das categorias identificadas nas entrevistas.

Os resultados obtidos a partir do questionário possibilitaram caracterizar um perfil dos participantes desta pesquisa. A análise dos dados deste perfil considerou os percentuais da totalidade dos sujeitos, uma vez que os dados referentes aos entrevistados integram estes percentuais.

##### **4.1 Quem são os *concurseiros* pesquisados?**

O perfil obtido inclui dados relativos ao sexo, estado civil, faixa etária, ano de conclusão da graduação, área de formação, exercício ou não de atividade remunerada e a respectiva carga horária semanal, bem como a faixa salarial. Também integram o perfil dados sobre há quanto tempo dedicam-se ao estudo preparatório para concursos públicos; se esse tempo é ininterrupto ou intermitente; há quanto tempo frequentam o cursinho preparatório; quantos concursos já prestaram; para quais concursos estão se preparando e informações acerca de outros modos de estudo além do cursinho.

Com relação ao sexo, os dados mostraram uma busca similar pela preparação para prestar concursos públicos: 51% são homens e 49% são mulheres. A respeito do estado civil, 61% são solteiros, 34% casados, 2% divorciados e 3% não informaram, dados esses que remetem à realidade na qual estamos inseridos, onde cada vez mais as pessoas estão priorizando o aspecto profissional para depois “resolver” questões pessoais, havendo desse modo, de acordo com Melo e Borges (2007), o retardamento de projetos relacionados à constituição familiar.

A faixa etária e o momento de conclusão do curso superior podem ser visualizados respectivamente nas Tabelas 1 e 2. Como os dados da Tabela 1 evidenciam, dentre os *concurseiros* pesquisados, 62% têm entre 23 e 30 anos de idade, e 65% têm entre 26 a 35 anos de idade. Somando-se as faixas de 23 a 35 anos, chega-se a 84%, resultado que mostra ser a maioria destes aspirantes ao serviço público

peças na fase jovem adulta, iniciando uma carreira profissional. Schein (1996) propõe que uma carreira profissional é constituída por várias fases, sendo que o tempo de progresso para as etapas posteriores dependente muito da profissão escolhida e de quem a exerce. Nesse sentido e seguindo o que preceitua o autor, os sujeitos pesquisados poderiam estar situados na fase denominada de *Ingresso no mundo profissional*, segundo a qual as pessoas já passaram pelo processo de educação e aquisição de conhecimentos para determinada profissão e se encontram em um processo de adaptação à realidade laboral, iniciando o seu ingresso no mundo do trabalho.

Tabela 1 – Faixa etária dos participantes pesquisados

Idade	Percentual
<b>De 23 a 25 anos</b>	<b>19%</b>
<b>De 26 a 30 anos</b>	<b>43%</b>
<b>De 31 a 35 anos</b>	<b>22%</b>
De 36 a 40 anos	11%
Acima de 40 anos	5%

Tabela 2 – Momento de conclusão do Ensino Superior

Ano	Percentual
<b>Entre 2005 e 2008</b>	<b>58%</b>
<b>Entre 2000 e 2004</b>	<b>25%</b>
<b>Entre 1989 e 1999</b>	<b>12%</b>
Não especificaram	5%

Os resultados da Tabela 2, por sua vez, também corroboraram o fato dos *concurseiros* serem iniciantes em suas carreiras profissionais, uma vez que 58% finalizaram a sua graduação recentemente, entre 2005 e 2008, e 25% entre os anos de



2000 e 2004. Tais percentuais não revelam o porquê dessas pessoas recém formadas buscarem os concursos públicos. Porém, podem-se conjecturar algumas opções, que mais adiante serão abordadas: essa busca estaria indo ao encontro da natureza das atividades desenvolvidas no setor público? Ou decorreria de não terem conseguido se inserir e/ou permanecer no setor privado? Ou estaria relacionada a uma decepção com a formação acadêmica?

Quanto à formação, os resultados foram agrupados de acordo com a classificação por áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2009), e compõem a Figura 1:

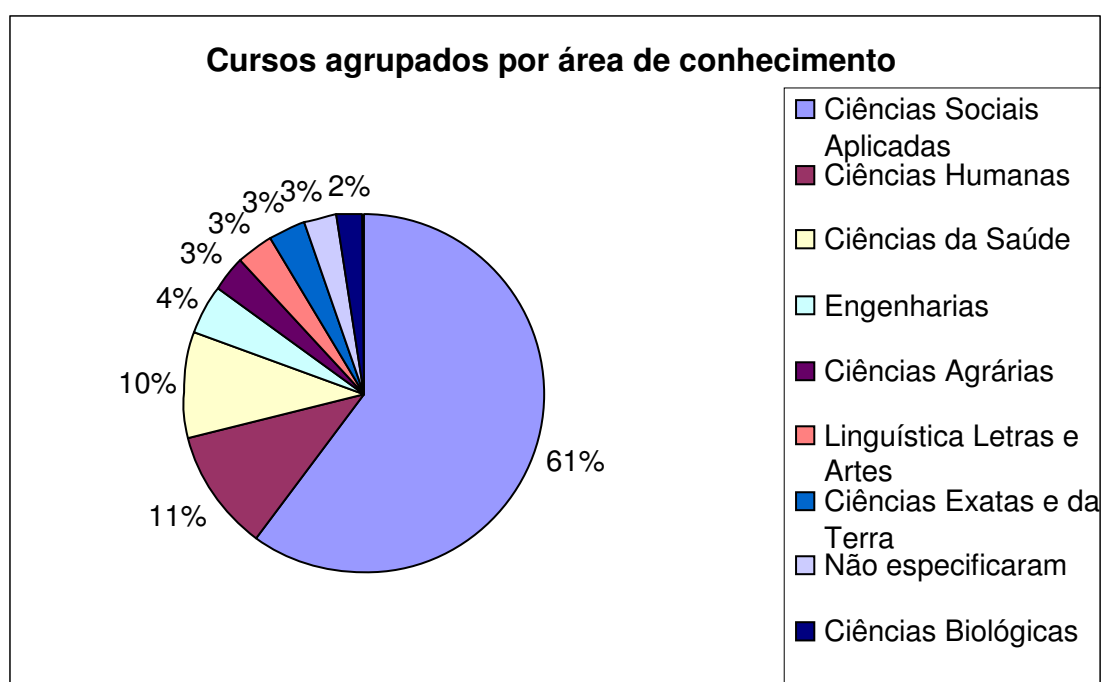


Figura 1: Cursos dos participantes agrupados por área de conhecimento.

A área na qual se concentrou o maior número de participantes (61%) foi a de Ciências Sociais Aplicadas, contemplando os cursos de administração, arquitetura, ciências contábeis, direito, economia, jornalismo, publicidade, serviço social, tecnólogo em gestão de marketing e turismo e hotelaria. É de conhecimento empírico o fato de estudantes e graduados nos cursos de direito, administração e ciências contábeis, em sua grande maioria, iniciarem essas graduações com foco nos concursos públicos. Os resultados encontrados reafirmam essa tendência, mas evidenciam ainda que os concursos atraem profissionais de outras diferentes áreas, como enfermeiros,

fisioterapeutas, farmacêuticos, biólogos, psicólogos, geógrafos e engenheiros entre outras, mesmo em menores proporções.

A respeito do exercício de atividade remunerada, 70% dos sujeitos declararam que conciliam trabalho e estudo, restando que apenas 30% dedicam-se exclusivamente à preparação aos concursos. Dentre os que trabalham, a carga horária semanal de trabalho para 77% é de no mínimo 30 horas, evidenciando que dedicam grande tempo à atividade laboral e necessitam organizar o resto de seu tempo com os estudos, família, lazer, amigos e outras atividades.

A faixa salarial daqueles que trabalham pode ser constatada na Tabela 3:

Tabela 3 – Faixa salarial mensal dos participantes

Faixa Salarial	Percentual
Até R\$ 1.000,00	20%
Entre R\$ 1.000,00 a 2.000,00	41%
Entre R\$ 2.001,00 a 3.000,00	22%
<b>Acima de R\$ 3.001,00</b>	<b>17%</b>

A partir dos valores apresentados na Tabela 3 constata-se que uma pequena parcela (17%) dos que trabalham e também se dedicam à preparação para concursos públicos têm renda mensal que pode ser considerada alta, se comparada à realidade brasileira. Este resultado leva a refletir que os motivos de busca pela inserção no serviço público não estaria tão relacionado a questões de ordem financeira para estes. Tal argumento encontra subsídios nos resultados obtidos no estudo exploratório, no qual um dos responsáveis entrevistados afirmou que os *concurseiros* primordialmente almejam a estabilidade, sendo a remuneração aspecto também relevante, porém secundário quando comparado à estabilidade.

Ainda dentre os que trabalham, 41% declararam que sua atividade profissional atual não possui relação com sua formação acadêmica. Tal número corrobora as ponderações de Sennett (2006), a respeito da grande quantidade de sujeitos formados e não inseridos no âmbito para o qual foram capacitados. Refletem também a situação econômica e social nacional, na qual muitos se graduam e não conseguem inserção em sua área. Como consequência dessa realidade, para Nunes (2006), há um grande

contingente de jovens brasileiros graduados apenas para participar de concursos ou para obter diplomas.

Quanto ao tempo dedicado à preparação para prestar concursos, mais da metade (56%) está estudando há no máximo seis meses. Aqueles que estão se preparando entre sete e 12 meses somam 17%, e períodos maiores de tempo dedicado, entre 13 e 18; entre 19 e 24 e há mais de 31 meses representam respectivamente 8%, 9% e 10%. Ao serem questionados sobre o caráter ininterrupto ou intermitente desse tempo, 38% afirmaram estudar ininterruptamente, 45% de modo intermitente e 17% não especificaram essa informação.

Semelhantes são os resultados do tempo mínimo de frequência ao curso preparatório: a maioria (59%) estava frequentando o cursinho há no máximo três meses; 19% frequentavam entre três a seis meses a escola preparatória. Já os que frequentavam o cursinho há um período maior de tempo, entre sete e 12 e entre 13 e 18 meses representaram respectivamente 11% e 6%. Não especificaram o tempo 5%.

Tais achados reafirmam os dados obtidos quando do estudo exploratório, a saber: é menor o número de pessoas que permanece durante um período longo de tempo (um a dois anos) estudando e frequentando o curso preparatório. Entretanto, deve-se levar em consideração que em ambas as instituições nas quais foram aplicados os questionários, por conta de editais de concursos **recém** lançados e também pela época do ano (março e abril de 2009), havia mais pessoas recentemente matriculadas em turmas novas, e conseqüentemente com alunos frequentando os cursos há pouco tempo, e esta circunstância repercutiu nos quantitativos encontrados.

Sobre o número de concursos prestados, 41% já realizaram de um a três concursos, 26% prestaram de quatro a seis, 9% de sete a dez, 13% fizeram mais de 10 concursos. Apenas 7% ainda não haviam prestado nenhum concurso e 4% não informaram. Tais dados mostram que, apesar de mais da metade dos respondentes estarem se dedicando há menos de seis meses à preparação para os concursos, estes já estão realizando ou já realizaram alguns concursos. Desse modo, se evidencia que estes sujeitos têm ao menos algum conhecimento acerca de como são estruturadas as avaliações e seu grau de dificuldade. O percentual referente aos participantes que já prestaram mais de 10 concursos (13%) pode ser considerado baixo, ao ponderar que, quando do estudo exploratório, um dos dirigentes dos cursinhos afirmou que em média uma pessoa faz 16 concursos até ser aprovado. Entretanto, deve se levar em consideração que a maioria estava iniciando os seus estudos, fato que influenciou esse

percentil, além do que em tese, a grande maioria ainda não foi aprovada, ou seja, possivelmente ainda prestará um número maior de provas até obter a aprovação.

Com relação a outros meios de preparo para os concursos, além do cursinho, grande parte dos respondentes afirmou estudar também em casa, nos momentos de folga, com auxílio de livros, apostilas, vídeo-aulas e Cd's, entre outros. A *internet* foi referida como meio para esclarecimento de dúvidas e participação através de grupos de estudos e fóruns *on line*. Alguns participantes também estudam em bibliotecas e durante o expediente de trabalho. A resolução de provas de concursos anteriores do órgão para o qual está se preparando, a busca de informações com pessoas que já prestaram concursos e a leituras de jornais para atualização de assuntos gerais também foram estratégias citadas para complementar a preparação para concursos. Outros afirmaram ainda realizar atividades físicas, pois para determinados concursos a avaliação física também é eliminatória.

De um modo geral, os elementos acima configuraram um perfil dos participantes pesquisados: a maioria são jovens adultos caracteristicamente no início de suas carreiras profissionais, investindo determinado período de suas vidas à preparação para concursos públicos. Considerando os dados apresentados e avaliando que de certo modo estes caracterizam o perfil de futuros servidores públicos, confirma-se, conforme apontou Neves (2005), uma nova e crescente configuração neste segmento, ocorrendo cada vez mais o ingresso de trabalhadores com grau de escolarização elevado.

Na sequência são apresentados dados sociodemográficos dos entrevistados na segunda etapa da pesquisa. Conforme explicitado no capítulo do método, o critério para participação nessa etapa (entrevistas) considerou a disponibilidade e interesse nessa participação. Aspectos relacionados à saturação dos dados também foram observados, na medida do andamento da coleta.

A Tabela 4 relaciona por ordem alfabética os nomes fictícios destes participantes, bem como apresenta informações relativas ao sexo, idade, estado civil, graduação realizada e ano de conclusão, exercício ou não de atividade remunerada e escolaridade e ocupação dos pais<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> No desenvolvimento das entrevistas, ao serem questionados acerca da gênese das concepções sobre o serviço público, foi muito presente o fato dos participantes pertencerem a famílias compostas por servidores, sejam eles pais, irmãos, tios e/ou primos. Desse modo, considerou-se importante trazer as informações referentes à ocupação dos pais.

Tabela 4: Dados sociodemográficos dos entrevistados (segunda etapa).

Nome fictício	Sexo	Idade	Estado civil	Curso Superior	Ano de conclusão da graduação	Exerce atividade remunerada	Escolaridade e ocupação dos pais
Avião	M	28	Solteiro	Publicidade	2003	Não	Pai e mãe com ensino superior, ambos aposentados. Mãe, avó, avô, tio e primo servidores públicos.
Estrela	M	25	Solteiro	Tecnólogo em Radiologia/ Enfermagem	2008	Sim	Mãe com ensino fundamental. Aposentada.
Grilo	M	39	Casado	Administração	1996	Sim	Pai e mãe com ensino médio. Pai era empresário e mãe dona-de-casa.
Lobo	M	26	Solteiro	Psicologia	2008	Não	Pai e mãe com ensino superior. Pai corretor de imóveis.
Lua	M	30	Casado	Ciências da Computação	2006	Sim	Pai e mãe com ensino superior. Família com servidores: mãe, pai, irmão, irmã e esposa.
Macaco	M	34	Solteiro	Processamento de Dados	1999	Não	Mãe com ensino médio, empresária.
Mar	M	26	Solteiro	Jornalismo	2003	Não	Mãe com ensino médio, pai com ensino superior. Pai e mãe servidores públicos, mãe já aposentada.
Margarida	F	32	Solteira	Direito	2004	Sim	Pai e mãe com ensino médio, ambos aposentados.
Petúnia	F	41	Casada	Ciências Contábeis	2001	Sim	Pai e mãe com ensino fundamental. Trabalham na agricultura.
Sagitário	M	42	Divorciado	História	2001	Não	Pai e mãe com ensino fundamental, ambos aposentados.
Sol	F	40	Solteira	Administração	1989	Sim	Pai com ensino superior, mãe com ensino fundamental. Pai servidor público e mãe empresária.

Dos 11 entrevistados, oito são homens e três mulheres, com idades variando entre 25 e 42 anos; quanto ao estado civil, sete são solteiros, três casados e um divorciado. São diversos os cursos de graduação realizados, nas áreas de ciências exatas, da saúde, humanas e sociais aplicadas, e a maioria graduou-se depois do ano 2000. Seis trabalham, além de se prepararem para concursos, e cinco dedicam-se integralmente a essa preparação. A maioria dos pais tem no mínimo o ensino médio completo, e no que se refere à ocupação, alguns atuam ou atuaram no serviço público.

A seguir, são apresentadas e analisadas as categorias identificadas nos dados obtidos por meio das entrevistas. As questões abertas dos questionários, naquilo que complementam e corroboraram essas categorias, também estão contempladas.

Foram identificadas quatro categorias, as quais compõem respectivamente cada um dos tópicos subsequentes deste capítulo. A primeira delas reúne **Concepções de trabalho, emprego, serviço público e trabalho no serviço público** explicitadas pelos entrevistados. A segunda examina suas **Trajetórias acadêmicas e profissionais** desde a escolha do curso de graduação até a inserção e a vivência no mercado de trabalho, na iniciativa pública ou privada. Na terceira categoria, **Concursos e planejamento de carreira**, abordam-se os elementos motivadores da decisão de prestar concursos, os critérios para a escolha dos mesmos e também a importância da aprovação para a carreira destes sujeitos. Por fim, na categoria **Vida de concurseiro** apresentam-se a “profissão *concurseiro*”, a rotina de estudos dessas pessoas e os sentimentos mobilizados neste momento de suas vidas.

#### **4.2 Concepções de trabalho, emprego, serviço público e trabalho no serviço público**

Fizeram-se presentes nas falas dos entrevistados **concepções de trabalho** como provedor da sobrevivência e como meio de obter realização pessoal. Além da função de provimento, o trabalho também é visto como indispensável ao ser humano e responsável pelo preenchimento de necessidades psicológicas, permitindo a realização e atuando também com uma função de inclusão social, na qual as pessoas podem estabelecer vínculos e trocas sociais:

*O trabalho é um meio de **subsistência**, é um meio de **inclusão social**, é... **realização** também, não deixa de ser uma realização. Enfim, acho que é **indispensável** (Mar).*

*Então você vê as pessoas trabalhando e você não ter um trabalho hoje é complicado, dá um vazio, parece que você não tá fazendo nada. Mesmo você tendo consciência do seu objetivo parece que você não tá fazendo nada, porque não tem remuneração, porque você não tem a troca com as outras pessoas, dá um vazio (Sagitário).*

*É uma fonte de renda. Fora a fonte de renda é uma forma de convívio social também (Macaco).*

Tais excertos dão voz e reafirmam a literatura que aponta o trabalho, além de provedor das necessidades, também qualitativamente como fonte de auto-realização, de desenvolvimento, de pertença e de reconhecimento a um determinado grupo (Alves, 2007; Antunes, 2005; Codo, 1996; Frigotto, 2002; Jacques, 2002; Krawulski, 1998; Pochmann, 2007). Ao trabalhar e satisfazer suas necessidades primárias, o homem, através do produto do seu trabalho, também encontra em alguma proporção a sua auto-realização, gerando desse modo, um duplo sentido do trabalho (Krawulski, 1998).

A realização e satisfação obtidas pelo trabalho são aqui entendidas como um processo no qual, para o trabalhador a sua atividade transcende o valor econômico resultante deste, tanto pelo gozo e felicidade que a execução da atividade em si lhe proporciona, quanto pelas repercussões sociais do próprio resultado do seu trabalho (Patrício & Casagrande, 1999). Alguns entrevistados se referiram ao trabalho como sendo primordialmente vinculado à satisfação e realização pessoal, não fazendo menção à questão da sobrevivência:

*Seria [o trabalho] satisfação em primeiro lugar, satisfação no cumprimento das tarefas, independentemente do ramo da atividade (Lua).*

Também foi presente a concepção da ética protestante do trabalho (Weber, 1967), segundo a qual através do trabalho o ser humano obtém sua dignidade, sendo valorizado enquanto vocação e dom divino:

*Acho que o trabalho em si traz uma realização para o ser humano, é praticamente impossível imaginar o decorrer da vida sem uma atividade, uma dedicação em alguma coisa. Eu acho que ele dignifica, talvez seja esse o termo, eu vejo de fundamental importância na vida do ser humano (Grilo).*

O trabalho concebido apenas na perspectiva da sobrevivência, como meio de obter ganhos para alcançar “outras coisas” foi verificado na fala de Avião. Em suas palavras,

*o trabalho é aquilo que a gente tem que fazer para poder sobreviver. (...) atualmente estou vendo o trabalho [como] o meio de receber dinheiro pra tu fazer as tuas outras coisas. Quando era mais novo eu acreditava que a gente ia fazer o que gostava, a gente tinha essa oportunidade, e estou vendo que hoje em dia não é mais isso, ou nunca foi assim e isso foi uma ilusão que foi criada.*

A grande maioria dos entrevistados **diferenciou entre trabalho e emprego**, sendo este último referido como a ocupação de um espaço formal, um cargo. A concepção de emprego, para eles, está relacionada ao vínculo empregatício, ao local de trabalho e ao recebimento de salário:

*Emprego pra mim é um **vínculo empregatício**. Trabalho é aquilo que satisfaz e o emprego é um vínculo (Lua).*

*O emprego é **onde tu tá exercendo o teu trabalho**, seria uma subdivisão abaixo do trabalho, ou seja, você tá legalizado (Estrela).*

*Emprego tem a ver com o **salário** (...) eu vejo o emprego como o material mesmo, mais em relação à **remuneração** (Sol).*

*Emprego seria uma forma de adquirir uma estabilidade financeira, seria uma **ocupação** que desse esse retorno (Lobo).*

Conforme apontado por alguns autores (Alves, 2007; Antunes, 2005; Forrester, 1997; Goulart & Nicácio, 2004; Krawulski, 1991; 1998), nem sempre trabalho e emprego são diferenciados, muitas vezes são tomados como sinônimos. Entretanto, os achados desta pesquisa mostraram que a maioria dos entrevistados estabeleceu uma diferença. Ressalta-se ainda que a alusão à possibilidade de satisfação foi associada ao trabalho e não ao emprego. Apenas dois dos entrevistados consideraram emprego igual a trabalho:

*Emprego é a **mesma coisa que trabalho** (Avião).*

*Na verdade para mim, eu juntei as duas coisas, pra mim é **a mesma coisa emprego e trabalho** (Macaco).*

As **concepções de serviço público** relacionaram-se, para a totalidade dos entrevistados, com as garantias de emprego e de estabilidade financeira. Tais garantias foram consideradas como meio ou “*trampolim*” para obter a realização de outros projetos pessoais ou profissionais e fazer o que se gosta.

*Ele [o serviço público] fica funcionando como um trampolim, o que me move a entrar num serviço público, **não é o labor intelectual que eu desenvolveria**,... **são os proventos, é o salário**, onde eu vou usar esse salário como **um trampolim prá fazer o que eu realmente gosto de fazer** (Sagitário).*

*Serviço público é garantia. **Garantia de estabilidade** e recebimento de um dinheiro (Avião).*

*Se eu pudesse resumir em uma palavra seria **estabilidade**. Eu acho que tô buscando mais é a estabilidade (Mar).*



Os atributos da garantia de emprego e da estabilidade financeira são considerados atrelados ao serviço público, de modo que se concebe este setor como possibilitando, mesmo de modo indireto, a concretização de outros projetos. A este respeito, Soratto (2000) pontua que o desejo da estabilidade não deve ser algo recriminável, ainda mais se consideradas as condições sociais e econômicas vivenciadas atualmente, caracterizadas por relações de trabalho instáveis e cada vez mais precárias.

Contudo, a estabilidade não foi o único adjetivo associado ao serviço público. Outros entrevistados consideraram a possibilidade de ajudar as pessoas no serviço público, e também de ajudar a melhorar o próprio serviço público:

*O emprego público, eu acho que a gente pode fazer, por exemplo, eu tenho um espírito um pouco assim (...) **altruísta**, acho que é a palavra que se usa, de ajudar. Eu acho assim que o serviço público, ele pode ser melhor, entendeu? (Petúnia).*

Muito embora tenha emergido essa noção de ajuda, a concepção de serviço público foi associada primordialmente à estabilidade. Esta concepção já havia sido encontrada nas respostas fornecidas aos questionários: apenas 13 dos 93 respondentes mencionaram aspectos relacionados à natureza da atividade do servidor público, quando indagados sobre o que significaria trabalhar neste segmento. Tal achado requer problematização, uma vez que se apresenta discrepante de concepções segundo as quais o bem da coletividade e as ações voltadas para o interesse público constituem aspectos a serem considerados por parte daqueles que almejam ingressar no serviço público, tendo em vista serem estes elementos constitutivos da natureza das atividades desenvolvidas nesse setor (Almeida, 2009; J. A. Dias, 2009; Chanlat, 2002; Saravia, 2006; Suxberger, 2009).

O **trabalho no serviço público**, por sua vez, apresentou concepções negativas, sendo visto como burocrático e “chato”:

*Aparentemente é um trabalho muito **burocrático**, muito a ver com ler as leis e ser **metódico** (...) eu sempre fui contra trabalhar no governo, porque a minha ideia era que era **chato** (Avião).*

Tal concepção remete ao caráter burocrático comumente associado ao trabalho no serviço público. Sobre esta questão, Saravia (2006) pontua que a partir da inserção do modelo weberiano, pautado em uma burocracia eficaz, são estabelecidas normas rígidas que dificultam o processo e as próprias relações de trabalho neste segmento. Para Matos (1994), a burocracia leva a uma “desarticulação e ao esvaziamento do

trabalho individual” (p.31), na qual a fragmentação das tarefas produz um trabalho desvinculado do seu significado social.

A falta de motivação e a ineficiência também foram associadas ao trabalho nesse setor:

*Parece que **não tem motivação** (...). Eu tive já várias experiências negativas com o setor público. E as pessoas às vezes não dão informação suficiente, mandam fazer uma coisa que não é (Petúnia).*

A desmotivação no serviço público, para alguns autores (Chanlat, 2002; Codo, 2002; Soratto, 2000; Tavares, 2003) está relacionada ao não reconhecimento das atividades realizadas pelos servidores. Segundo Chanlat (2002), este não reconhecimento, somado ao fato de o servidor ser percebido muitas vezes como ineficiente e improdutivo é um dos agentes fomentadores da desmotivação. Tavares (2003), em pesquisa empírica, constatou que o não reconhecimento no ambiente de trabalho fez com que servidores técnicos judiciários desenvolvessem descomprometimento e desmotivação no trabalho como estratégias de enfrentamento.

Características como estabilidade e remuneração são percebidas como uma compensação, frente à falta de perspectivas no exercício profissional:

*É uma média, um **contrapeso entre estabilidade, segurança, uma remuneração talvez melhor do que na iniciativa privada. Em contrapartida, é algo assim que não traz muita perspectiva; você tá lá, faz seu trabalho e por isso recebe uma remuneração, mas não vislumbra muita coisa pela frente** (Grilo).*

Pode-se conjecturar, fazendo um paralelo com os achados de Tavares (2003), que a conformidade com a falta de perspectiva no trabalho também se configuraria como uma estratégia de enfrentamento, compensada através dos “benefícios” proporcionados pelo setor público.

Para Lobo, o trabalho no serviço público está atrelado a imagem negativa do servidor e o mau uso do preceito da estabilidade existente nesse segmento. Outros autores (Codo, 2002; Dallari, 1989; Miceli, 2001; Soratto, 2000) igualmente ressaltam ser marcante a imagem incorreta, mas generalizada e cristalizada acerca do servidor público no imaginário dos brasileiros. Soratto (2000), a respeito do “mau uso da estabilidade”, pontua que a própria organização desse setor cria possibilidades para que o servidor tenha um emprego sem trabalho, sendo esse modo de organização o principal responsável pelo tipo de envolvimento que o funcionário tem com suas atividades.

Essa imagem negativa, segundo explicitado, decorre do não comprometimento com o trabalho:

*Eu vejo que tem muito servidor que trabalha e trabalha bem, que faz seu trabalho até às vezes mais do que é necessário. Mas se tem aquela imagem do servidor que não faz nada, que se fosse uma comparação com o privado, o servidor que dizem que não trabalha (...) já teria sido mandado embora, sendo que no público (...) a ele é assegurada aquela vaga pela estabilidade. É isso que a meu ver mancha a imagem do servidor público, esse não comprometimento com o trabalho que ele faz (Lobo).*

Contrapondo essa imagem do “servidor que não faz nada”, no entanto, Estrela, que já trabalha no serviço público na área da saúde, trouxe elementos oriundos do seu cotidiano de trabalho. Para ele, há uma sobrecarga de trabalho muito grande, sendo, desse modo, um equívoco a ideia de que os servidores não trabalham. Além da burocracia e da aparente desmotivação, apontadas como características marcantes do trabalho no serviço público, também foi referida por este entrevistado a descontinuidade no serviço, em razão da dependência das trocas de gestão a cada eleição. A falta de recursos humanos, sobrecarregando e desgastando os poucos profissionais presentes, e a morosidade nos processos, decorrente das limitações existentes e do baixo investimento no âmbito público, torna angustiante o trabalho no serviço público:

*Tem a cobrança do povo que diz que tu não fazes nada e justamente tu às vezes não consegue fazer porque tens uma demanda imensa pra atender e **não consegues dar continuidade**, não consegue fazer um serviço ágil justamente pelas **limitações** que tem por trás que não são divulgadas. O governo trabalha sempre com uma **demanda mínima de profissionais**, então isso torna **desgastante, extremamente desgastante** principalmente situações onde tu tens que decidir, tem que fazer, tem que executar. Então, trabalhar no serviço público é **angustiante** por causa disso, tem muita limitação no sentido de que **falta investimento** (Estrela).*

Já Sagitário, que ainda não está inserido no serviço público, expressa uma concepção diferente acerca do trabalho neste segmento:

*A gente pensa que o servidor público trabalha numa instituição com um **espaço confortável**, com **computadores novos**, com pessoas educadas, com uma assepsia num local de trabalho muito boa (...) existe essa percepção de que tá sempre cercado de **pessoas bem educadas, bem vestidas**, (...) **super feliz da vida** porque o salário é muito bom (...) (Sagitário).*

Estrela e Sagitário possivelmente estejam se referindo a diferentes áreas do serviço público brasileiro, tendo em vista a multiplicidade de opções neste setor, bem como as divergentes realidades laborais existentes. Questiona-se, desse modo, se a concepção de serviço público para Sagitário não é um tanto quanto idealizada, ou real apenas para uma pequena parcela de servidores.

Quando comparado à iniciativa privada, o trabalho no serviço público foi percebido com um ritmo menor e menos estressante, possibilitando executar atividades paralelas. O estabelecimento de uma carreira também foi explicitado:

*O serviço público te possibilita pós o teu horário de trabalho que você possa fazer outras atividades, ao contrário do serviço privado (...). Eu não vejo o serviço público com uma vida ativa de trabalho tão estressante. Porque não atende o cliente dessa forma como o comércio, não tem fins lucrativos (Macaco).*

*O serviço público é um local onde eu realmente posso ter um plano de carreira (Lua).*

Apesar das características “negativas” referidas, identificaram-se peculiaridades “motivadoras” do trabalho no setor público, relacionadas à segurança no emprego, à flexibilidade nos horários, ao ritmo de trabalho, à remuneração maior e também a benefícios não ofertados na iniciativa privada, que proporcionam tranquilidade aos sujeitos:

*As vantagens de uma remuneração estável são muito boas, dá uma tranquilidade pro teu trabalho. Eu acredito que por isso que algumas pessoas trabalham muito bem dentro do governo, a tranquilidade que elas têm, pois se não tivesse a tranquilidade o resultado do trabalho seria péssimo (Avião).*

Tais características parecem prevalecer nesse jogo de forças e vão ao encontro do que Matos (1994) salientou, ao destacar salário e estabilidade como os fatores que mais motivam a permanência dos funcionários no serviço público.

Outro dado referendando a valorização desses fatores, em detrimento da percepção de características negativas associadas ao trabalho nesse setor foi encontrado analisando-se as respostas aos questionários: a estabilidade, como significado do trabalho no serviço público foi referida por 62 dos 93 respondentes, e a remuneração maior em relação à iniciativa privada esteve presente em 35 destas respostas. Embora a qualidade de vida também tenha emergido nas respostas, foi considerada como consequência da estabilidade, da remuneração, das melhores condições de trabalho e da valorização do profissional.

De acordo com Schein (1996), as pessoas tendem a apresentar determinadas inclinações profissionais. Pode-se conjecturar que os resultados aqui encontrados convergem para o que este autor denominou de referência profissional pautada em segurança/estabilidade. Em sua concepção, todas as pessoas precisam de certo grau de segurança no decorrer de suas vidas; “para alguns indivíduos, porém, segurança e estabilidade são fatores predominantes ao longo de suas carreiras, a ponto de orientar e limitar as suas principais decisões profissionais” (1996, p.51). Partindo dessa lógica, para estes sujeitos, a estabilidade e os demais benefícios relacionados ao trabalho no serviço público são supervalorizados, em detrimento de outras características que esse mesmo trabalho apresenta.

A gênese das concepções sobre o serviço público e o trabalho nesse setor, para diversos entrevistados, localiza-se no convívio familiar, uma vez que possuem pais, irmãos, tios e/ou cônjuge que foram ou são servidores, alguns inclusive já aposentados:

*A minha família inteira é composta de servidores (...) a minha mãe é servidora pública federal, meu pai é servidor já aposentado (...). A minha irmã é servidora, meu irmão é servidor, a minha esposa também. Então, se pegar no leque da minha família eu vou ter cerca de 12 pessoas que são servidores públicos (Lua).*

Além da influência familiar, a mídia e/ou amigos que já trabalham no serviço público também foram apontados como importantes fontes de informação sobre este segmento como possibilidade profissional.

A influência do núcleo familiar na escolha da atividade profissional encontra bases na literatura. De acordo com Soares (2002), a escolha profissional envolve diversos determinantes, dentre eles a influência familiar. Soares e Sestren (2007) pontuam que as identificações com o grupo familiar, como também a representação social positiva ou negativa da profissão exercida pelos pais, são elementos que influenciam a relação que os filhos têm com o trabalho e também com as próprias escolhas. Apesar da maioria dos entrevistados terem feito escolhas profissionais nas quais inicialmente o serviço público não estava contemplado, tendo em vista que se graduaram em áreas distintas e muitas não correlacionadas com esse segmento, destacam-se a influência familiar tanto nas concepções acerca do serviço público e do trabalho nesse setor quanto, de algum modo, na decisão de nele ingressar.

De um modo geral, as concepções de trabalho remetem a um duplo sentido do trabalho: meio de subsistência, mas também elemento indispensável e intrínseco ao ser humano. Para a maioria dos entrevistados, trabalho difere de emprego, sendo o último concebido como a ocupação de um espaço formal. O serviço público unanimemente é relacionado à estabilidade e garantia de emprego. Já ao trabalho neste segmento são atribuídos aspectos negativos: burocracia; falta de motivação e a estigmatização da imagem do servidor público. Mas também são apresentados aspectos positivos: benefícios ofertados aos servidores; ritmo de trabalho menos estressante (quando comparado à iniciativa privada) e possibilidade de ajudar outras pessoas através do trabalho no serviço público.

### 4.3 Trajetórias acadêmicas e profissionais

Nesta categoria são apresentadas as trajetórias dos entrevistados. Primeiramente, é abordada a escolha pela graduação e suas motivações. Na sequência, aborda-se como se deu a transição da universidade para o mercado de trabalho. Também são explanadas as experiências de trabalho no serviço público e na iniciativa privada, e como estas experiências direcionaram as trajetórias laborais.

#### 4.3.1 A escolha pela graduação

Os motivos da escolha pelo curso de graduação realizado apresentam-se ora divergentes, ora similares nas falas dos entrevistados. Margarida, por exemplo, foi a única que mencionou os concursos públicos como motivador da escolha pelo seu curso:

*Eu me formei prá isso [para prestar concursos públicos]. Quando eu entrei na graduação a minha intenção já era essa (Margarida).*

Entre os elementos similares são destacados os relatos de escolhas pautadas pela influência familiar, além de outros fatores como a identificação com a área de estudo e demandas do próprio mercado de trabalho. Tais achados corroboram dados da literatura a respeito da escolha profissional referindo diversos fatores determinantes da escolha, podendo ser destacados dentre eles a influência familiar, através da qual muitos buscam corresponder às expectativas familiares; fatores psicológicos, nos quais sobressaem a motivação e o interesse por determinada profissão; e fatores econômicos e sociais, estando estes relacionados às demandas presentes no mercado de trabalho e à busca da ascensão social através do estudo (Soares, 2002). As falas abaixo evidenciam estes diferentes fatores:

*Meu pai é formado em administração e eu meio que segui (Sol).*

*Eu sempre gostei muito de exatas, de cálculos então foi juntar na verdade uma curiosidade com um estímulo que se teve na sociedade da época (Macaco).*

*Inicialmente porque eu sou de uma família grande, foi uma questão mesmo de trabalho. Eu pensei assim: em contabilidade eu vou conseguir trabalho. Então eu fiz contabilidade porque contabilidade era uma oportunidade mais certa de trabalho (Petúnia).*

Entretanto, mesmo que a escolha tendo sido pautada pelo critério da afinidade com o campo, para alguns, conforme já havia evidenciado Nunes (2006), a conclusão do curso superior teve a conotação de apenas adquirir o diploma:

*Eu busquei algo que me interessasse e eu sempre fui apaixonado pela computação (...). Eu entrei, mas não cheguei a trabalhar na área (...) então a faculdade pra mim era um complemento, seria o canudo no caso (Lua).*

Avião considera que sua escolha deveria ter sido pautada pelas necessidades do mercado de trabalho, porém esse não foi o critério utilizado, porque “ninguém fala do mercado prá quem tá entrando num curso de faculdade”. Essa fala reafirma a importância da Orientação Profissional (OP), pois, de acordo com Soares (1993), a OP pode auxiliar a pensar e coordenar os processos que levam ao reconhecimento das dificuldades e, também, a desmistificar e conhecer mais detalhadamente as diversas facetas do trabalho.

Ao refletirem sobre a escolha feita, alguns relataram que hoje em dia teriam optado por cursos diferentes. Já outros afirmaram que não trocariam de curso, mas talvez fizessem graduações adicionais. A maioria dos que trocariam o curso original e/ou fariam um curso adicional citaram a graduação em Direito como sendo a nova ou futura opção, justificada pelo leque de possibilidades de trabalho, os altos salários e também por uma questão de cidadania, considerando que todo cidadão deveria conhecer os seus direitos, para poder usá-los em seu favor. Contudo, a única entrevistada formada em Direito, referiu expectativas e frustrações em relação ao curso que realizou:

*Hoje eu me sinto muito frustrada, na verdade, com o que eu esperava. Porque tá tão concorrida a minha área, que tá saturada. Não tem vaga, não mais... Tu vai fazer um concurso público, é 10.000 é 7.000 por um. Financeiramente também, um monte das minhas amigas trabalha em escritório de advocacia das 08 as 18, ganhando R\$ 1.000,00/1.500,00, então... (Margarida).*

Questiona-se se não haveria uma idealização em relação ao curso de Direito por parte daqueles que não o fizeram e almejam fazer, uma vez que a fala de Margarida leva a questionar o leque de oportunidades e os altos salários relatados pelos outros participantes. No entanto, cabe lembrar que a egressos desse curso são ofertadas muitas possibilidades de concorrer a concursos em áreas tradicionalmente bem remuneradas, como, por exemplo, o poder judiciário.

Ao avaliar a escolha pelo curso de graduação e suas motivações, destaca-se que estas se deram pautadas por diferentes fatores (familiares, psicológicos e sócio-econômicos). O serviço público enquanto motivador destas escolhas foi referido apenas

por um dos 11 entrevistados, evidenciando que, à época, o serviço público não influenciou as escolhas pelo curso superior.

#### **4.3.2 Inserção no mundo do trabalho**

A inserção no mundo do trabalho, entendida como o primeiro contato com atividades laborais iniciou-se para a maioria dos entrevistados anteriormente à graduação, com exceção de apenas dois destes. Atualmente seis encontram-se trabalhando: três são servidores públicos estatutários, um é servidor público temporário, contratado por tempo determinado conforme Lei nº 8.745 (Brasil, 1993), e dois são empregados na iniciativa privada, regidos pela CLT. Os cinco demais participantes não exercem atividade remunerada. As experiências de trabalho dos participantes, anteriores, concomitantes e posteriores à graduação, podem ser verificadas na Tabela 5.

Ficou evidente na história de trabalho de todos os entrevistados do estudo experiências tanto na sua área de formação quanto em atividades diferentes. Essas atividades “diferentes” tais como comércio e atendimento ao público, entre outras, foram referidas como “quebra-galho”, ou seja, apenas uma forma de subsistência temporária, uma alternativa enquanto não conseguiam um trabalho “melhor” ou que estivesse relacionado com a sua formação.



Tabela 5 - Experiências de trabalho anteriores e atuais dos entrevistados

Entrevistado	Experiências de trabalho
Avião	Durante a graduação trabalhou em empresas de vídeo e publicidade. Recém formado, continuou trabalhando em empresas de vídeo e formaturas. Atualmente não exerce atividade remunerada.
Estrela	Trabalhou no comércio, com atendimento ao público e como garçom. Durante a graduação realizou estágios. Atualmente é servidor público estadual em instituição da área da saúde como Técnico em Radiologia.
Grilo	Durante a graduação e posteriormente trabalhou na empresa familiar, como administrador. Atualmente é servidor público federal, trabalha na Receita Federal como analista administrativo.
Lobo	Trabalhou com o pai como corretor de imóveis e em trabalhos temporários de verão como porteiro. Durante a graduação realizou estágios. Atualmente não exerce atividade remunerada.
Lua	Trabalhou como <i>Office Boy</i> em empresa familiar e também como instrutor de informática. Trabalhou na área de telecomunicação com cargo de liderança. Atualmente trabalha em empresa privada, na área de logística.
Macaco	Trabalhou em empresa familiar. Durante a graduação realizou estágios. Trabalhou em empresa do ramo atacadista como suporte técnico e gerente de tecnologia de informação. Atualmente não exerce atividade remunerada.
Mar	Durante a graduação realizou estágios. Recém formado, trabalhou como jornalista. Após, trabalhou como vendedor em lojas de instrumentos musicais. Atualmente não exerce atividade remunerada.
Margarida	Trabalhou no comércio como vendedora. Durante a graduação realizou estágios. Recém formada, trabalhou como advogada. Atualmente trabalha como advogada temporária de uma instituição pública estadual.
Petúnia	Trabalhou desde criança na agricultura com os pais. Trabalhou como secretaria de uma igreja. Durante a graduação trabalhou como bolsista da universidade. Recém formada, trabalhou como contadora. Atualmente trabalha em empresa privada do ramo civil, como contadora.
Sagitário	Trabalhou em empresa familiar, como corretor de imóveis e como atendente de joalheria. Recém formado, trabalhou como professor de história no ensino fundamental e médio. Atualmente não exerce atividade remunerada.
Sol	Trabalhou em empresa familiar e como servidora da Caixa Econômica Federal. Também atuou como monitora de cursinho. Atualmente é servidora pública federal, trabalha como administradora da União.

A busca pela inserção em atividades relacionadas com a sua graduação desenvolveu-se na trajetória profissional dos entrevistados como um processo penoso. Para alguns, tal fato se deu pela falta de experiência, própria de recém-formados; para outros, por peculiaridades deste processo, já que se torna cada vez mais frequente nesse período a necessidade de uma rede de contatos a partir da qual o ingresso no mercado possa ser facilitado. A exigência de experiência prévia também dificultou essa inserção:

*Eu busquei trabalho sim e foi muito difícil, o mercado em Santa Catarina, em Santa Catarina não, mas em Florianópolis e grande Florianópolis ele é muito assim daquele QI, quem indica (Mar).*

*Eu acho que no futuro (...) o governo vai ter que fazer um planejamento nas empresas (...) pra inserir esses profissionais que recém se formam. Por que pra mim é muito traumatizante que tu se forma e eles exigem experiência, e da onde você vai ter experiência se é recém formado? (Estrela).*

*Eu acho que eu nunca vou trabalhar, porque se é uma premissa que eu tenho que trabalhar com experiência e ninguém quer me dar experiência, eu não vou trabalhar nunca. Quer dizer, cheque mate! (Sagitário).*

Silva (2004) compreende que as dificuldades de inserção no mercado de trabalho devem ser analisadas como consequência das configurações do padrão de acumulação capitalista. Luna (2008) também evidencia que através da reestruturação produtiva o mercado de trabalho de modo amplo, e as profissões de modo particular, são afetados pelo processo de reorganização do capital. Silva (2004), pesquisando a inserção profissional de egressos universitários, identificou como aspecto comum entre estes egressos os sentimentos de insegurança mobilizados frente ao futuro profissional.

Por outro lado, e referendando a atual dinâmica de ingresso, para os sujeitos que já contavam com uma rede de contatos pré-estabelecida, a inserção foi considerada breve e tranquila:

*Quando eu estava quase concluindo, acho que faltavam uns seis meses, uma colega falou de um trabalho, que tinha um escritório que precisava e tal, e eu fui lá e comecei a trabalhar (...) (Petúnia).*

*Um amigo meu que trabalhou no ZZZ, ele saiu e me falou que abriu a vaga dele, e aí por eu ter esse amigo, eu fui chamado e comecei a trabalhar lá (Mar).*

Esse dado é corroborado por Melo e Borges (2007), as quais, em pesquisa sobre a transição da universidade ao mercado de trabalho encontraram que a rede de contatos sociais foi percebida pelos participantes do estudo como grande facilitadora na busca por um emprego.

A transição para o mercado de trabalho também foi considerada tranquila para Estrela, que já havia obtido aprovação em um concurso, embora ele reconheça que a “espera” pode ser angustiante e traumatizante:

*Mas pra quem não tem isso [um emprego], acho que deve ser bem **traumatizante** principalmente dependendo da tua situação financeira em casa, tu também ajuda nos proventos, então deve ser uma coisa assim, essa espera deve ser bem angustiante. Mas pra mim foi calmo e tranquilo em virtude disso, que logo eu consegui emprego, num lugar que me deu estabilidade, me dá um salário bom (Estrela).*

Conforme os dados mostram, a inserção no mundo do trabalho foi rápida e tranquila apenas para uma parcela dos entrevistados, o que remete à reflexão acerca da falta de possibilidades de inserção vivenciada por aqueles que saem da academia e buscam colocação profissional. Segundo Pochmann (2007), ocorre nesse momento o *desemprego de inserção*, caracterizado pelo movimento de pessoas que buscam emprego e não o encontram, após terem concluído a sua formação educacional e profissional. A esse respeito, o autor assinala que “por não possuir experiência profissional acumulada, ainda que possa dispor de escolaridade elevada, o jovem tem dificuldades de ingressar no mercado de trabalho” (p. 49).

Uma parcela dos entrevistados vivenciou justamente a situação exposta por Pochmann (2007), uma vez que foi dificultoso o processo de inserção profissional. Após essas dificuldades na inserção, outras se configuraram posteriormente na trajetória profissional, entre elas a de permanecer no mercado de trabalho. Em suma, apenas um entrevistado não se inseriu na sua área de formação, porém deve-se levar em consideração que este, após ter finalizado a graduação, optou por logo engajar-se à preparação para concursos públicos. Já quanto à permanência no mercado de trabalho, dos 11, cinco continuam trabalhando em sua área de formação.

Embora o desenrolar da trajetória profissional destes tenha sido marcado pela presença de aspectos próprios da iniciativa privada, para aqueles que já trabalham no serviço público às suas trajetórias também estão agregadas características peculiares do trabalho nesse contexto. Na sequência são apresentadas as situações provenientes das experiências de trabalho vivenciadas pelos sujeitos entrevistados, nos âmbitos público e privado.

### 4.3.3 Experiências de trabalho no serviço público

Dentre os entrevistados do estudo que já trabalham no serviço público, foi possível estabelecer aproximações e diferenças nessa experiência, a partir dos seus cotidianos de trabalho. Aspectos relacionados à burocracia e à morosidade no serviço público foram frequentes nas falas destes sujeitos:

*É tudo **bastante burocrático**, bastante detalhe (...)(Grilo).*

*Aqui é tudo por meio de licitação, **é demorado**, é um trabalho (Estrela).*

A este respeito, Saravia (2006) aponta que, apesar de o modelo administrativo pautado na burocracia receber muitas críticas, ainda é mantido como um ideal a ser alcançado para muitas administrações públicas. De acordo com Neves (2005), no contexto brasileiro, apesar das reformas ocorridas visando à substituição da administração burocrática pela administração gerencial, ainda estão enraizados aspectos burocráticos na gerência pública.

Enquanto as alusões à burocracia foram comuns nas diversas vivências, também emergiram particularidades, como a diferença de hierarquia e a discriminação existente no ambiente de trabalho. Segundo Sol, em seu departamento há advogados e administradores, ambos concursados e, conseqüentemente, servidores públicos. Entretanto, os administradores são chamados técnicos ou apenas servidores, enquanto os advogados são denominados como tais. Essa divisão provoca mal estar:

*O meu concurso é nível superior, mas eles chamam de técnico. Então, você se sente um pouco, não vou dizer humilhado, **mas um pouco mal com essa divisão**. Eu adoro trabalhar lá, as pessoas são legais, adoro trabalhar lá. Mas eu não quero ser a servidora, entendeu? Eu sei que eu posso muito mais (Sol).*

Uma diferença marcante explicitada foi a precariedade das condições de trabalho nas diferentes esferas e áreas do serviço público. Na área da saúde, conforme Estrela,

*(...) os aparelhos estragam, aqui estão sucateados há 20/30 anos e não trocam. **Então a gente trabalha em condições bem críticas, não te provêm de recursos mínimos prá você tá trabalhando (...)(Estrela).***

Situação diferente foi relatada por Grilo, servidor público da Receita Federal:

*(...) trabalho eu e mais quatro pessoas, **então é pessoal suficiente pra fazer o que a gente faz, não tem nada apurado pra se fazer, é bem tranquilo (...)** nós temos um **horário bastante flexível (...)** então a gente escolhe o horário de trabalho, desde que folgue uma hora para o almoço. E nem sempre a gente faz oito horas também, tem uma coisa desse tipo também (Grilo).*

Comparando as falas de Estrela e Grilo, percebem-se discrepâncias de recursos, tanto materiais quanto humanos, existentes nos diferentes âmbitos e distintas áreas do

serviço público brasileiro, evidenciando prioridades para algumas áreas, enquanto outras, como a saúde, parecem não gozar da mesma distinção. Estes dados mais uma vez corroboram a heterogeneidade de realidades presente no serviço público brasileiro.

Outras diferenças sobressaíram quando expressaram como se sentem na rotina das atividades que realizam em seus respectivos postos de trabalho:

*Não é das melhores não* [a atividade], às vezes a gente cansa, eu talvez esteja um pouquinho **cansado de fazer o que eu faço lá**. (...) além de ter **bastantes dificuldades**, por exemplo: compras, comprar pra órgão público é muito difícil, é bem complicado e quando são coisas pequenas ninguém quer fornecer, então pra você conseguir três orçamentos que é o mínimo exigido, às vezes a gente passa duas/três semanas ligando pra 10/15 pessoas e **acaba ficando chato** (Grilo).

Estrela, mesmo considerando o trabalho no serviço público “*desgastante*”, se diz satisfeito com o seu trabalho:

*Eu tive que adquirir determinado **conhecimento**, não é qualquer um que tem prá ta exercendo essa atividade e também passei pela leva de passar em um concurso público, dois processos de seleção. Então pra mim tá sendo bem satisfatório. As **pessoas te tratam com respeito** (...) os familiares e os teus colegas também têm uma determinada admiração por você ter **conquistado esse posto**. Então eu acho **gratificante** (...).*

Enquanto Estrela relatou trabalhar com mínimas condições em sua atividade, porém ressaltou a satisfação que obtém por meio do seu trabalho, o conhecimento adquirido, o *status* e o respeito de ser um servidor público, Grilo, apesar de relatar excelentes condições de trabalho, expressou que sua atividade “*não é das melhores*”. Tal discrepância leva a refletir acerca do que se configuraria como diferencial para esses dois servidores.

Chanlat (2002) assinala que a natureza do serviço público não pode ser reduzida àquela de uma empresa privada, pois o primeiro remete a um universo não mercantil, cuja vocação deve ser a de servir ao interesse geral e assegurar a justiça social. Todavia, conforme os resultados mostram, foram pouco referidas as características elencadas por Chanlat (2002) como cruciais ao trabalho nesse meio. Machado (2009), problematizando o ingresso no serviço público assinala que “a necessidade de se buscar uma ocupação profissional pelas pressões naturais da sobrevivência cria um problema no campo da subjetividade profissional: a incidência de um baixo índice de realização pessoal no exercício da função pública” (p. 13).

Sobre essa questão, Luna e Baptista (2001) pontuam que o trabalho muitas vezes gera adoecimento, frustração e infelicidade, podendo ser fomentador de tais sentimentos o fato deste trabalho não ser significativo para quem o executa. Nesse sentido, alcançar o prazer, a felicidade e a realização através da atividade profissional requer que as

peças consigam se reconhecer no produto do seu próprio trabalho, ao invés de se motivar por fatores externos, tais como a estabilidade ou remuneração.

É fato que ao ingressar no serviço público, a maioria das pessoas não tem clareza da finalidade do trabalho que vão desenvolver, cujo foco primordial é o bem da coletividade. Assim, pautados apenas nos atrativos desse segmento, acabam “presos” numa armadilha que pode levar à desmotivação e frustração no trabalho. Chanlat (2002) propõe que a reflexão sobre a motivação para o trabalho no setor público tome por base a importância da ética do bem comum para este contexto. Desse modo, voltando à diferença na relação estabelecida com o trabalho entre Estrela e Grilo, talvez este último necessite rever sua atuação, buscando resgatar e incluir a ética do bem comum no seu cotidiano de trabalho.

De um modo geral, as vivências destes são marcadas por aspectos em comum, tal como a burocracia característica deste segmento. Percebem-se também distinções no que diz respeito às diferentes esferas e áreas do serviço público, tanto relacionadas aos recursos disponíveis quanto à satisfação profissional.

#### **4.3.4 Experiências de trabalho na iniciativa privada**

Assim como no cotidiano de trabalho dos participantes do estudo que já trabalham no serviço público encontraram-se aproximações e diferenças, para aqueles que trabalharam ou ainda trabalham na iniciativa privada foi igualmente possível elencar características singulares desse setor, as quais despertaram muitas vezes sentimentos de frustração e de vulnerabilidade.

Mar relata que foi demitido “*do nada*”, e considera que essa instabilidade no trabalho na iniciativa privada leva ao desgaste e à frustração. Com efeito, Coutinho, Krawulski e Soares (2007) pontuam que as relações estabelecidas pelos sujeitos com suas atividades laborais têm sido marcadas, na contemporaneidade, por sentimentos de insegurança e incerteza, tendo em vista o caráter efêmero e precário que tem balizado essas relações.

Lua e Petúnia também abordaram a demissão a partir de suas experiências: para o primeiro, foi um processo de reestruturação na empresa onde trabalhava que culminou em seu desligamento. Já a última referiu um corte de pessoal na empresa onde

atualmente trabalha como um fato que a preocupa, uma vez que seu emprego também pode estar ameaçado, em caso de futuras demissões:

*(...) houve uma grande mudança na empresa, uma grande reformulação, várias pessoas foram demitidas e outras colocadas em outros setores e nessa mudança toda eu acabei meio que sobrando na história (Lua).*

*E como eu estou numa empresa já faz oito anos e talvez a empresa vá mudar de ramo, encerrar as atividades (...). E daí eu comecei a pensar assim: Bom, mas de repente diminuí um monte, daqui um pouco pode acontecer que não dê conta e tenha que demitir mais pessoas (Petúnia).*

A ameaça do desemprego para os trabalhadores que permanecem empregados se traduz, de acordo com Laranjeira (2000), como a “síndrome dos sobreviventes”. Para esta autora, configura-se uma realidade laboral onde angústia e medo são sentimentos que acompanham cotidianamente os não demitidos.

Somam-se a tais sentimentos, na iniciativa privada, o desgaste, a sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento e de possibilidades de carreira. Todos são aspectos resultantes, conforme Antunes (1999), do aumento da intensificação da exploração do trabalho, que configura o atual modo de produção. A vivência dessa realidade foi assim abordada:

*Foram oito anos no comércio e me estressou um pouco, porque é estressante o retorno, às vezes você tem que estender o horário (...) então isso foi me desgastando (Macaco).*

*Hoje em dia eu tô bem cansada e com muita coisa prá fazer, a empresa tá construindo e o volume de tudo, notas, contas a pagar, a receber é muito grande e a equipe tá pequena então eu tô me sentindo assim bastante cansada (Petúnia).*

*Tu não tens um plano de carreira claro, muitas vezes tu trabalhas e não és reconhecido, tem os puxa-sacos da vida, tem N fatores que influenciam dentro da iniciativa privada (Lua).*

Mar e Sagitário relataram satisfação nas atividades profissionais anteriormente realizadas, mas apontaram a baixa remuneração como um dos fatores que contribuíram para a frustração e o rompimento com a profissão exercida:

*Eu gosto muito do que faço, do que eu fazia, porque hoje eu não trabalho mais na área. O jornalismo em si é muito legal, só que ele é mal remunerado (...). Se fosse um negócio bem remunerado (...) eu faria com o maior prazer (Mar).*

*Como professor eu sentia como se fosse um grande funil, onde tudo que eu gostava tava se convergindo ali (...). Como professor eu me senti plenamente realizado, faltou de novo o dinheiro, faltou salário bom pra que eu ficasse lá (Sagitário).*

Outro fator preocupante relacionado à permanência no mercado de trabalho e ao provimento familiar foi a idade, apontada como um fator motivador ao ingresso no serviço público já nas respostas aos questionários, uma vez que não constitui critério de

avaliação ou discriminação nos concursos, por força legal, ao contrário da iniciativa privada, que dificulta o acesso e a permanência de trabalhadores de faixa etária mais alta:

*Aí eu fiquei pensando, vamos supor que eu tivesse lá 40 anos de idade, filho e tal, todas as responsabilidades (...) e daí? Quebrou o contrato ali, a fonte secou e daí? Então quando eu tiver 30, quando eu tiver 40, 50? (Mar).*

*Minha irmã tem 40 e poucos anos, de uma hora prá outra foi demitida e isso eu não quero pra mim (Sol).*

*Eu tô entrando na casa de 42 anos, então já fica (...) menos fácil de ter um emprego na iniciativa privada (Petúnia).*

Para Sennett (2006), o fantasma da inutilidade ronda aqueles que já não são tão jovens, pois as empresas preferem contratar um jovem de 25 anos a ter um empregado mais velho, para o qual o piso salarial será mais alto, sem contar os custos onerosos dos programas de retreinamento. É nesse sentido, para este autor, que “na economia moderna a idade é adotada como critério de medida da inutilidade” (2006, p. 90). Antunes (2005) complementa, afirmando que trabalhadores já passados dos 40 anos de idade ou mais, quando desempregados, dificilmente conseguem se recolocar no mercado.

Em suma, as falas apresentadas abordam em diferentes âmbitos a precarização das relações de trabalho em curso na contemporaneidade. As experiências na iniciativa privada sintetizam, segundo o que abordam Alves (2007), Antunes (1999; 2003), Coutinho (2006) e Luna (2008), traços da reestruturação produtiva do capitalismo: baixa remuneração, sobrecarga, demissões, instabilidade, contratos precários, desgaste emocional, temor de discriminação pela idade, falta de reconhecimento e cobranças por produtividade, entre outros. Tais experiências mobilizaram sentimentos de insegurança e frustração, corroborando a concepção de Forrester (1997) segundo a qual as pessoas no sistema capitalista são vistas como supérfluas, podendo ser descartadas a qualquer momento.

A partir dos depoimentos pode-se perceber que o sentimento de frustração dos entrevistados com suas vivências profissionais na iniciativa privada está muito mais relacionado à instabilidade do mercado de trabalho do que às atividades em si. Não se trata de frustração ou ausência de identificação com as atividades do cotidiano profissional. Pelo contrário, os relatos expressam satisfação e realização no exercício das tarefas, porém o retorno obtido, bem como as condições e perspectivas de trabalho



não foram suficientes para permanecerem investindo na atividade profissional que estavam desenvolvendo e/ou na profissão escolhida.

A este respeito, encontra-se em Krawulski (2004) que a identidade profissional “é posta em cheque na concretude e nos desafios da prática de trabalho cotidiana” (p.163). Seguindo esse raciocínio, pode-se supor que esses sujeitos se depararam com as dificuldades próprias do mundo do trabalho contemporâneo e não conseguiram transpô-las, aliando a escolha profissional feita ao iniciarem a graduação às estratégias de permanência no mundo do trabalho.

A preparação aos concursos públicos, mesmo implicando em ruptura temporária da atividade profissional, em alguns casos, emerge, assim, como estratégia alternativa para concretizar essa permanência. Com efeito, Coutinho, Krawulski e Soares (2007) destacam que a vivência de momentos de interrupção e/ou de transição na vida profissional, ocasionadas pelas contingências que regem o mundo laboral na atualidade, apesar de mobilizar sentimentos de vulnerabilidade “possibilita questionar e refletir a respeito de ações, posturas, preparo e decisões no mundo profissional, conduzindo a novas escolhas e à necessidade de definir novos direcionamentos nos âmbitos pessoal e profissional (...)” (2007, p. 35).

O exame das trajetórias acadêmicas e profissionais possibilitou compreender os direcionamentos que estes *concurseiros* deram à sua vida laboral. Na sequência, apresenta-se de que modo e a partir de quais elementos esses sujeitos se voltaram à preparação para prestar concursos, traçando um planejamento de carreira e de vida atrelado ao serviço público.

#### **4.4 Concursos e planejamento de carreira**

Percebeu-se que o processo de preparação para os concursos expressa, mesmo que de forma embrionária, um planejamento de carreira profissional. Abordar essa questão requer examinar os motivos que levaram os sujeitos a decidir prestar concursos; os critérios utilizados para escolher os concursos a realizar e ainda a importância atribuída à aprovação para o estabelecimento de uma carreira.

#### 4.4.1 Motivos para prestar concursos públicos

Os motivos que levaram a vislumbrar nos concursos públicos possibilidades de emprego mostraram-se similares, em menor ou maior grau, nas falas. Dentre as características motivadoras do ingresso no serviço público foram apontadas nas entrevistas estabilidade, maior remuneração, planejamento de carreira e menor carga de trabalho, além da possibilidade de conciliar o trabalho com outras atividades. Esses achados corroboram as respostas aos questionários, pois, à pergunta “Porque você decidiu fazer concursos públicos?”, a grande maioria assinalou as alternativas: estabilidade no cargo e remuneração (percentuais de 89% e 83%, respectivamente).

Cabe salientar que a esses motivadores somam-se as vivências profissionais negativas dos sujeitos na iniciativa privada, bem como o temor da demissão e a necessidade de se planejar, conforme pode se verificar nos trechos a seguir:

*Depois de um tempo trabalhando nessa área [da publicidade] eu percebi como é muito fechado esse meio, como é preciso ter muita amizade com as pessoas que estão dentro da publicidade e pouco importa o trabalho que tu faz, se é excelente ou não, [aí] é que eu parti prá estudar pro concurso público, foi uma decepção com a publicidade (...)(Avião).*

*Eu nunca tinha me interessado pelo serviço público, porque eu tinha um bom emprego numa grande empresa, então nunca me vislumbrei com o serviço público. Mas depois de algumas mudanças eu saí dessa empresa, parti pra outra (Lua).*

*Tem a instabilidade, volta e meia você pode ser demitido. Eu sou muito de fazer planos em longo prazo, aí eu vou querer adquirir determinada coisa e não vou ter a garantia de estar empregado, então são esses os principais fatores (Estrela).*

*A gente almeja alguma coisa razoável no serviço público (...) A questão da estabilidade e salário é muito importante (...) estabilidade, um futuro mais tranquilo, alguma coisa desse gênero acaba levando a gente. Hoje em dia mais do que nunca a iniciativa privada é bem mais difícil de se trabalhar (Grilo).*

Alguns se referiram aos concursos públicos como meta sempre presente em suas vidas, já fazendo parte da rotina. Sol, por exemplo, considera o fato de fazer concursos como algo natural e intrínseco à sua vida: “pra mim é uma coisa que já faz tão parte da minha vida”. Questionado acerca de quando começou pensar em prestar concursos públicos, Lobo responde “desde sempre”, e afirma que apenas quando passou no vestibular parou de prestá-los, sendo que ao final da graduação voltou a investir seu tempo nos estudos voltados à preparação para esse intento.

De modo geral, portanto, dois principais fatores motivaram a decisão de se preparar para prestar concursos: decepção/frustração com a inserção profissional,

relacionada com aspectos do mercado de trabalho na iniciativa privada, e a estabilidade e demais benefícios supostamente proporcionados pelo serviço público. Esses motivadores novamente indicam que, ao optarem por realizar concursos, essas pessoas são atraídas muito mais pelas supostas garantias e vantagens existentes no serviço público do que pela natureza do trabalho desenvolvido nesse setor.

Cabe mais uma vez salientar um aspecto que deveria ser primordial e que aparentemente não é considerado pelos sujeitos pesquisados, ao focarem na estabilidade e nos demais benefícios oferecidos: o compromisso ético com a coletividade (J. A. Dias, 2009). Na concepção de Almeida (2009), todo servidor público deve estar imbuído pelo “espírito público”, através do qual a sua atuação estará pautada, na busca “de dias melhores para todos e todas” (p. 55). Esse “espírito público”, pouco ou nada foi mencionado pelos participantes, possibilitando questionar como serão suas futuras atuações profissionais nesse setor, caso nele venham a ingressar. Ao não terem a devida clareza a respeito da importância do seu papel, conforme J. A. Dias, “pode ocorrer que nosso ex-candidato e agora servidor público acabe se tornando um escravo das estatísticas, fazendo somente o necessário para atingir uma produtividade (às vezes mínima) que lhe evite problemas” (2009, p. 44).

A estabilidade, mesmo sendo uma característica essencial deste segmento, na medida em que garante ao trabalhador que será demitido apenas por falta grave, abre espaço para que o servidor assimile a sua atividade de trabalho como algo marginal em sua vida, executando desse modo, o mínimo necessário (Soratto, 2000). Entretanto, esse quadro poderia começar a ser revertido se, como explanado por vários estudiosos em diferentes aspectos (Chanlat, 2002; Codo, 2002; DaMatta, 2001; Neves, 2005; Saravia, 2006; Soratto, 2000; Suxberger, 2009), aos servidores estivesse clara a importância e a abrangência do papel que executam. Porém, as ações no serviço público, sejam relacionadas à administração de pessoal ou voltadas à resolução de uma questão específica, muitas vezes, não são direcionadas ao objetivo primordial que deveriam alcançar, ou seja, o bem da coletividade como um todo.

#### 4.4.2 Critérios para escolha dos concursos

Os critérios para escolher quais concursos dedicar a sua preparação são balizados por questões referentes ao salário ofertado; ao nível de concorrência do concurso e o aprofundamento das matérias a serem estudadas; e também por alguma identificação com o cargo ou relação deste com a formação acadêmica. Na Tabela 6 estão listados os concursos para os quais os entrevistados declararam estar se preparando.

Tabela 6 – Concursos para os quais se destina a preparação

Entrevistado	Concurso(s)
Avião	Auditor da Receita Federal – nível superior Agente da Polícia Federal – nível superior Técnico Administrativo da Agência Nacional de Telecomunicações – nível médio Técnico Administrativo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – nível médio
Estrela	Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda – nível médio
Grilo	Auditor da Receita Federal – nível superior
Lobo	Agente da Polícia Federal – nível superior Policia Rodoviário Federal – nível superior Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda – nível médio
Lua	Assistente Técnico Administrativo da Receita Federal – nível médio Assistente Técnico Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral – nível médio Assistente Técnico Judiciário – nível médio Assistente Técnico Administrativo do Ministério Público de SC – nível médio Assistente Técnico Administrativo do Ministério Público da União – nível médio
Macaco	Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda – nível médio
Mar	Agente da Polícia Federal – nível superior Policia Rodoviário Federal – nível superior
Margarida	Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral – nível superior
Petúnia	Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda – nível médio
Sagitário	Auditor da Receita Federal – nível superior
Sol	Auditor da Receita Federal – nível superior

Como já citado, a escolha de quais concursos fazer, para alguns, é direcionada pelo salário oferecido e para outros, pelo nível de concorrência:

*Atualmente estou escolhendo os concursos que pagam o mínimo que eu quero: R\$ 1.000,00 eu acho muito baixo, porque o meu objetivo é R\$ 7.000,00, mas eu tendo a*

*primeira estabilidade, continuo estudando para a segunda, depois para a terceira (...)* (Avião).

*Estou focado no auditor fiscal, porque é **um concurso onde realmente o salário é excelente**, e estou focado também nos concursos federais* (Sagitário).

*Às vezes **a quantidade de vagas** podem me ajudar na questão de eu não estar tão preparada ainda* (Petúnia).

Lobo, Estrela, Mar e Macaco mencionaram como critério de escolha, além do salário e da concorrência, a identificação com as atividades do cargo objeto do concurso a ser prestado:

***Eu escolhi a policia federal porque aparentemente me identifico com o trabalho**, não sei na prática, espero que seja realmente o que eu tenho pensado sobre* (Mar).

*Basta escolher, dos vários cargos que abrem, a [vaga] que melhor se adapta. Uma coisa que eu tento, é, **assim, fazer, uma coisa que eu goste. Prá não estafar e não ter que ir resmungando pro trabalho**. Por isso várias oportunidades de concursos eu já descarto, porque sei que eu não quero* (Lobo).

*(...) outro critério é também o óbvio, que é **eu gostar da área, não pode ser uma coisa que eu não vá ter prazer nenhum em trabalhar*** (Estrela).

Entretanto, o critério de escolha mais marcante encontrado foi a noção de uma carreira em formato de “escada” no serviço público: faz parte do planejamento da quase totalidade dos *concurseiros* ingressar em cargos de nível médio e, gradualmente, galgar cargos de nível superior, como explicado por Lua e Mar:

*A grande maioria dos concurseiros não acaba entrando direto como nível superior, isso é algo assim que marca. A gente conversa com vários, e é **como se fosse uma escada**.(...) para que o concurseiro chegue num concurso de nível superior, ele tem que ter um embasamento muito bom* (Lua).

*Eu não pretendo parar ali, quero continuar estudando e **quero cada vez mais conseguir um cargo melhor, uma remuneração melhor**, e por aí vai* (Mar).

Essa estratégia de carreira em “escada”, na qual a progressão depende única e exclusivamente do desempenho de cada concurseiro nos concursos que presta remete à dinâmica do mundo do trabalho contemporâneo. Conforme D’Avila, Krawulski e Soares (no prelo) pontuam, a configuração atual do mercado de trabalho confere aos trabalhadores, e não mais apenas às organizações, a responsabilidade pelo gerenciamento de suas próprias carreiras.

Saravia (2006), ao analisar o sistema de carreira na administração pública, coloca que tradicionalmente neste segmento os cargos são “vinculados a ocupações e profissões, com limites definidos de maneira rígida” (p.175), ou seja, são poucas as possibilidades de progressão, a não ser por meio de um novo concurso. Percebeu-se que

os participantes conhecem essa realidade, e não têm a intenção de “fazer carreira” em determinado órgão público, enquanto não estiverem no cargo desejado. Ascender em uma carreira, para eles está relacionado a, mesmo tendo ingressado em um cargo, continuarem se preparando para outros concursos, através dos quais gradativamente poderão ocupar outros cargos. Segundo essa lógica, somente a partir da primeira aprovação é que se torna possível almejar cargos melhores, mais bem remunerados ou até com os quais se identifiquem mais.

Alguns escolhem apenas concursos relacionados à sua formação acadêmica, como Margarida e Sol, porém há de se considerar que a primeira fez Direito e a última Administração, cursos para os quais comumente são abertas mais oportunidades no funcionalismo público. Outros tentam conciliar a graduação com sua possível inserção, muito embora essa tentativa não se apresente compulsória, ou seja, não há uma obrigatoriedade de continuar na sua área de formação, uma vez que a escolha depende muito mais dos atrativos oferecidos pelo cargo que pleiteiam:

***Eu prestei prá psicólogo, mas o cargo de psicólogo é complicado (...)** demanda um tempo de estudo que às vezes não desperta tanto interesse (...). **Os concursos que eu pretendo fazer agora são da polícia federal, da policia rodoviária federal(...)**(Lobo).*

*Eu escolho um cargo desses que eu julgue assim “**Ah, esse aqui tem a ver um pouco com a minha graduação, com o conhecimento que eu venho adquirindo (...)** Então tudo o que envolve um pouco dos dois eu me insiro (Macaco).*

***Quando aparece concurso de publicidade eu faço porque a minha graduação permite, só que vários concursos pedem apenas graduação e é esse que eu to com maior objetivo fazendo. E também faço os concursos de nível médio, nível médio não tem nem o que questionar, eu faço (Avião).***

Houve quem explicitasse não querer exercer sua formação acadêmica em um cargo público, como Petúnia que afirmou “*pra contador eu não fiz nenhum, mas é que não seria uma coisa que eu queira fazer*”. Lua citou sua graduação como forma de obtenção de um “*canudo*”, mas não tem a intenção de exercer a profissão em sua futura atuação no serviço público.

Os critérios para escolha dos concursos apontados pelos entrevistados guardam consonância com as respostas aos questionários: 39% dos respondentes afirmaram estudar para concursos que exigem apenas nível médio. Já 29% estudam para concursos cuja exigência é o nível superior, independente da área. Aqueles em preparação para concursos tanto de nível médio quanto de nível superior representaram 21% e 11% não informaram para quais concursos estavam se preparando.

Tais percentuais indicam que a grande maioria destes *concurseiros* busca cargos não relacionados com a sua formação acadêmica, o que vai ao encontro das estatísticas analisadas por Nunes (2006) segundo as quais 53% dos brasileiros graduados trabalham em atividades não relacionadas com a sua graduação. Não obstante, é preciso considerar que dentre as razões de buscarem o serviço público encontra-se o fato de não terem conseguido continuar na profissão ou no trabalho anteriormente escolhido. Essa estatística compõe o que Sennett (2006) chamou de economia das capacitações: “o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados, mas impossíveis de empregar, pelo menos nos terrenos para os quais foram treinados” (2006, p.83).

Os dados obtidos indicam que os critérios para escolher quais concursos prestar, bem como as características de uma carreira em formato de “escada” no serviço público estão relacionados com o nível de dificuldade do processo seletivo. Segundo os entrevistados, está muito mais difícil passar em um concurso atualmente, devido a vários aspectos: o advento da *internet*, através da qual o acesso aos editais é muito facilitado, o crescimento da oferta de cursinhos preparatórios e o nível e número de candidatos que pleiteiam uma mesma vaga, ou seja, a concorrência:

*No começo da década de 1980, concurso público era pra quem conseguia ver que tinha o concurso (...) o que dificulta hoje é que tem a internet, então todo mundo sabe de todos os concursos* (Avião).

*Em 2001 não tinha curso em Foz do Iguaçu, por exemplo, não tinha como estudar, era bem difícil, o material era muito precário. Hoje tá bem mais ágil isso* (Grilo).

*O aprofundamento das questões é maior, o número de questões é maior, o nível dos candidatos é maior, a infinidade de cursos preparatórios é muito grande em todo o Brasil. Isso não tinha há cinco anos* (Lua).

Em decorrência desse nível de dificuldade, alguns relataram a necessidade de estabelecer um foco de estudo, planejar em quais os concursos se quer passar e pôr em prática um plano direcionado ao foco estabelecido. De acordo com Mar, “*você não pode ficar atirando prá todo lado, tem que focar ali e ir naquilo ali, porque são matérias diferentes*”. O planejamento desse foco envolve estudar antes que o edital para determinado concurso seja lançado, como estratégia que auxilia a ter um domínio maior do conteúdo e um melhor desempenho na prova:

*Eu faço um plano de estudo prá poder estudar aquelas matérias. (...) não tô preocupado com o edital, tô preocupado que no momento que tem o edital eu esteja preparado pra dali intensificar os meus estudos, poder estudar matérias que não estudei ainda (...)* (Lua).

*(...) eu tenho que estar preparado antes de sair o concurso, a hora que sair o edital a pessoa tem mais ânimo pra estudar, mas quando se depara com a quantidade de matéria que vem em um tempo curto acaba sendo até desanimador* (Lobo).

O nível de dificuldade para a aprovação nos concursos remete ao exame da finalidade desse processo seletivo. O ingresso no serviço público exclusivamente via concurso foi estabelecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), a qual também definiu os critérios a serem avaliados: a prova deve ser relacionada com a natureza e a complexidade do cargo a ser ocupado. Notadamente, então, aqueles que dedicam muitas horas de estudos à preparação têm maiores chances de serem aprovados. Logo, se pode imaginar que tais pessoas, por dominarem o conteúdo requisitado, seriam também as mais preparadas para o exercício do cargo objeto do concurso.

Contudo, Soratto (2000) argumenta que através de um processo muito genérico, tendo como base apenas a aprovação em provas teóricas<sup>11</sup> deixa-se de lado o contato com o candidato e selecionam-se pessoas sobre as quais não se têm a mínima ideia dos interesses e motivações para o ingresso nesse meio. Assim, um processo seletivo viabilizado apenas por meio de provas teóricas, apesar de selecionar em potencial os “melhores”, não estabelece parâmetros refinados de avaliação, como por exemplo, para averiguar se o perfil e interesses do candidato são compatíveis àquele exigido para determinado cargo. As normas legais que regulamentam a avaliação nos concursos públicos parecem não considerar a necessidade de uma maior aproximação comparativa entre o perfil do candidato e do cargo em questão<sup>12</sup>.

Suxberger (2009) levanta outra discussão a respeito dos concursos enquanto via de entrada no funcionalismo, considerado o acesso mais democrático aos cargos públicos. O autor pontua que embora haja a possibilidade de todos se candidatarem a uma vaga, não é possível falar de igualdade de oportunidades em nosso país, tendo em vista a precária formação educacional e profissional de muitos. Os resultados aqui encontrados corroboram as pontuações deste autor, pois vários relatos evidenciaram que, considerando a competitividade acirrada, para obter êxito nos concursos muitos investem financeiramente em sua preparação, como por exemplo, através da frequência ao cursinho. Desse modo, alguém que decida prestar concursos e não disponha de condição financeira estará em desvantagem perante candidatos que a detenham.

---

<sup>11</sup> Muito embora existam concursos com diversas etapas seletivas, podendo ser constituídas de prova teórica, prova de títulos, prova prática, prova física e avaliação psicológica, dentre outras, o critério mais comumente utilizado nos concursos públicos tem sido apenas a aprovação em provas teóricas.

<sup>12</sup> Exemplo disso é o recente Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009 (Brasil, 2009), o qual proíbe a realização de exames psicotécnicos em concursos públicos para aferição de perfil profissiográfico ou avaliação vocacional.



#### 4.4.3 Importância da aprovação para a carreira

Considerando os esforços de ordem financeira, temporal e física direcionados ao objetivo de ser aprovado no concurso almejado, entende-se quão grande é a importância dessa aprovação. Conforme os relatos evidenciam, ela remeterá a um sentimento de capacidade, de garantia de trabalho e de dever cumprido:

*Eu tô me dedicando integralmente pra isso (...) creio que ter um resultado positivo, ser aprovado é de uma importância bem grande* (Lobo).

*É o que eu mais espero na minha vida profissionalmente, é ser aprovada* (Margarida).

*É um objetivo que eu tô tendo (...) é um sentimento de realização, um dever cumprido* (Mar).

*Tem uma questão assim de me sentir capaz. De que eu consegui vencer mais uma coisa na minha vida. E também de você estar garantindo o resto dos dias de trabalho* (Petúnia).

Percebe-se que o valor dado à aprovação associa-se também ao fato de a dedicação à preparação para os concursos implicar, para muitos, na postergação de outros projetos, pessoais ou profissionais:

*Hoje o concurso público é o meu foco principal, ele vem na frente de muitas coisas que eu tinha como primeiro, segundo e terceiro plano. Eu penso primeiramente em ser aprovado num concurso para poder dar continuidade a outras coisas que eu queria fazer (...)* (Lua).

*O meu plano é ser um funcionário público e posteriormente seguir paralelamente a academia, fazendo o mestrado (...)* (Macaco).

A importância da aprovação parece estar associada muito mais a uma dimensão pessoal do que à carreira profissional propriamente dita. Esse achado talvez se justifique pelo fato de a maioria ter deixado de lado a carreira inicial para ingressar em uma nova carreira no serviço público, não necessariamente atrelada à sua formação superior:

*Nesse mosaico todo que eu coloquei pra ti, da pra ver (...) que não há um processo contínuo (...) então não dá pra pensar em termos de carreira, a minha carreira profissional (...)* (Sagitário).

A importância dada à aprovação também emergiu nas falas a respeito de como se imaginariam daqui cinco anos. Embora alguns tenham projetos profissionais mais bem estruturados que outros, todos fazem menção à aprovação em um futuro próximo:

*Eu quero ser aprovado num concurso público, ingressar na carreira de direito e estudar pra ser um promotor de justiça, é esse o meu objetivo. Eu quero trabalhar como servidor público federal em 2010 e entrar na universidade, concluir o curso*

*e dentro de cinco anos estar formado no curso de direito e estudar pra ser promotor de justiça, isso é o que eu me imagino daqui cinco anos (Lua).*

*Eu me imagino dentro do serviço público e se não já fazendo o mestrado, iniciando, esses são os meus planos (Macaco).*

*Daqui cinco anos eu quero tá passada em algum concurso público, há anos já (Margarida).*

Apesar de todos visualizarem a aprovação e, conseqüentemente, a ocupação de um posto de trabalho, pensar em um cotidiano de trabalho foi difícil para alguns. Justificaram tal dificuldade pelo fato de estarem prestando vários concursos, cada um com atividades distintas. Sendo assim, explicitaram que irão conhecer as rotinas apenas quando forem aprovados, e não fizeram menção à natureza das atividades que irão desenvolver no seu cotidiano de trabalho ou sobre a relevância de executar tais atividades.

As expectativas com o seu futuro trabalho primeiramente giraram em torno de desempenhar o papel que lhes compete, recebendo em troca uma remuneração maior e com a garantia de estabilidade:

*Eu não tenho a menor ideia de como vai ser (...). A minha expectativa é de passar e fazer o meu papel bem feito e estar ganhando uma remuneração maior do que na iniciativa privada, com estabilidade e com essa segurança sabendo que mês que vem, faça chuva ou faça sol, eu vou tá ganhando R\$ 2.500,00 ali (Mar).*

*Não consigo nem imaginar como seria o primeiro dia de trabalho. Não sei dizer pra ti o que eu imagino lá porque eu não tenho nenhuma noção (Petúnia).*

Codo (1996) aborda a estabilidade no emprego como uma vantagem social, uma vez que, em decorrência desta, “as pessoas dormem mais tranquilas, sabendo que seu emprego aguardará impávido na manhã seguinte” (p.24). Logo, ao se remeterem primordialmente à estabilidade como o fator de maior importância em suas futuras aprovações, estes sujeitos estão explicitando os sentimentos de vulnerabilidade que as pessoas têm vivenciado frente às transformações em curso no mercado de trabalho.

Entretanto, também houve quem enfatizasse a expectativa de aprendizado e de poder contribuir com as pessoas e com o país de um modo geral:

*Em primeiro lugar é aprender muita coisa nova, aprender a trabalhar com o público, que eu acho que é o principal fator (...). Poder fazer um bom atendimento ao público, poder contribuir com as pessoas, contribuir com o país, e basicamente seria assim. Não fico imaginando como vai ser (...) eu imagino mais, é estar fazendo um trabalho no qual eu ajudo as pessoas (...) solucionando problemas pra elas (Lua).*

Além de ajudar a resolver problemas em seu futuro cotidiano de trabalho, há os que esperam um espaço no qual possam dar ideias e inovar. Porém, também mencionaram aspectos relacionados à burocracia:

*Vejo-me atrás de um escritório, **mexendo em papelada**, é como um emprego normal, atrás de uma mesa. (...) Eu espero, **poder dar ideias lá dentro**. (...) **Eu gosto da ideia de poder dar novas ideias pra ajudar, criar** (Avião).*

Encontrou-se também a expectativa de que a carga de trabalho seja menor no serviço público:

*Eu imagino que **quando der o horário de ir embora, a felicidade toda vem à tona**. Por quê? **Porque eu vou me sentir agora comigo, e não acontecia isso quando eu era professor** (Sagitário).*

*Vou ter que me adequar a um ritmo, na verdade a palavra seria essa: **um ritmo menor**, porque na área do comércio o ritmo é muito elevado (Macaco).*

Emergiu ainda a questão da mobilidade geográfica associada ao futuro cotidiano de trabalho, uma vez que, ao serem aprovados, principalmente em concursos federais, há grande possibilidade de que não permaneçam na cidade onde residem. A tal circunstância foi associada a possibilidade de retornar após o período de estágio probatório:

*(...) já houve rumores de que esses novos policiais iriam ficar o estágio probatório, que são três anos na Amazônia, então eu não sei o que esperar. Eu espero realmente ser aprovado e **qualquer lugar do Brasil que eu seja lotado eu vou com o maior prazer** (Mar).*

Entretanto, para quem já constituiu família essa mobilidade representa mais um empecilho a ser superado:

*Isso já foi complicado anteriormente, nesse concurso que eu trabalho. Porque quando eu fui pra lá eu tinha, o meu filho de oito anos, ele tinha 20 dias. **Aí fui pra lá, deixei a família aqui** (...) **então foi muito difícil**. E hoje talvez, se eu passar no concurso eu também não leve a família (Grilo).*

Aqueles que já são servidores públicos demonstraram conhecer as atividades que executarão quando passarem no concurso almejado. Por estarem inseridos no setor, conhecem a dinâmica de trabalho, além de terem amigos e conhecidos que ocupam tais postos, formando então uma maior noção das atividades que futuramente irão desempenhar.

Analisando as expectativas relatadas pelos *concurseiros* entrevistados quanto ao seu futuro cotidiano de trabalho, percebe-se que algumas (estabilidade no emprego, ajudar as pessoas, presença de aspectos burocráticos e menor carga de trabalho) já haviam emergido como achados da primeira etapa da pesquisa. Coerentemente, eles

esperam encontrar no seu futuro cotidiano de trabalho aquilo que compreendem e têm como concepção de serviço público. Todavia, convém problematizar que algumas dessas expectativas derivam de percepções idealizadas acerca do trabalho no serviço público, sendo possível que ao ingressar neste segmento, tenham que enfrentar uma adaptação e ressignificação do esperado, frente à realidade encontrada.

Em termos de planejamento de carreira, claramente apareceu um plano peculiar traçado: ingressar em cargos que exijam apenas o segundo grau e, gradualmente, preparar-se para concursos de cargos de nível superior. Salvo pouquíssimas exceções, esse plano implica um rompimento nas trajetórias e projetos profissionais iniciais, para adentrar em um novo projeto, que deverá trazer garantias essenciais como estabilidade e maior remuneração.

#### **4.5 Vida de *concurseiro***

Nessa última categoria são explorados aspectos do cotidiano atual dos *concurseiros*: como conciliam trabalho, estudo, família e outras esferas vitais; de que modo lidam com as cobranças relacionadas à aprovação e como se sentem nessa fase de suas vidas.

##### **4.5.1 Profissão *concurseiro***

Frente às dificuldades em obter aprovação, muitos optam por se dedicar integralmente aos estudos; dos 11 entrevistados, cinco encontravam-se apenas estudando para concursos. A essa dedicação conferem o *status* de uma profissão, a “profissão *concurseiro*”:

*A minha profissão é concurseiro agora* (Macaco).

*Hoje em dia o concurseiro virou uma profissão, hoje em dia muitas pessoas abdicam do seu trabalho justamente pra estudar (...) então virou meio que uma profissão, você bate ponto com os livros* (Mar).

A alusão ao exercício, ainda que temporário, de uma profissão, relaciona-se fundamentalmente à dedicação exclusiva aos estudos, abrindo mão do trabalho, durante um período de tempo, como estratégia para obter aprovação no(s) concurso(s) almejado(s). A “profissão *concurseiro*” encontrada focaliza-se na perspectiva de ganhos

financeiros futuros, tendo em vista que os elementos constituintes da escolha pelos concursos públicos são, primordialmente, os benefícios oferecidos, tais como estabilidade financeira. Pode-se conjecturar que estes sujeitos circunstancialmente ocupando a “profissão *concurseiro*”, estão em busca da “profissão servidor público”, a qual finalmente lhes proporcionará os ganhos antes não alcançados.

#### 4.5.2 Rotina de estudos

A rotina de estudos destes *concurseiros* apresenta uma diferença marcante entre aqueles que se dedicam integralmente aos estudos e aqueles que, além de estudar, exercem atividade remunerada. Os primeiros têm sua rotina configurada de acordo com as aulas no cursinho e também com os concursos que têm data mais próxima marcada. Como optaram por apenas estudar, podem dedicar mais horas aos estudos, percebendo estar em uma situação privilegiada, justamente pela possibilidade dessa dedicação integral. Mesmo assim, houve relato de dificuldades em manter uma disciplina nos estudos:

*Tem dias que chego estudar 12 horas e faço bastantes exercícios. Tava conciliando assim, vindo pro cursinho e depois estudava em casa (...) eu tô focando nisso e talvez tenha algum resultado, mas a condição hoje realmente é de privilégio total* (Sagitário).

*Eu na teoria teria o dia todo prá estudar, manter meu foco só no estudo, mas não consigo, não tenho ainda essa disciplina, tô criando ainda* (Macaco).

Estes sujeitos que não exercem atividade remunerada obtêm o seu sustento por meio do apoio financeiro familiar e também há os que economizaram dinheiro durante um período e atualmente usam essas economias para custear as despesas com cursinho, inscrição de provas e demais gastos:

*Eu parti prá estudar gastando o dinheiro que tenho (...) sempre a gente tá gastando de uma maneira, tem que pagar as aulas, o transporte, as provas, alimentação às vezes aqui no centro* (Avião).

*Isso [o auxílio financeiro] foi conversado com o meu pai, principalmente (...) eu tô me preparando para daqui alguns anos, um dois, três, enfim, estar ganhando uma remuneração X* (Mar).

Dentre os que já trabalham no serviço público, há quem apenas estude quando os editais forem lançados, contudo há também os que mantêm uma rotina diária de estudos:

*Finais de semana quando eu não estou cansado eu estudo. Como já tenho aqui [o emprego] a gente fica mais tranquilo, se não seria uma rotina mais maçante. Mas*

*quando tem concurso eu geralmente estudo um período de três horas por dia (Estrela).*

*Eu estudo de manhã, aí eu trabalho à tarde e estudo à noite. Então nesses dois períodos eu tento fazer no mínimo 6 horas por dia de estudo (Sol).*

Foi perceptível na fala de todos os entrevistados uma rotina de estudos extenuante, maçante e cansativa, porém tais elementos são mais presentes na rotina daqueles que têm dupla jornada:

*De manhã eu vou direto pro trabalho, aí do trabalho eu venho direto pra cá (...) e fico até 22:00/22:30. Finais de semana eu venho pra cá no sábado (Grilo).*

*Como trabalho o dia todo, tenho um plano de estudo que fica grudado na parede lá do meu quarto e sei que tenho que estudar todo dia pelo menos uma hora, além daqui [do cursinho] (Lua).*

Também faz parte da vida de *concurseiro* abdicar dos momentos de lazer em prol dos estudos, em maior ou menor grau:

*Com relação ao lazer, até tô me privando bastante. Primeiro que tem aula sábado, domingo (...) (Mar).*

*Eu vivo hoje em cima de uma cadeira na frente de uma escrivaninha estudando, a minha vida é resumida a isso. Não saio prá cinema, não saio prá teatro, não saio prá tomar cerveja com os amigos. Tem seis meses que estou realmente focado nesse objetivo de ser aprovado (Sagitário).*

*Fica muito de lado sim [o lazer]. Eu hoje prá fazer academia duas vezes por semana é difícil, tem que ser de manhã, antes do trabalho e olha só, eu chego em casa 22:30 não dá prá fazer mais nada, é só o tempo de arrumar as coisas e dormir. E só sobra o domingo mesmo. (...) Você acaba deixando pra trás muitas coisas que gostaria de fazer (Grilo).*

Encontra-se em Sato e Schmidt (2004) que atualmente, em virtude do discurso da empregabilidade, até os momentos fora do trabalho são cedidos para a qualificação profissional, ocorrendo desse modo, a capitalização do lazer para o trabalho.

Embora os *concurseiros* não tenham explicitado o discurso da empregabilidade, a alta competitividade nos concursos, em decorrência da relação número de candidatos/vaga faz com que renunciem a seus momentos de lazer e descanso e busquem uma melhor “qualificação” através dos estudos preparatórios. Para estes, essa qualificação via frequência ao cursinho se traduz em maiores chances de serem aprovados nos concursos, diferenciando-se, desse modo, do grande número de candidatos que por motivos diversos não faz essa preparação.

### 4.5.3 Sentimentos relacionados ao momento atual

Todos consideram o momento que estão vivenciando como de muita pressão, estresse, cobrança e vida restrita. A rotina de estudos extenuante faz com que abdicuem de muitas outras atividades e por vezes lhes acomete a ideia de desistir. Como muitos “pararam” suas vidas para apenas estudar, essa situação, apesar de privilegiada, por terem mais tempo para dedicação, gera uma cobrança interna muito grande:

*Eu me sinto mal por estar dependendo do meu pai com 26 anos de idade, nisso eu me sinto mal, me cobro bastante. Mas em contrapartida me sinto muito bem por ter essa oportunidade de poder estudar (Mar).*

*É uma atitude corajosa ser concurseiro hoje, parar a vida prá isso (...) **coragem de enfrentar uma prova que não é fácil, coragem de saber que você tem um monte de candidatos exatamente nas tuas condições, com a mesma pressão, com a mesma capacidade intelectual sua, a maioria formado (...).** Várias vezes passa pela cabeça desistir e achar que isso é até uma espécie de loucura (...) (Sagitário).*

*É uma fase de estresse, muito difícil (...). **Tu largas tudo, lazer, viagem... um monte de coisas você deixa de fazer prá aquilo, entendeu? Então fica uma coisa restrita a tua vida** (Margarida).*

A cobrança, porém, não é somente interna: familiares e amigos, apesar de apoiarem, também cobram. Para os que têm servidores públicos na família, a cobrança é ainda maior:

*Por incrível que parece eles [os familiares] **cobram mais do que apóiam, porque por serem todos servidores a grande maioria passou nos primeiros concursos que fez.** A minha irmã fez o primeiro e passou, o meu irmão passou no segundo, então existe essa cobrança (Lua).*

*Existe a torcida dos amigos e da família. **Da família também existe junto com a torcida a preocupação, eu me sinto pressionado (...)** (Sagitário).*

Além da cobrança pela aprovação, há outra, relacionada à ausência da pessoa no convívio familiar e social:

*A vida de concurseiro é muito complicada (...) muitas vezes falta tempo, **as pessoas mais próximas não entendem que a gente tá estudando porque quer uma melhoria na vida. Muitas pessoas acham que a gente tá ficando louco, que tu só fala de estudo, e que tu deixa de fazer coisas que tu fazia antes, que tu não vai mais sair com os amigos e o pessoal começa a questionar um monte de coisas** (Lua).*

Motiva a persistência nos estudos o tempo já investido nesta “empreitada”. Parar sem alcançar o objetivo final seria como desvalorizar todas as renúncias e abdições feitas até então:

*Foram muitos finais de semana que (...) **deixei de fazer um monte de coisa estudando. Então eu peso muito isso e não posso abrir mão (...)** (Sol).*

*Ela [a esposa] realmente chega a expressar que tá descontente com essa dedicação ao estudo. Eu tento explicar que é pro nosso bem e tal, vamos mais um pouco, não podemos perder tudo o que a gente já perdeu até agora. **Vamos fazer disso um***

*investimento não só financeiramente, mas o tempo que se perdeu, a dedicação (...)*  
(Grilo).

A partir do exame do cotidiano destes *concurseiros*, pode-se avaliar que passam por uma fase caracterizada por sentimentos de vulnerabilidade, exaustão, cobrança, incertezas e, por vezes, até desânimo. Conforme assinalou um deles, é uma atitude muito corajosa “parar” em determinado momento da vida para mergulhar no universo dos estudos para concursos, abdicarem dos lazeres, do convívio familiar, do descanso e das companhias prazerosas. O que lhes move e dá forças, conforme abordado anteriormente, é a garantia de um emprego, concretizada através da estabilidade que o cargo público proporciona, por meio do qual poderão realizar projetos pessoais e/ou profissionais até então em deixados de lado.



## **5 SENTIDOS DO TRABALHO PARA *CONCURSEIROS*: o serviço público possibilitando a inserção e a permanência no mundo do trabalho**

A busca pela compreensão dos sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos foi o objetivo principal deste estudo. Ao longo do capítulo anterior foram discutidos vários resultados, por vezes até contraditórios, que possibilitaram uma apropriação da problemática estudada. Da gênese dessa pesquisa, quando, de certo modo ingenuamente, a pesquisadora se propôs a investigar sobre os *concurseiros* até o presente momento, emergiram dados e reflexões muito mais complexos do que a princípio imaginava-se na abordagem do assunto em questão, as quais são retomados a seguir. Concluindo o capítulo se apresentam considerações finais e recomendações para futuros estudos.

### **5.1 Serviço público como estratégia de inserção e permanência no mundo do trabalho**

Primeiramente, o perfil destes *concurseiros* revelou que, em sua grande maioria, encontram-se caracteristicamente no início de suas vidas laborais. São jovens adultos de ambos os sexos, recém graduados em diferentes cursos, com prevalência das áreas de Ciências Sociais Aplicadas. Muitos, além da dedicação aos estudos preparatórios, também exercem atividade remunerada, alguns inclusive já como servidores públicos. Seus estudos dirigem-se concomitantemente para diferentes concursos, tanto com exigência de ensino médio quanto de ensino superior.

Sinteticamente as categorias anteriormente analisadas mostraram as “Concepções de trabalho, emprego, serviço público e trabalho no serviço público” dos *concurseiros*. Na sequência o aprofundamento de suas “Trajetórias acadêmicas e profissionais” propiciou compreender os direcionamentos que estes deram à sua vida laboral, tendo como base desde a escolha pelo curso de graduação até a inserção e a vivência no mercado de trabalho. Já na categoria, “Concursos e planejamento de carreira”, foram consolidados os elementos que motivaram a decisão de prestar concursos públicos, bem como se apresentou os critérios utilizados para a escolha dos mesmos e a importância da aprovação para estes sujeitos. Ao final em “Vida de *concurseiro*” foram detalhados aspectos da rotina de estudos e os sentimentos presentes neste momento de suas vidas. A partir desses achados, emergiram dois grandes temas:

**Inserção e permanência no mundo do trabalho contemporâneo e Serviço público como carreira**, os quais permeiam e constituem o cerne das discussões deste trabalho.

Os resultados encontrados permitiram compreender que embora a maioria dos entrevistados tenha expressado uma concepção de duplo sentido do trabalho, assimilado como meio de subsistência e provedor das necessidades básicas do ser humano, mas ainda como indispensável qualitativamente, satisfazendo necessidades psicológicas e permitindo a auto-realização humana, expressaram também a estabilidade proporcionada pelo serviço público como o principal elemento motivador do ingresso neste. Desse modo, ao justificar o interesse pelo serviço público primordialmente pela estabilidade e praticamente ignorar outros aspectos do trabalho neste segmento, avalia-se que para os *concurseiros* entrevistados os sentidos assumidos pelo trabalho remetem à concepção de um emprego estável.

Essa compreensão dos sentidos do trabalho relacionada à obtenção de um emprego estável encontra subsídios em seus próprios depoimentos. Os dados mostraram, em razão da escassez e dificuldade das possibilidades laborais encontradas, que o trabalho no serviço público foi escolhido, salvo uma ou outra exceção, tomando como critério atributos relacionados ao vínculo empregatício e não às atribuições do trabalho em si, evidenciando que a escolha feita recaiu sobre o emprego público e não sobre o trabalho. Conforme Zanella *et al* (2007) assinalam, os sentidos produzidos pelos sujeitos são indissociáveis de suas trajetórias e do contexto histórico em que vivem. No caso destes, suas trajetórias exemplificam esse processo: pode-se conjecturar que o trabalho assume o sentido de emprego, por terem vivenciado e ainda estarem vivenciando situações nas quais obter um emprego garantido é mais prioritário do que uma possível satisfação oriunda de atividades laborais.

Foram encontrados dois principais motivos para prestar concursos: a decepção e/ou frustração com a inserção profissional, relacionada a aspectos do mercado de trabalho na iniciativa privada e a estabilidade, nível de remuneração e demais benefícios proporcionados pelo serviço público. Estes motivadores foram reforçados a todo o momento nas falas, seja ao apontar os critérios para escolha dos concursos ou mesmo na descrição da rotina de estudos, e vinculam-se intimamente as suas trajetórias profissionais.

A reflexão sobre os dados relativos a essa questão permite discutir o tema da **Inserção e permanência no mundo do trabalho contemporâneo**. Considera-se que o relato acerca das experiências laborais expressa a precarização das relações de trabalho

que vem ocorrendo na contemporaneidade. Os entrevistados referiram características cada vez mais presentes e intensas no mundo do trabalho atual, onde sentimentos de vulnerabilidade e insegurança configuram o cotidiano dos trabalhadores, por conta da perversidade instaurada através do modo de produção capitalista. Os relatos trouxeram elementos que a literatura (Alves, 1996, 2007; Antunes, 1999, 2005; Coutinho, 2006; Forrester, 1997; Frigotto, 2002; Pochmann, 2007) vastamente já apontou: dificuldades de inserção, contratos precários de trabalho, baixa remuneração, risco iminente do desemprego, sobrecarga e más condições de trabalho, desgaste emocional, temor de discriminação pela idade, entre outros.

Os *concurseiros* desse estudo expressam uma realidade caracterizada por indivíduos com escolarização de nível superior, buscando no serviço público cargos para os quais sua formação profissional não foi direcionada. Essas pessoas, ao se depararem com as dificuldades em um mercado de trabalho cada vez mais perverso, vivenciaram sentimentos de frustração e vulnerabilidade. Sendo assim, romperam com a profissão que tinham escolhido ou com o trabalho que estavam desenvolvendo, ao ponderar que permanecer investindo nestas escolhas os levaria a ter que encarar cotidianamente, todas as características já elencadas sobre a iniciativa privada, e mesmo assim não teriam o retorno esperado.

Tal qual os sujeitos pesquisados por Silva (2004), cuja expectativa de ingresso no serviço público configurava-se não como opção relacionada à natureza do trabalho naquele setor, mas como alternativa para lidar com o sentimento de insegurança mobilizado frente à instabilidade encontrada no mundo do trabalho, os entrevistados desta pesquisa igualmente pretendem superar suas vivências laborais negativas ocupando um cargo público.

Em vista das dificuldades vivenciadas para se inserirem e permanecerem no mundo do trabalho é compreensível que desejem garantia de estabilidade no trabalho, recorrendo aos estudos preparatórios e à perspectiva de aprovação em concursos públicos como estratégia para refazerem sua inserção no mundo do trabalho e nele permanecerem de um modo menos ameaçador. Nesse sentido, a estabilidade almejada não se constitui apenas como aquela característica da carreira pública, mas também possui uma dimensão psicológica, como aquela que proporciona tranquilidade, segurança e a possibilidade de traçar e realizar projetos, inclusive em nível pessoal, como frequentar academia ou cursar mestrado, como mencionado.

Contudo, as concepções sobre o serviço público e o trabalho nesse setor, das quais emergiu o tema **Serviço público como carreira**, remetem a outra questão crucial: estes *concurseiros*, ao almejam o ingresso no serviço público, atraídos pela estabilidade e melhor remuneração, não levam em consideração o compromisso ético com a coletividade como característica que, de acordo com a literatura (Almeida, 2009; Chanlat, 2002; J. A. Dias, 2009; Saravia, 2006; Suxberger, 2009), é intrínseca ao trabalho neste segmento. Muitos destes sujeitos se tornarão servidores públicos possivelmente sem ter clareza da importância do seu papel, atrelado ao sentido de “servir”, como a etimologia do termo indica. Este dado leva a pensar na possibilidade de, ao ingressar no serviço público não tendo apropriação do papel a ser exercido, a pessoa se frustre e não consiga desempenhar bem sua função, gerando novamente insatisfação profissional. No plano coletivo, esse desconhecimento também pode contribuir para a perpetuação da estrutura de serviço público existente, à qual costumam ser associadas características como ineficiência, mau atendimento, morosidade, descomprometimento e insatisfação no trabalho, entre outras.

Tomando como base as concepções relatadas acerca do serviço público, as aproximações e diferenças enunciadas, bem como as expectativas do futuro cotidiano de trabalho, e refletindo sobre os motivos que levaram os sujeitos a almejam o ingresso no serviço público, pode-se considerar que os sentidos atribuídos ao trabalho neste contexto relacionam-se à estabilidade conferida pelo cargo público, centralmente, e a elementos de ordem positiva e negativa, periféricamente. Como elementos negativos, foram evocadas as ideias de um trabalho burocrático, chato, sem motivação, desgastante e associado à imagem negativa do servidor público. Sob a perspectiva positiva emergiram elementos como ritmo menor, quando comparado à iniciativa privada, felicidade proporcionada através dos benefícios ofertados, possibilidade de ajudar outras pessoas por meio do trabalho e o próprio funcionamento do serviço público, que permitiria conciliá-lo com outras atividades.

Nos relatos emergiram mais sentidos negativos que positivos para o trabalho neste segmento, sendo o sentido da estabilidade reiterado sempre como o mais relevante; já a satisfação e a realização profissional, se porventura não forem encontradas no trabalho no serviço público, serão buscadas através dos benefícios proporcionados, servindo o trabalho como um meio para a obtenção desses quesitos. Nessa perspectiva, o trabalho no serviço público é visto como o “*trampolim*” que permite alcançar outras necessidades; conforme explicitou Avião: “*é chato, mas as*

*peças conseguem estruturar as suas vidas em torno do serviço público e evitam vários problemas*". Também merece destaque o fato de alguns participantes expressarem uma percepção bastante idealizada do trabalho no serviço público. Essa idealização pode requerer que ao ingressar em seu cargo necessitem reavaliar suas expectativas frente às demandas que concretamente encontrarão.

Em termos de trajetória de vida e planejamento de carreira destes *concurseiros*, apurou-se, como já foi dito, que os concursos emergiram em sua trajetória profissional como consequência de suas experiências anteriores de trabalho na iniciativa privada, aliada à perspectiva de obterem os benefícios proporcionados pelo serviço público. Quanto ao seu planejamento de carreira, encontrou-se que possuem um plano elaborado e específico: a carreira em "escada", sintetizando o objetivo de ingressar primeiramente em cargos cuja exigência seja o segundo grau para posteriormente, por meio de novos concursos, buscar cargos com requisito de ensino superior. Essa estratégia de "escada" de certo modo parece substituir a ascensão funcional no mesmo cargo, possível aos servidores públicos por meio de concursos internos, anteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). E, alinhando-se à dinâmica do mundo do trabalho contemporâneo, atribui ao sujeito a responsabilidade pela construção e gestão de sua carreira (D'Ávila, Krawulski & Soares, no prelo).

Embora sejam feitas algumas tentativas de relacionar os concursos a serem prestados com o curso de graduação pregresso, não há obrigatoriedade nessa associação. Ao contrário, a grande maioria se candidata a cargos não relacionados com sua formação acadêmica, indicando que, salvo poucas exceções, houve um distanciamento ou mesmo abandono das trajetórias e planos profissionais iniciais, com o intuito de traçar um novo plano, do qual o serviço público necessariamente faz parte.

Foram referidos cursos de graduação que tradicionalmente possibilitam maiores chances de ingresso no serviço público, como o de Direito, porém as dificuldades de inserção e permanência no mundo do trabalho mostraram-se comuns às diversas áreas, sendo que os egressos desse curso, como também de outros visados pela proximidade com o serviço público (como Administração, Ciências Contábeis, Economia) não se encontram isentos das mesmas estratégias para o enfrentamento dessas dificuldades.

Ainda em relação ao planejamento de carreira desses sujeitos, compreende-se que se direciona pelas dificuldades de ser aprovado em um concurso na atualidade e percebeu-se que, imbuídos do plano de alcançar cada vez mais cargos melhores, muitos postergam outras atividades da vida para um momento posterior, quando já estiverem

exercendo tais cargos. Como exemplo, encontrou-se *concurseiros* já inseridos no serviço público, ocupando cargos relativamente “bons” (com vencimentos acima de R\$ 5.000,00), os quais continuam se preparando para prestar outros concursos. Mesmo quando a estabilidade não é mais um problema (pelo fato de já serem servidores) e quando o salário fica acima dos padrões brasileiros, essas pessoas continuam postergando muitos projetos, relacionados à família ou a outras esferas. Questiona-se, então, se essa carreira em formato de “escada” não seria um círculo vicioso, uma vez que é comum aqueles que ainda não são funcionários públicos se espelharem nestes que já são e continuam estudando.

Outro questionamento suscitado foram os concursos enquanto processo seletivo que viabiliza o acesso aos cargos públicos. Apesar de aparentemente ser o acesso mais democrático, a igualdade de possibilidades dificilmente se concretiza, uma vez que a competitividade leva à busca dos estudos preparatórios, acabando por favorecer aqueles com condições financeiras que lhe permitam custear um cursinho. Soma-se ao equívoco das oportunidades iguais para todos, o fato de a maioria dos concursos tomarem por base apenas provas teóricas; esta modalidade avaliativa, largamente empregada pela objetividade que permite atender milhares de concorrentes simultaneamente, não possibilita, pelo distanciamento, conhecer as motivações dos candidatos, avaliar de modo mais fidedigno a compatibilidade entre seu perfil e o cargo em questão ou, ainda, fornecer informações mais minuciosas sobre as atribuições do cargo e/ou do cotidiano laboral do setor.

## **5.2 Considerações finais e recomendações para futuros estudos**

Considera-se que esse estudo possibilitou apreender as motivações dessas pessoas que “param” em determinado momento de suas vidas e assumem temporariamente a “profissão *concurseiro*”, buscando uma mudança e redefinição de suas trajetórias profissionais. Conforme especulado na introdução deste trabalho, essas pessoas não estão buscando o serviço público por se identificarem com as atividades realizadas nesse segmento; pelo contrário, elas têm consciência de que estão tentando ingressar em um trabalho muitas vezes marcado pela burocracia, pela desmotivação e pela própria estigmatização da imagem do servidor público, visto como aquele “que não

trabalha”. Entretanto, tais características serão compensadas pela estabilidade e pelos demais benefícios proporcionados pelo serviço público.

Contudo, é necessário lembrar que o serviço público tem uma especificidade intrínseca às suas atividades, vinculada à função ética, do bem comum e do serviço à coletividade (Almeida, 2009; Chanlat, 2002; J. A. Dias, 2009; Saravia, 2006; Suxberger, 2009). Logo se as pessoas que ingressam nesse meio não possuem clareza de que sua função em um âmbito maior é a de servir a coletividade, e a própria administração pública consolida um processo seletivo que não estabelece parâmetros para avaliar adequadamente seus candidatos, infelizmente não se pode esperar mudanças profícuas, referentes àquelas características elencadas como negativas, mas presentes cotidianamente no trabalho do servidor público.

O ingresso no serviço público é, então, a estratégia vislumbrada frente à instabilidade do mundo do trabalho contemporâneo, para o alcance de uma remuneração garantida. Para tanto, “abandonar” ou deixar de lado a profissão e o trabalho inicialmente escolhidos não é assimilado como uma ocorrência negativa. Do mesmo modo, exercer uma atividade não relacionada à formação superior é tomado, frente às circunstâncias vivenciadas no trabalho no âmbito da iniciativa privada, como uma boa alternativa, levando em consideração que essa atividade proverá a sobrevivência e significará, finalmente, encontrar um lugar seguro no mundo do trabalho.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, sugere-se aos *concurseiros* e futuros servidores públicos que, mesmo tendo ciência do imperativo que é a sobrevivência no mundo do trabalho contemporâneo, regido pela lógica capitalista, busquem maiores informações a respeito dos concursos para os quais estão pleiteando uma vaga; procurem saber quais serão as atividades realizadas; questionem-se acerca do que esse trabalho pode lhes oferecer além da estabilidade e avaliem se suas motivações de ingresso no serviço público convergem minimamente com os objetivos deste segmento.

Recomenda-se também às administrações públicas que, quando do ingresso de novos servidores, realizem treinamentos e capacitações adequadas, buscando explicitar e construir uma cultura organizacional focalizada no objetivo do bem da coletividade. Sugere-se ainda um acompanhamento sistematizado do servidor recém chegado. O departamento de Recursos Humanos/Gestão de Pessoas deveria realizar uma entrevista com esse novo servidor, a fim de conhecê-lo, saber das suas motivações e qualificações, de modo a poder encaminhá-lo para um cargo ou função compatível ao perfil apresentado.

Os resultados desta pesquisa mostram a importância da elaboração de programas de Orientação Profissional e de Carreira (OPC) para serem desenvolvidos junto a cursinhos preparatórios, uma vez que muitos *concurseiros* não sabem da especificidade e atribuições do cargo para o qual prestarão o concurso, e têm dificuldades no delineamento de seu projeto profissional. A OPC, neste aspecto, tem um grande papel a desempenhar, no sentido de poder assistir esses sujeitos, proporcionando-lhes reflexões quanto à sua futura inserção profissional, ao que esperam do serviço público, bem como ao delineamento de estratégias para o planejamento de carreira que possa estar aliadas à sua realização pessoal e profissional.

Ao mergulhar no universo da pesquisa muitas vezes emergem mais inquietações, do que as próprias respostas esperadas, e nesse estudo não foi diferente. Sendo assim, considera-se pertinente a recomendação de outras pesquisas abordando aspectos não contemplados neste estudo, ou até que emergiram deste.

Tendo como pressuposto que para os sujeitos pesquisados, a estabilidade no serviço público foi supervalorizada, em detrimento de outros aspectos desse setor, seria interessante realizar um estudo objetivando conhecer como se dá a adaptação de novos servidores aos seus postos de trabalho e em que medida se apropriam do seu papel de “servir”; e também avaliar, depois de determinado tempo dentro do serviço público, se a expectativa que tinham antes do ingresso foi satisfeita ou não.

Poderia também ser feito um estudo acerca da satisfação/realização profissional de servidores, comparando servidores que desempenham funções correlacionadas à sua formação acadêmica com aqueles que, embora tenham formação acadêmica, estejam em cargos não correlacionados a esta.

Buscar a compreensão dos sentidos do trabalho para *concurseiros*, antes de se apresentar concretamente como um estudo de mestrado, foi também um grande processo de aprendizado para a pesquisadora. Durante dois anos, houve uma imersão no mundo destes *concurseiros*, nas suas rotinas, e em suas aspirações. Buscou-se apreender suas vivências a fim de transmiti-las e transformá-las em conhecimento do modo mais fidedigno e humano possível. Porém, é necessário reconhecer que nenhum conhecimento se esgota ou se encerra, e para cada resposta “encontrada” sempre emergirão dúvidas e novas indagações. O “término” de uma pesquisa é então, apenas um novo ponto de partida, com novos olhares e novas direções.



## REFERÊNCIAS

- Almeida, R. R. da S. M. T. de. (2009). Você já foi a provado em um concurso público? A missão agora é ser aprovado como servidor público, na vida pública, com espírito público, em benefício do público. In J. A. Dias, A. H. G. Suxberger, C. R. D. Garcia, & R. R. Manente (Orgs.), *O que fazer depois de passar em um concurso público* (pp. 51-59). Blumenau: Nova Letra.
- Alves, G. (1996). Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas de trabalho – O Brasil nos anos noventa. In F. J. S. Teixeira, & M. A. Oliveira (Orgs.), *Neoliberalismo e Reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do Trabalho* (pp. 109- 161). São Paulo: Cortez.
- Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* (2a ed.). Londrina, PR: Práxis. Recuperado em 30 de outubro, 2009, de <http://www.giovannialves.org/livros-meus.htm>.
- Alves, J. A. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 77: 53-61.
- Antunes, R. (1999). O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* 2(1), 55-59.
- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. & Pochmann M. (2007). O novo mundo do trabalho, o trabalho no novo mundo. *Jornal da Unicamp* (Edição nº354). Recuperado em 25 de maio, 2008, de <http://www.adufepe.com.br/noticias5/Centralidade-do-trabalho.htm>
- Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos. (2008). *ANPAC Notícias*. Recuperado em 04 de novembro, 2008, de <http://www.anpac.org.br/index.php>
- Barbosa, A. F. (2004). O Mercado de Trabalho Brasileiro pós-1990: mudanças estruturais e o desafio da inclusão social. In *Seminário Internacional “Empleo, Desempleo y Políticas de Empleo en el Mercosur y la Union Europea”*, Buenos Aires. Recuperado em 04 de outubro, 2008, de [www.ceil-piette.gov.ar/docfor/2004/MUE/MUEfreitesbarbosa.doc](http://www.ceil-piette.gov.ar/docfor/2004/MUE/MUEfreitesbarbosa.doc).
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto, A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Basso, I. S. (1998). Significado e sentido do trabalho docente. *Cadernos CEDES* 19(44): 19-32. Recuperado em 11 de outubro, 2008, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003)

- Bodgan, C. R., & Biklen, K. S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Brasil, (1943). *Decreto-Lei n 5.452 de 1º de maio de 1943: Consolidação das Leis do Trabalho*. Recuperado em 29 de maio, 2008 de <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html>
- Brasil, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado em 06 de outubro, 2008, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)
- Brasil, (1993). *Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993*. Recuperado em 02 de dezembro, 2009, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8745cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8745cons.htm)
- Brasil, (2007). *Decreto Federal nº 6.096 de 24 de abril de 2007*. Recuperado em 10 de janeiro, 2010, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)
- Brasil, (2009). *Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009*. Recuperado em 25 de janeiro, 2010, de [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%25206.944-2009%3FOpenDocument%26AutoFramed](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%25206.944-2009%3FOpenDocument%26AutoFramed)
- Chanlat, J. F. (2002). O gerencialismo e a ética do bem comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos. In *VII Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Admistracion Pública*. Lisboa, Portugal, 8-11 Oct.
- Chizzotti, A. (2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (7a ed.). São Paulo: Cortez.
- Codo, W. (1996). Um diagnóstico do trabalho (Em busca do prazer). In J. E. Borges-Andrade, W. Codo, & A. Tamayo (Orgs.), *Trabalho, organização e cultura* (pp. 21-40). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Codo, W. (1994). *O que é alienação* (10a ed., Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- Codo, W. (2002). A arte de não fazer: o funcionário público faz o que precisa ser feito? In W. Codo, & M. G. Jacques (Orgs.), *Saúde mental & trabalho: leituras* (pp. 296-308). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Concursos Públicos On line. (2008). *Concursos em Florianópolis*. Recuperado em 03 de agosto, 2008, de [www.concursospublicosonline.com/informacao/view/Concursos-Estaduais/Estado-de-Santa-Catarina/Concursos-em-Florianopolis/](http://www.concursospublicosonline.com/informacao/view/Concursos-Estaduais/Estado-de-Santa-Catarina/Concursos-em-Florianopolis/)

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2009). *Tabelas de áreas do conhecimento*. Recuperado em 07 de maio, 2009 de <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>.
- Corona, M. A. (2006). *Os sentidos que bancários outorgam ao trabalho*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Costa, M. V. (2002). Uma agenda para jovens pesquisadores. In M. V. Costa (Org.), *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação* (pp. 143-156). Rio de Janeiro: DP&A.
- Coutinho, A. L. C. (2003). *Servidor público: reforma administrativa, estabilidade, emprego público, direito adquirido*. Curitiba: Juruá. Resenha de: A. P. C. de A. Costa (2004). Servidor público: reforma administrativa, estabilidade, emprego público, direito adquirido. *Prima Facie*, 3, (4): 172-173. Recuperado em 30 de setembro, 2008, de [www.ccj.ufpb/primafacie/prima/artigos/n4/resenha.pdf?f=14](http://www.ccj.ufpb/primafacie/prima/artigos/n4/resenha.pdf?f=14)
- Coutinho, M. C. (2006). *Participação no trabalho* (Coleção Trabalho Humano). São Paulo: Casa do Psicólogo/All Books.
- Coutinho, M. C., Krawulski, E., & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19 (especial): 29-37.
- Coutinho, M. C., Diogo, M. F., & Joaquim, E. de P. (2008). Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em uma universidade pública. *PSIC – Revista de Psicologia da Vetor Editora*, (9), 1, 99-108. Recuperado em 30 de outubro, 2009, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/psic/v9n1/v9n1a12.pdf>
- D'Avila, G. T., Krawulski E. & Soares, D. H. P. (no prelo). Técnicas para o planejamento de carreira: do sonho profissional ao plano de ação. In *Técnicas para o trabalho de orientação profissional em grupo* (2a ed., pp. 203-232). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Dallari, A. (1989). *O que é funcionário público* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- DaMatta, R. (2001). *Considerações Sócio-Antropológicas sobre a Ética na Sociedade Brasileira*. Informe de Consultoria apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Recuperado em 15 de outubro, 2009 de <http://www.codigodeetica.es.gov.br/artigos/Etica%20Roberto%20da%20Matta.pdf>
- Dantas, D. A. G. (2002). Abordagem sobre a estabilidade do servidor público e a emenda constitucional Nº 19/98. *Revista do Cesuc*, 3(7). Recuperado em 30 de setembro, 2008, de [www.cesuc.br/revista/ed-2/ESTABILIDADE\\_DO\\_SERVIDOR\\_PÚBLICO.pdf](http://www.cesuc.br/revista/ed-2/ESTABILIDADE_DO_SERVIDOR_PÚBLICO.pdf).
- Dal Magro, M. L. P. (2006). *Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Dias, J. A. (2009). Um compromisso ético pela riqueza humana. In J. A. Dias, A. H. G. Suxberger, C. R. D. Garcia, & R. R. Manente (Orgs.), *O que fazer depois de passar em um concurso público* (pp. 43-49). Blumenau: Nova Letra.
- Dias, M. S. de L. (2009). *Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de Universitários*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Diogo, M. F. (2005). *De balde e vassoura na mão: os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Douglas, W. (2008). *Palavra para os concurseiros amadores*. Recuperado em 10 de outubro, 2008, de: <http://www.pciconcursos.com.br/comopassar/136>
- Escola de Administração Fazendária. (2009). *Concurso Público Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda*. Recuperado em 13 de junho, 2009, de [http://www.esaf.fazenda.gov.br/concursos/concursos\\_selecoes/Assistente\\_Tec\\_Ad\\_m-MF-2009/Editais/Relacao%20candidatos%20x%20vagas.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/concursos/concursos_selecoes/Assistente_Tec_Ad_m-MF-2009/Editais/Relacao%20candidatos%20x%20vagas.pdf)
- Faoro, R. (1987). *Os donos do poder 2: Formação do patronato político brasileiro*. (7a ed.). Rio de Janeiro: Editora Globo.
- Franco, M. L. P. B. (1994). O que é análise de conteúdo. In *Ensino médio: desafios e reflexões* (pp. 159-185). Campinas: Papirus.
- Ferreira, C. M. M. (1996). Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. *ENAP Revista do Serviço Público* 120(3): 5-33. Recuperado em 25 de setembro, 2008, de [www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1649-](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1649-)
- Freire, E. (2004). *Direito Administrativo*. São Paulo: Campus/Elsevier.
- Frigotto, G. (2002). A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In M. Ciavatta, G. Frigotto (Orgs.), *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Forrester, V. (1997). *O horror econômico* (A. Lorencini, Trad.) São Paulo: Editora da Universidade Paulista.
- Goulart, I. B. & Nicácio, L. M. M. B. C. (2004). Avaliação da relação entre identidade, trabalho e emprego num curso destinado à formação de administradores públicos. *Publicações da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho*. Recuperado em 28 de maio, 2008, de <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/publicacoes/material/textos/10.pdf>

- Graf, L. P. (2009). *Entre a cozinha e o abatedouro: os sentidos atribuídos ao trabalho por mulheres que atuam em um abatedouro agrícola*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Haguette, T. M. F. (2001). *Metodologias qualitativas na sociologia* (8a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Holanda, S. G. (2007). *Trabalho: vilão ou salvação? Sofrimento psíquico e alcoolismo entre servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Index Psi: Biblioteca Virtual em Saúde. (2009). *Bases de dados de texto completo*. Recuperado em 26 de abril, 2009, de <http://www.bvs-psi.org.br/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2007). *PNAD 2006 primeiras análises*. Rio de Janeiro. Recuperado em 15 de outubro, 2009, de [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf\\_release/18Pnad\\_Primeiras\\_Analises\\_2006.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf_release/18Pnad_Primeiras_Analises_2006.pdf)
- Jacques, M. G. (1996). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In J. E. Borges-Andrade, W. Codo, A. Tamayo (Orgs.), *Trabalho, organização e cultura* (pp. 41-47). São Paulo: Cooperativa de autores associados.
- Jacques, M. G. (2002). Identidade e trabalho. In A. D. Cattani (Org.), *Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia* (pp. 161-165. 4a ed. revisão ampl.). Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Krawulski, E. (1991). *Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelo trabalhador de hoje*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Krawulski, E. (1998). A Orientação Profissional e o significado do trabalho. *Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais* 2(1): 5-19.
- Krawulski, E. (2004). *Construção da identidade profissional do psicólogo: vivendo as "metamorfozes do caminho" no exercício cotidiano do trabalho*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Laranjeira, S. M. G. (2000). As transformações do trabalho num mundo globalizado. *Sociologias*, 4, 14-19.
- Liedke, E. R. (2006). Trabalho. In A. D. Cattani & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 319-325). Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Luna, I. N. (2008). *Reestruturação produtiva e a profissão de administrar empresas: da gerência taylorista ao autocontrole do trabalhador-gerente*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Luna, I. N., & Baptista, L. C. (2001). Identidade profissional: prazer e sofrimento no mundo do trabalho. *Psicologia Revista, São Paulo* (12), 1,39-51.

- Machado, A. L. (2009). Reflexões sobre o “dia seguinte” à aprovação num concurso público. In J. A. Dias, A. H. G. Suxberger, C. R. D. Garcia & R. R. Manente (Orgs.), *O que fazer depois de passar em um concurso público* (pp. 11-19). Blumenau: Nova Letra.
- Machado, E. M. & Umbelino, L. M. (1995). *A questão da estabilidade do servidor público no Brasil: perspectivas de flexibilização*. Texto para discussão, ENAP: Brasília. Recuperado em 08 de outubro, 2008, de [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=259](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=259)
- Marconi, N. (2003). Evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. *ENAP Revista do Serviço Público* 54(1): 9-45. Recuperado em 25 de setembro, 2008, de [http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/TerceirosPapers/03Marconi54\(1\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/TerceirosPapers/03Marconi54(1).pdf).
- Marx, K. (1998). *O Capital* (Livro I, Vol.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret (original publicado em 1932).
- Matos, A. C. de. (1994). Alienação no serviço público. *Psicociência e profissão* (14), 28-33.
- Melo, S. L., & Borges, L. O. (2007). A Transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicociência e profissão* (27), 376-395. Recuperado em 09 de setembro, 2008, de [http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932007000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932007000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Miceli, S. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das letras.
- Minayo, S. C. M. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In S. C. M. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp.09-15). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, S. C. M. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (8a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minayo, S. C. M. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (11a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Ministério da Educação. (2008). *Portal Brasileiro da Informação Científica*. Recuperado em 20 de abril, 2008, de <http://acessolivre.capes.gov.br/>.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2009). *Estatísticas de vagas autorizadas*. Recuperado em 25 de junho, 2009, de <http://www.servidor.gov.br/concursos/index.htm>

- Morin, R., Tonelli, M. J., & Pliopas, A. L. V. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19 (especial): 47-56.
- Natividade, M. R. (2007). *O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Neto, F. A. M. (2005). A nova regulamentação dos serviços públicos. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*. Salvador: Instituto de Direito Público da Bahia, nº 1. Recuperado em 03 de outubro, 2008, de [www.direitodoestado.com.br](http://www.direitodoestado.com.br)
- Neves, J. M. d'A. (2005). *A face oculta da organização: a microfísica do poder na gestão do trabalho*. Porto Alegre: Sulina.
- Neves, T. F. S. (2006). Ensaio sobre o desemprego: qualidades de um “novo” trabalhador? *Imaginário* 12(13): 123-141. Recuperado em 03 de outubro, 2008, de [http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413666X2006000200006&lng=pt&nrm=is](http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413666X2006000200006&lng=pt&nrm=is).
- Nogueira, R. P. (2005). *Novas tendências internacionais da força de trabalho do Setor público: o Brasil comparado com outros países*. Universidade de Brasília. Recuperado em 10 de junho, 2008, de [http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/rpn\\_port.pdf](http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/rpn_port.pdf)
- Nunes, E. (2006). 53% dos formados no país trabalham em outras áreas. *Folha de São Paulo*, pp. 01. Recuperado em 13 de outubro, 2009, de [http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB\\_PublicacoesOutros.htm](http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB_PublicacoesOutros.htm)
- Nunes, E. (2004). Marco Regulatório, universidade e mercado. *Jornal Folha Dirigida*, pp. 04. Recuperado em 13 de outubro, 2009, de [http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB\\_PublicacoesOutros.htm](http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB_PublicacoesOutros.htm)
- Oliveira, M. J. S. (1997). *O Significado do Trabalho no Setor Público: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Paixão, R. (2000). *O significado do trabalho no judiciário em Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Patrício, Z. M.; & Casagrande, J. L. (1999). A busca de satisfação no processo e no produto viver: a qualidade de vida do trabalhador na complexidade das interações do cotidiano. In Patrício, Z. M.; Casagrande, J. L.; & Araújo, M. F. de (Orgs.), *Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas* (p. 339-368). Florianópolis: Ed. do Autor.

- Pimentel, R. G. (2007). *“E AGORA, JOSÉ?”: jovens psicólogos recém formados no processo de inserção no mercado de trabalho*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Pochmann, M. (2007). *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho* (2a ed.). São Paulo: Publisher Brasil.
- Portal Domínio Público. (2008). *Pesquisa de teses e dissertações*. Recuperado em 17 de outubro, 2008, de <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2001). *Edição Eletrônica do PERFIL DE FLORIANÓPOLIS*. Recuperado em 09 de junho, 2008, de <http://www.pmf.sc.gov.br/portal/pmf/cidade/perfildeflorianopolis/>
- Saravia, E. (2006). O sistema de carreira no setor público: descrição análise comparativa e perspectivas. In da I. de S. A. Costa & M. Balassiano (Orgs.), *Gestão de carreiras: dilemas e perspectivas* (pp. 150-178). São Paulo: Atlas.
- Sato, L., & Schmidt, M. L. S. (2004). Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia (Natal)* 9(2), 365-371. Recuperado em 02 de outubro, 2008, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000200019&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000200019&script=sci_arttext)
- Schein, E. H. (1996). Identidade profissional. *Como ajustar suas inclinações a suas opções de trabalho* (M. Black, Trad.). São Paulo: Nobel.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record.
- Sestren, G. (2004). *Projeto profissional do trabalhador bancário: o caso do Programa de Demissão Incentivada do Banco do Estado de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Silva, M. M. (2004). O trabalho para jovens graduados no novo modelo de acumulação capitalista. *Revista Perspectiva* 22(02), 405-424. Recuperado em 29 de maio, 2008, de <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>
- Soares, D. H. P. (1993). O que é orientação profissional? Uma nova proposta de atuação. In D. H. P. Soares (Org.), *Pensando e vivendo a orientação profissional* (pp. 11-16). São Paulo: Summus.
- Soares, D. H. P. (2002). *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- Soares, D. H. P. & Sestren, G. (2007). A trajetória sócio-profissional. In D. T. R. Barros, M. T. Lima & R. Escalda (Orgs.), *Escolha e Inserção Profissional: desafios para indivíduos, famílias e instituições* (pp.81-96, Coleção coordenada pela ABOP- Orientação Profissional: teoria e técnica, Vol. 3). São Paulo: Vetor.



- Soratto, S. L. (2000). *Servidor Público: o mito do servidor que não quer trabalhar*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Brasília.
- Stelmachuk, M. S. da Luz, (2005). *Sentidos do trabalho para idosos em exercício profissional remunerado*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Suxberger, A. H. G. (2009). O tamanho dos nossos sonhos: política e democracia no espaço entre nós e o contexto. In J. A. Dias, A. H. G. Suxberger, C. R. D. Garcia & R. R. Manente (Orgs.), *O que fazer depois de passar em um concurso público* (pp. 21-31). Blumenau: Nova Letra.
- Tavares, D. S. (2003). *O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um tribunal judiciário federal*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Toassi, A. J. (2008). *Heróis da fumaça: um estudo sobre os sentidos do trabalho para profissionais bombeiros*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Almeida, A. R., Baasch, D., & Cugnier, J. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho [CD-ROM]. In *Anais do Fórum CRITEOS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e Significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19, (especial): 38-46.
- Vygotski, L. S. (1992). Pensamiento y palabra. In *Obras Escogidas II* (pp. 287-348). Madrid, Espanha: Visor Distribuicoes.
- Zanela, A. V., Reis, A. C., Titon, A. P., Urnau, L. C. & Dassoler, T. R. (2007). Questões de método em textos de Vygotski: Contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19 (2): 25-33.
- Weber, M. (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Ackermann, K., Amaral, M. A. do., Silva, J. C. B., Geraldês, A. L., Lima, T. N., Lombardi M. J. *et al.* (2005). O desemprego do tempo: narrativas de trabalhadores desempregados em diferentes ambientes sociais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (8), 1-27. Recuperado em 09 de setembro, 2008, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cpst/v8/v8a02.pdf>
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade* (25) 87. Recuperado em 02 de dezembro, 2009, de SciELO (Scientific Electronic Library Online): [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000200003&lng=en&nrm=iso).
- DaMatta, R. A. (1984). *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- D'Ávila, G. T. (2006). *O ensino superior como projeto profissional para "ser alguém": repercussões de um cursinho pré-vestibular popular na vida dos estudantes*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Farina, A. S., & Neves, T. F. S. (2007). Formas de lidar com o desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (10), 21-36. Recuperado em 09 de setembro, 2008, de [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=1516-371720070001&lng=pt&nrm=](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1516-371720070001&lng=pt&nrm=)
- Guimarães, N. A. (2005). Transições ocupacionais e representações sobre a procura de trabalho. Comparando mercados de trabalho sob distintos regimes de welfare: São Paulo, Paris y Tóquio. *Revista Galega de Economía* (14), 1-2, 1-25. Recuperado em 09 de setembro, 2008 de [http://www.usc.es/econo/RGE/Vol14\\_1\\_2/Outros/art6b.pdf](http://www.usc.es/econo/RGE/Vol14_1_2/Outros/art6b.pdf)
- Mattos, V. de B. (2007). *Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrandos da UFSC*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rocha, D., & Deusdará, B. (2005). Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na re(construção) de uma trajetória. *Alea* (7), 2, pp. 305-322.
- Sperandio, F. F. (2008). *Fatores físicos e psicológicos na atividade de docentes grávidas*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

## **APÊNDICES**

## **Apêndice A - Carta de apresentação aos cursinhos**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Área 2: Práticas Sociais e Constituição do Sujeito  
Linha 3: Trajetórias no trabalho e processos identitários  
Pesquisa: Sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos

### **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Meu nome é Pricila Anny Tomachski Albrecht e estou cursando Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Tenho a pretensão de desenvolver pesquisa de dissertação sobre “OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA GRADUADOS EM PREPARAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS”. A pesquisa terá como objetivos: investigar os sentidos do trabalho para esses sujeitos; identificar os sentidos que os mesmos atribuem à sua formação profissional e aos cargos públicos e identificar os motivos que levam esses sujeitos a prestarem concursos.

Este estudo se justifica tendo em vista fatores como as transformações no mundo do trabalho, o desemprego, aumento significativo do ingresso no ensino superior, e o momento de expansão de demanda de mão-de-obra para cargos públicos no contexto brasileiro, nas diferentes esferas.

Desse modo, peço a sua contribuição, se possível, respondendo a algumas questões referentes ao cursinho enquanto instituição voltada à preparação destas pessoas. Essas informações serão importantes para aperfeiçoar os objetivos da pesquisa, assim como definir o(s) instrumento(s) para a coleta de dados. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo, estou à disposição para esclarecimentos, através dos telefones 48-30280247 e 84198915, e através do endereço eletrônico: [prianny@gmail.com](mailto:prianny@gmail.com)

Agradeço a atenção dispensada.

Florianópolis, Setembro de 2008.

---

Profa. Dra. Edite Krawulski  
Orientadora  
Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia/UFSC.

---

Pricila A. T. Albrecht  
Psicóloga CRP-12/07842  
Mestranda em Psicologia/UFSC

## **Apêndice B - Roteiro de entrevista com responsáveis pelos cursinhos**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Área 2: Práticas Sociais e Constituição do Sujeito  
Linha 3: Trajetórias no trabalho e processos identitários

Pesquisa: Sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos

### **Bloco 1 - Apresentação**

Breve apresentação da pesquisadora e do projeto de pesquisa: tema e objetivos.

Definição de com quem e quando conversar.

Possibilidade de conhecer a estrutura física do cursinho (salas de aula, bibliotecas).

### **Bloco 2 - Informações da Instituição**

Qual o cargo da pessoa entrevistada?

Desde quando o cursinho existe?

Quantos alunos em média estão matriculados?

Existe uma época do ano em que há uma maior procura? Qual? Por quê?

### **Bloco 3 – Perfil dos alunos**

Porque os alunos vêm se matricular? Com quais objetivos?

Em média quanto tempo um aluno permanece na instituição?

Há reincidência? Alunos que fazem o cursinho, não passam e depois voltam? Alunos que procuram cursos só em áreas específicas?

Quais concursos atraem mais os alunos?

Qual a escolaridade dos alunos?

Os de terceiro grau completo estudam e prestam concursos para o nível médio? Há um percentual aproximado?

Há recomendações adotadas para a aprovação nos concursos?

Há, por parte do cursinho, algum tipo de orientação aos alunos, para estes escolherem quais concursos prestar, para quais cargos? Qual o tempo que devem se dedicar? Há uma ênfase em determinada disciplina?

Os alunos já sabem/conhecem os editais, cargos e o perfil da instituição para a qual vão prestar os concursos anteriormente à matrícula? Ou esse é o cursinho que faz esse processo de conhecimento?

### **Bloco 4 Finalização**

Agradecimento pela atenção e colaboração.

Possibilidade de realização da pesquisa com os alunos deste cursinho?

**Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Pesquisa: Sentidos do trabalho para graduados em preparação para concursos públicos.

Meu nome é Pricila Anny Tomachski Albrecht. Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e pesquisadora principal do projeto “Sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos”, sob a orientação da Profa. Dra. Edite Krawulski, pesquisadora responsável. A pesquisa tem como objetivos: compreender os sentidos do trabalho para os graduados que estão em preparação para concursos públicos; buscar os motivos que os levam a prestarem concursos e identificar os sentidos que os mesmos atribuem ao trabalho no serviço público. Este estudo se justifica tendo em vista fatores como as transformações no mundo do trabalho, o desemprego, o aumento significativo de ingressos no ensino superior, e a expansão de demanda de mão-de-obra para cargos públicos no contexto brasileiro, nas diferentes esferas.

Saliento que o projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC. Os procedimentos metodológicos a serem adotados obedecerão aos preceitos éticos implicados nas pesquisas envolvendo seres humanos, conforme normatizado pelas Resoluções 196/96, do Conselho Nacional de Saúde e 16/2000, do Conselho Federal de Psicologia.

Convido-o(a) a participar desta pesquisa, a qual primeiramente será desenvolvida através de um questionário. Em um segundo momento, você poderá ser convidado(a) para uma entrevista individual sobre o mesmo tema, a ser agendada de acordo com suas possibilidades de horário e local. Se você tiver alguma dúvida em relação à pesquisa, ou não quiser mais participar da mesma, estou à disposição para esclarecimentos, através dos telefones 48-30280247 ou 48-84198915, e através do endereço eletrônico: [prianny@gmail.com](mailto:prianny@gmail.com). Informo ainda que as informações fornecidas serão tratadas com sigilo; que você não será identificado(a) por meio delas, e que serão utilizadas apenas para os objetivos da pesquisa.

---

Pesquisadora Principal: Pricila Anny T. Albrecht

---

Pesquisadora Responsável: Edite Krawulski

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro estar ciente de que:

- A participação nesta pesquisa é voluntária, e mesmo depois de iniciada, há a possibilidade de desistência sem penalizações de nenhuma ordem;
- Todos os dados coletados somente serão utilizados para esta pesquisa e para a divulgação acadêmica de seus resultados, sendo que nesta divulgação não serão identificados os nomes dos participantes da pesquisa;
- Não existem riscos em potencial para os(as) participantes pesquisados(as);
- Fui esclarecido(a) sobre os procedimentos desta pesquisa e se eu tiver dúvidas em relação ao estudo, aos procedimentos, riscos, benefícios, ou qualquer outra pergunta, tenho o direito de receber respostas;
- Não haverá nenhum custo para os participantes da pesquisa;
- Os benefícios recebidos serão em termos de produção de conhecimentos, a fim de proporcionar maior compreensão sobre a temática do trabalho voltada ao contexto do serviço público.

Desse modo, concordo em participar da pesquisa intitulada “Sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos” e autorizo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

E-mail e telefone para posterior contato:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

## Apêndice D - Questionário



Universidade Federal de Santa Catarina  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
 Pesquisa: Sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos.

### QUESTIONÁRIO

#### I - Dados de caracterização

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Procedência: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_

Curso superior: \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

Tem um segundo curso superior? Não ( ) Sim ( ) \_\_\_\_\_

Exerce atividade remunerada? Não ( ) Sim ( ) Onde \_\_\_\_\_

Caso sim, em qual período? ( ) matutino ( ) vespertino ( ) noturno ( ) integral

Carga horária semanal de trabalho: \_\_\_\_\_

Possui vínculo empregatício? ( ) Não ( ) Sim

Caso sim, de que natureza? ( ) CLT ( ) Estatutário ( ) Temporário ( ) Outro : \_\_\_\_\_

Faixa salarial:

( ) até R\$ 1.000,00 ( ) R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00 ( ) R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00

( ) R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00 ( ) de R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00 ( ) acima de R\$ 3.001,00

A atividade remunerada relaciona-se com a sua formação superior? ( ) Não ( ) Sim

Caso sim descreva de que modo está relacionada: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### II - Preparação para concursos

Há quanto tempo você se dedica a estudos preparatórios para concursos públicos?

( ) Até 6 meses ( ) Entre 7 e 12 meses ( ) Entre 13 e 18 meses

( ) Entre 19 e 24 meses ( ) Entre 25 e 30 meses ( ) Mais de 31 meses.

Este tempo de dedicação é ( ) ininterrupto ou ( ) intermitente?

Há quanto tempo está frequentando cursinho preparatório?

( ) Até 3 meses ( ) Entre 4 e 6 meses ( ) Entre 7 e 12 meses ( ) Entre 13 e 18 meses

( ) Entre 19 e 24 meses ( ) Entre 25 e 30 meses ( ) Mais de 31 meses.



Porque você decidiu fazer concursos públicos? Assinale uma ou mais das alternativas abaixo:

- Qualidade do ambiente de trabalho       Flexibilidade de horário  
 Estabilidade no cargo                       Remuneração  
 Carga de trabalho                               Carências de alternativas na iniciativa privada  
 Possibilidade de carreira                       Natureza das tarefas desenvolvidas  
 Outro(s) motivo(s). Especifique: \_\_\_\_\_.

Quantos concursos já prestou?  0  de 1 a 3  de 4 a 6  de 7 a 10  + de 10.

Para qual(ais) concurso(s) está se preparando neste momento? Especifique o(s) cargo(s), o(s) órgão (s) e o(s) grau(s) de escolarização exigida(s):

---

---

---

---

---

Você se prepara de alguma outra forma para prestar concurso(s) que não seja frequentando cursinho(s)? Em caso positivo, indique:

---

---

---

---

Para você, o que significa trabalhar no setor público?

---

---

---

---

---

---

## **Apêndice E – Roteiro de entrevista semi-estruturada**

Participante questionário número:

Data:

Nome fictício:

### **1 Concepções sobre trabalho, emprego e serviço público**

Para você o que é trabalho? Para você o que é emprego? Para você o que é o serviço público? Como você percebe o trabalho no serviço público? De onde vem essa percepção?

### **2 Trajetória Acadêmica e Profissional**

#### **2.1 Vida Acadêmica**

Como se deu a escolha pelo curso de (checar no questionário o curso de graduação)?

Quais eram as expectativas na época da graduação sobre este curso?

Se pudesse teria optado por outro curso universitário? Por quê?

Durante a graduação realizou estágios? Onde? Como avalia essas experiências?

#### **2.2 Percorso Profissional**

Como foi o processo de transição: estudante/profissional/inserção no mercado de trabalho?

Quais foram as suas experiências de trabalho (antes e durante a graduação)? Lugar nos quais trabalhou, período, atividades realizadas. Como se sentia nestas ocupações?

E hoje, você trabalha? Onde? Como se sente nesse trabalho?

Se não trabalha, por quais motivos?

### **3 Concursos e Planejamento de carreira**

Quando, e a partir do que você começou a considerar o serviço público como uma possibilidade de trabalho?

Como você escolhe os concursos e os cargos para os quais está se preparando? Leva em conta a sua graduação para fazer esta escolha?

Como imagina que seria o seu cotidiano de trabalho em um serviço público?

Qual a importância de ser aprovado em um concurso público para a sua carreira e seu futuro profissional?

Profissionalmente, como você se imagina daqui a cinco anos?

#### **4 Dinâmica dos estudos e vida pessoal**

Caso exerça atividade remunerada (chegar no questionário): como concilia estudo, trabalho, lazer, família e vida social?

Se não exerce atividade remunerada, como concilia também os estudos e quem financia os investimentos (cursinho, inscrições das provas, deslocamento para realização das mesmas e gastos básicos)?

Mora com quem? O que faz nas horas vagas?

Qual o nível de escolaridade e a ocupação dos outros membros da sua família de origem? Quem é responsável pela renda familiar?

Como você se sente na situação de concurseiro?

Como a sua família e/ou amigos mais próximos lidam com sua situação de concurseiro (cobranças em relação à aprovação, cobranças financeiras, apóiam, incentivam...)?


#### **5 Finalização**

Você tem algo mais a dizer, ou alguma pergunta a respeito do que conversamos nesta entrevista?

Agradecimento pela participação.

## **ANEXO**

## Anexo I – Certificado de Aprovação do Projeto no Comitê de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão  
Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos

**CERTIFICADO** Nº 351

O Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584/GR/99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o conteúdo no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

**APROVADO**


**PROCESSO: 392/08 FR- 235203**

**TÍTULO: Sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos.**

**AUTOR: Edite Krawulski e Pricila A. T. Albrecht.**

**DPTO.: Psicologia/CFH/UFSC**

**FLORIANÓPOLIS, 15 de dezembro de 2008.**

  
Coordenador do CEPSH/UFSC - Prof.º Washington Portela de Souza